



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

PORTUGAL CAPITAL VENTURES

Growing.Global

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
PARTE I - A Portugal Ventures	
1. Perfil Corporativo.....	6
2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento.....	8
3. Estrutura Organizativa.....	15
4. Cumprimento das Orientações Legais.....	29
PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2015	
1. Breve Análise Setorial.....	41
2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures.....	44
3. Fundos de Capital de Risco sob Administração da Portugal Ventures.....	50
4. Atividades das Áreas de Negócio.....	59
5. Evolução Financeira / Análise às Contas.....	74
6. Proposta de Aplicação de Resultados.....	78
7. Factos Subsequentes.....	79
8. Perspetivas para 2015.....	79
9. Outra Informação Relevante.....	88
10. Agradecimentos.....	89
PARTE III - Demonstrações Financeiras.....	90
PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres.....	132
ANEXO I - Grelha do Relatório do Governo Societário 2014	

dd
JK
RF

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2014 ficou marcado pelo aprofundamento do projeto de consolidação do setor de capital de risco público, de acordo com as orientações expressas na Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2011. Acelerou-se a dinâmica de intervenção no ecossistema empreendedor de base tecnológica, promoveu-se a adoção de práticas internacionais da indústria de capital de risco direcionadas para o investimento em *tech-based startups*, sobretudo a nível dos modelos societários e acompanhamento de participadas, reforçaram-se parcerias para a globalização, ganhou-se visibilidade e reconhecimento internacional para a emergência de Portugal como um *hub* internacional de empreendedorismo tecnológico e promoveram-se operações de desinvestimento conducentes à captação de investimento internacional para a aquisição, estabilização e desenvolvimento em Portugal de ativos tecnológicos avançados e expansão de capital humano altamente qualificado.

O Programa de Ignição continuou a marcar a intervenção da Portugal Ventures no ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, sobretudo pela dinamização da participação do sistema científico e tecnológico nacional na criação de projetos empresariais para a valorização económica do conhecimento. Desde o seu lançamento no final de 2012, registou-se a preparação de mais de 2.100 projetos empresariais, dos quais cerca de 700 formalizaram a sua apresentação para avaliação, tendo-se concretizado já 43 investimentos correspondente a um total de investimento dos fundos sob gestão da Portugal Ventures de cerca de 25 milhões de euros. Promoveu-se a co-participação de operadores privados, sobretudo de *Business Angels* nacionais, em 17 dos investimentos realizados em *startups*, correspondendo a um valor agregado de capital de cerca de 5 milhões de euros. Finalmente, continuou-se o desenvolvimento da rede de centros internacionais da Portugal Ventures com a abertura do centro em Boston, no Cambridge Innovation Center, e também através da parceria estabelecida com a Fundação para a Ciência e Tecnologia que veio permitir o acesso de participadas ao centro de aceleração e desenvolvimento de negócios IC2, na Universidade do Texas, em Austin. Para 2015, perspetiva-se a abertura de um novo centro da Portugal Ventures, em Berlim, e muito provavelmente também a abertura do primeiro centro da Portugal Ventures na Ásia.

A experiência acumulada com o desenvolvimento do Programa de Ignição, e em particular da "Call for Entrepreneurship", permitiu perceber que a captação de projetos de *startups* tecnológicas tinha origem, fundamentalmente, no sistema científico e tecnológico nacional e organizações promotoras de empreendedorismo a ele associadas. Fora desta dinâmica ficavam os setores tradicionais da economia nacional e, atualmente, determinantes para o esforço exportador de que o País necessita. Para colmatar esta falha na captação de projetos inovadores e globais, a Portugal Ventures lançou em agosto de 2014 o Programa +Inovação +Indústria, com o objetivo de estimular o investimento de *venture capital* dirigido, agora também, à capacidade empreendedora existente nos setores mais tradicionais da economia nacional. Este programa tem como objetivos aumentar a incorporação tecnológica e capacidade de inovação empresarial nesses setores, possibilitar a sua rápida progressão nas cadeias de valor internacionais e incentivar a cooperação com o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), com vista a encontrar as respostas mais adequadas aos desafios da reindustrialização da economia nacional. Nas duas edições já realizadas, candidataram-se cerca de 60 projetos empresariais, tendo sido selecionados para possível investimento 10 projetos que correspondem a um potencial valor agregado de investimento de cerca de 6.5 milhões de euros.

Jd
jt
ff

No plano interno, prosseguiu-se o esforço para otimização dos custos de estrutura, concretizou-se o lançamento do Sistema NAVIGATOR 1.0 para apoio à gestão de todas as atividades operacionais da Sociedade, manteve-se o ritmo de execução do programa estratégico de desinvestimento que visa promover a rotação da carteira de participadas e a geração de novos recursos de capital para investimento e aprofundou-se o programa de racionalização da carteira de fundos sob gestão que conduziu à dissolução e liquidação do FCR PV Inter-Regional e ainda à extinção de 3 fundos (FCR PV ACTec, FCR PV e FCR PV Valor) por incorporação noutros fundos existentes. Assim, no final de 2014, a Portugal Ventures passou a gerir apenas 16 fundos de capital de risco, quando no início de 2013 tinha 25 fundos sob gestão.

No final de 2014, a Portugal Ventures tem sob sua gestão (no seu balanço e no dos Fundos que gere) um património líquido de 247,1 milhões de euros, sendo cerca de 46 milhões de euros correspondente ao capital próprio da Sociedade e 201,1 milhões de euros correspondente ao valor global líquido dos fundos sob gestão. Durante o exercício, concretizaram-se operações de investimento em 56 empresas, das quais 22 novas empresas foram objeto do primeiro investimento pela Portugal Ventures e 34 empresas participadas foram objeto de reforços de investimento. O total de investimento realizado ascendeu a 30,4 milhões de euros. O desinvestimento concretizado em 2014 ascendeu a 53,3 milhões de euros (custo de aquisição), num total de 40 operações. É de realçar dois desinvestimentos realizados que conduziram à captação de investimento internacional para aquisição, estabilização e desenvolvimento em Portugal de ativos tecnológicos avançados e expansão de capital humano altamente qualificado.

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2014 foi de 234 milhares de euros. A variação negativa registada relativamente ao valor orçamentado de 465 milhares de euros resulta, essencialmente, da redução do valor apresentado na rubrica Vendas e Serviços Prestados e que se justifica pela diminuição das comissões de gestão dos Fundos de Capital de Risco devidas à Sociedade e pela cessação da prestação de serviços às participadas. Os gastos de estrutura e funcionamento da Sociedade (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), apresentaram um desvio favorável de 385 mil euros face ao orçamento.

Perspetiva-se 2015 como um ano de atividade da Portugal Ventures na prossecução plena dos seus objetivos. Em primeiro lugar, continuando uma atuação fortemente proativa para aumentar o *deal-flow*, visando a identificação de projetos de investimento com critérios de qualidade e gestão de risco crescentemente seletivos. Em segundo lugar, continuando o esforço significativo para reforçar a qualidade e eficácia de acompanhamento das empresas participadas como fator crítico da valorização do investimento. Em terceiro lugar, reforçando a rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o fluxo *outbound* de *startups* de base tecnológica. Por último, promover o investimento sindicado com base no desenvolvimento de modelos de partilha de risco e co-financiamento com entidades privadas e, desta forma, dinamizar a atividade privada de capital de risco com participação nacional e, sobretudo, internacional.

A terminar, uma palavra de agradecimento aos restantes Órgãos Sociais da Portugal Ventures, em particular ao Conselho Geral e de Supervisão, pelo apoio e valiosa colaboração prestada durante o exercício de 2014 e a todos os colaboradores da Portugal Ventures pelo esforço empenhado e dedicado para a prossecução da nossa missão.

O Conselho de Administração

PARTE I – A PORTUGAL VENTURES

1. Perfil Corporativo

Missão e Valores.....	6
Orientações e Objetivos de Política Pública.....	6
Estrutura Acionista.....	7
Órgãos Sociais.....	7

2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento

Objetivos da Política de Investimento.....	8
Evolução recente da Atividade.....	11

3. Estrutura Organizativa

3.1 Assessoria ao Conselho de Administração

Fusões e Aquisições.....	16
--------------------------	----

3.2 Áreas de Negócio

<i>Engineering & Manufacturing</i>	17
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	18
<i>Technology</i>	18
<i>Travel & Leisure Tech</i>	19

3.3 Unidades de Estrutura

<i>Active Portfolio Development</i>	20
Operações e Sistemas de Informação.....	23
Área Administrativa, Financeira & Recursos Humanos.....	26
Área Jurídica.....	27
Comunicação & Marketing.....	27

4. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto).....29

PARTE I - A Portugal Ventures

1. Perfil Corporativo

Missão e Valores

A Portugal Ventures tem como missão investir de modo proativo em empresas em todas as fases de desenvolvimento, apostando no seu crescimento, competitividade e capacidade de globalização. A Portugal Ventures foca a sua política de investimento nas empresas inovadoras e de base científica e tecnológica que se posicionam em mercados globais e dinâmicos, incluindo projetos com conteúdos inovadores dirigidos ao setor do turismo e também a todos os setores mais tradicionais da economia nacional.

A prossecução da sua missão assenta nos seguintes valores corporativos:

- *Accountability*
- Responsabilidade
- Excelência
- Independência
- Isenção
- Transparência
- Ambição
- Preseverança

Orientações e Objetivos de Política Pública

A Portugal Ventures foi criada em 15 de junho de 2012, por concentração das três sociedades de capital de risco com capitais maioritariamente públicos previamente existentes (InovCapital, AICEP Capital Global e Turismo Capital), refletindo uma nova visão e estratégia da intervenção pública em capital de risco de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2011.

A reforma do setor do capital de risco público, plasmada nessa RCM, tem subjacente a prossecução dos seguintes objetivos:

- Clarificação dos objetivos estratégicos e concentração de meios para o investimento público;
- Dinamização da atividade privada de *Venture Capital*, com participação nacional e internacional;
- Impulso ao desenvolvimento do empreendedorismo nacional e à valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica;
- Criação de uma nova realidade empresarial de elevado potencial exportador, globalmente competitiva e posicionada nas cadeias de valor internacionais;
- Criação de fatores de impacto económico com base sustentável e duradoura;
- Racionalização e significativa redução de custos operacionais.



Estrutura Acionista

O capital social da Sociedade é de € 40.412.650,00 (quarenta milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinquenta euros) representado por 8.082.530 (oito milhões, oitenta e duas mil, quinhentos e trinta) ações de valor nominal de 5 euros cada uma, distribuídas de acordo com a seguinte estrutura acionista:

Figura 1: Estrutura acionista da Portugal Capital Ventures S.A.

Acionista	Valor Nominal	%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	15 345 470 €	37,97
AICEP, E.P.E.	7 843 240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4 174 810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3 080 575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2 534 930 €	6,27
Banco BPI, SA	2 503 205 €	6,19
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	1 847 525 €	4,57
Novo Banco, SA	1 527 595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1 009 935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	504 965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12 625 €	0,03
Citibank International Limited, Sucursal em Portugal	12 625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5 050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5 050 €	0,01
Banco BIC, SA	5 050 €	0,01
Total	40 412 650 €	100,00

Órgãos Sociais

O modelo de Governo e atuais Membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures (Assembleia Geral, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho de Administração Executivo, Revisor Oficial de Contas e Sociedade de Auditores) foram eleitos para o triénio de 2012 a 2014, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 15 de junho de 2012:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Alberto Amorim Pereira

Vice-Presidente: Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro

Secretária: Dra. Sofia Ferreira da Costa

Conselho Geral e de Supervisão:

Presidente: IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. representada pelo seu Presidente, Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz

Nota: O IAPMEI foi representado pelo Dr. Luis Filipe dos Santos Costa que apresentou a sua renúncia em 4 de abril de 2014, tendo sido substituído em 7 de janeiro de 2015 pelo Prof. Miguel Jorge de Campos Cruz.

Vogal: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo Dr. Luis Filipe de Castro Henriques

Nota: Durante o ano de 2014, a AICEP foi representada pelo Dr. Pedro Trigo de Moraes de Albuquerque Reis que apresentou a sua renúncia em 26 de novembro, tendo sido substituído em 4 de dezembro pelo Dr. Luis Filipe de Castro Henriques. Houve recentemente uma nova substituição pelo Dr. Artur Moreira Pereira

Handwritten signature in blue ink.

Vogal: **Turismo de Portugal, I.P.** representado pelo seu Presidente, Dr. João Cotrim Figueiredo

Vogal: **Direção Geral do Tesouro e Finanças** representada pela Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo

Vogal: **Banco Comercial Português, S.A.** representado por Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro

Vogal: **Novo Banco, S.A.** representado por Dr. Marco Paulo Salvado Neves

Vogal: **Banco Português de Investimento, S.A.** representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

Vogal: **PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.** representada por Eng.º Carlos de Castro

Vogal: **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**

Nota: Até 31 de março de 2014, a Caixa Geral de Depósitos foi representada pelo Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado que apresentou a sua renúncia na data indicada.

Conselho de Administração Executivo:

Presidente: Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca

Vice-Presidente: Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes

Vogal: Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães

Suplente: Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão

Sociedade de Auditores

BDO & Associados, SROC, Lda.

2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento

Objetivos da Política de investimento

A Portugal Ventures tem como principal objetivo o fortalecimento de uma indústria eficaz e eficiente de capital de risco que contribua para o desenvolvimento de empresas competitivas e inseridas em cadeias internacionais, levando Portugal ao mundo e trazendo o mundo a Portugal.

Neste contexto, a política de investimentos da Portugal Ventures é orientada por dois objetivos estratégicos fundamentais: (1) o da rentabilidade dos capitais investidos - garantindo a sustentabilidade do *funding* no médio e longo prazo - e (2) o da indução de atividade empreendedora - que permita criar um ecossistema mais resiliente para o futuro, tanto do lado da procura de capital, como do lado da oferta.

Figura 2: Objetivos da política de investimentos da Portugal Capital Ventures S.A.

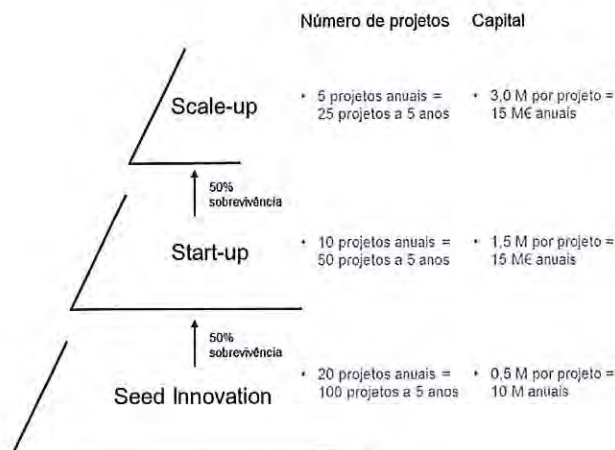
Objetivo	Detalhe	Principais ações
Rentabilidade/ Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilidade dos projetos • Rentabilidade dos fundos e dos participantes • Sustentabilidade da alimentação de liquidez no médio e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> • Captação proativa de projetos • Aposta em projetos vencedores com base em critérios claros de qualidade e potencial de geração de valor • Acompanhamento proativo de participadas • Proatividade e contratualização do <i>exit</i>
Indutor/Catalisador	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento estrangeiro • Empreendedorismo tecnológico • Valorização de recursos • Valorização de conhecimento 	

A intervenção pública de capital de risco protagonizada pela Portugal Ventures deverá criar as condições necessárias para a emergência de uma indústria global, inserida nas mais dinâmicas cadeias de valor internacionais, que fará da sua capacidade tecnológica e de inovação fatores críticos de competitividade e fonte de geração de riqueza nacional e criação de emprego altamente qualificado.

A política de investimentos da Portugal Ventures criará as condições necessárias para a adequada capitalização das startups durante o ciclo normal do seu desenvolvimento e promovendo, em particular, a participação de capital de risco privado nacional e internacional.

A pirâmide de investimento representada na figura abaixo corresponde ao modelo comumente aceite que espelha a atividade da indústria de capital de risco, bem como a expectativa de participação pública e privada, nacional e internacional, no investimento em startups em Portugal, desde a fase inicial (*seed investment*) até à fase final (*scale-up*) que antecede a oportunidade de desinvestimento por colocação nos mercados de capital ou, com muito maior incidência, através de operações internacionais de fusão e aquisição.

Figura 3: Pirâmide de investimento.



dd
ff
ff

Esta pirâmide de investimento decorre dos perfis típicos de capital, risco e criação de valor normalmente associadas à criação de *startups* de base tecnológica e que se ilustram na figura infra.

Figura 4: Perfil de capital, risco e valor.



Desta realidade bem conhecida internacionalmente, decorrem algumas conclusões fundamentais que há que reter para que não se repitam em Portugal os erros, que são hoje conhecidos e reconhecidos, de anteriores intervenções públicas de capital de risco, em especial:

- **A criação de empresas de base tecnológica competitivas no mercado global não é compatível com a “pulverização” dos investimentos.** Não se constroem empresas globalmente competitivas com políticas de “pulverização” de pequenos investimentos por muitas *startups*. Inevitavelmente, esta política de investimento apenas poderá conduzir à falência de *startups* incapazes de ultrapassar as necessidades de capitalização adequada, for força do *equity gap* existente no sistema financeiro tradicional. Aconteceu assim no passado e assim continuará a acontecer se os erros então cometidos não forem aprendidos e corrigidos.
- **O sucesso da intervenção pública na indústria de capital de risco deverá ser medido pelas operações de *exit* realizadas segundo as melhores práticas internacionais.** O sucesso de qualquer política pública de intervenção e dinamização do ecossistema de empreendedorismo de base tecnológica não poderá nunca ser medido pelo número de *startups* criadas, sobretudo quando não estão criadas as condições necessárias ao seu desenvolvimento e afirmação global por ausência de capital para suportar rondas adicionais de capitalização subsequentes à fase de *seed capital investment*. Apenas as operações de desinvestimento, quer através da entrada de empresas nos mercados de capital, nacional ou internacionais, quer através de operações de *trade sale* realizadas segundo as melhores práticas internacionais e nos mercados mundiais, são os resultados que poderão medir o sucesso da intervenção pública.

É neste contexto que a atividade de *venture capital*, como gestão de uma classe de ativos com perfil de risco muitíssimo elevado e incompatível com os tradicionais instrumentos de financiamento empresarial, proporciona o único instrumento de *funding* conhecido que corresponde às necessidades de capital para a emergência de *startups* globais que conduzirão ao posicionamento de Portugal como um centro tecnologicamente avançado, mundialmente competitivo e atrativo para investidores internacionais.

Só a correta e corajosa utilização deste instrumento de investimento, ainda muito incipiente em Portugal e, por conseguinte, plenamente justificativo da política de intervenção pública prosseguida pela Portugal Ventures, poderá e deverá criar os impactos económicos e sociais necessários: promover o crescimento, modernização e eventual alteração do paradigma da economia nacional, nomeadamente ao nível de uma muito maior incorporação tecnológica em bens e serviços transacionáveis, do crescimento do PIB, de uma forte contribuição positiva para a Balança Comercial e geração de mais e melhor emprego altamente qualificado. É um desígnio decisivo para o futuro do país e a que a Portugal Ventures tem vindo a corresponder com empenho e determinação e, sobretudo, com reconhecimento nacional e internacional.

Evolução recente da Atividade

Racionalização da carteira de fundos

Com o objetivo de racionalizar a carteira de fundos sob gestão, para alcançar ganhos de eficiência e promover uma melhor utilização dos meios financeiros disponíveis, nomeadamente uma maior concentração da capacidade de investimento, a Portugal Ventures iniciou em 2013 um projeto de racionalização da sua carteira de fundos de capital de risco. No início de 2013, a Portugal Ventures tinha um total de 25 fundos de capital de risco e cerca de 440 milhões de euros de ativos sob gestão. No final desse ano tinham sido extintos, por incorporação nos fundos incorporantes, 5 fundos de capital de risco. Já em 2014, o projeto de racionalização da carteira de fundos foi aprofundado e, como resultado, no final de 2014 a Sociedade detinha apenas 16 fundos de capital de risco sob gestão.

Reenfoque da atividade da Portugal Ventures em *Venture Capital*

Considerando (i) a intervenção pública marginal na área de *private equity* por força da significativa participação privada desenvolvida nos últimos anos e (ii) as significativas falhas estruturais de mercado persistentes na área de *venture capital*, em que a participação privada é ainda incipiente e reveladora de debilidades significativas, foi definida, no início de 2014, uma estratégia de reenfoque do esforço de investimento da Portugal Ventures como operador de *venture capital* e a consequente descontinuação da atividade de operador de *private equity*.

A implementação desta reestruturação e reposicionamento da atividade de investimento da Sociedade tem vindo a ser concretizada nos seguintes objetivos:

- Descontinuação das atividades de investimento nas áreas de *private equity* interrompendo a atividade de geração de *deal flow* para estas áreas de negócio;
- Promoção proativa da alienação de participadas da atual carteira de *private equity*, enquadradas em critérios previamente definidos, nomeadamente a sua maturidade, fraca recuperabilidade ou mesmo irrecuperabilidade do seu valor;
- Clarificação da missão da Portugal Ventures exclusivamente como gestora de fundos, eliminando, na medida do possível, os investimentos diretos detidos em empresas participadas e também reduzindo o excesso de liquidez disponível e necessária para o cumprimento da sua missão. Acresce ainda a adoção de práticas internacionais na definição da tipologia de instrumentos e de investimentos de *venture capital*, bem como na eliminação da cobrança de comissões de acompanhamento de participadas;

↓
jt
NF

- Sustentabilidade do *funding* da Portugal Ventures para investimentos de *venture capital* através da recolocação da liquidez libertada pelo desinvestimento nas áreas de *private equity* (e também libertada pela Sociedade) e concentração em fundos de investimento apenas com ativos de *venture capital*;
- Redefinição da organização interna e criação de unidades de negócio especializadas sectorialmente com concentração de recursos humanos e competências adequadas às respetivas atividades de investimento.

O impacto destas iniciativas nas contas da Sociedade resultou na redução das receitas relativas à cobrança de comissões de acompanhamento das participadas, o que representa menos de 10% das receitas históricas. Esta medida já impactou parcialmente as contas do exercício de 2014 e deverá refletir-se integralmente nas contas do exercício de 2015.

Com maior impacto, e possivelmente a ocorrer ainda em 2015, é previsível que a receita da Sociedade, em base homóloga, seja reduzida como consequência da transferência da gestão de fundos para entidades terceiras.

Reforço da atividade de investimentos

Ciente de que a qualidade de investimento de operadores de *venture capital* depende, sobretudo, da quantidade e da qualidade do *deal flow* gerado, a Portugal Ventures lançou, ainda em 2012, o primeiro programa para identificação de oportunidades de investimento de *startups* de base tecnológica – “Call for Entrepreneurship”.

Até ao final de 2014 decorreram 9 edições deste programa, de que resultaram mais de 600 projetos apresentados e que representam um volume de oportunidades significativamente superior ao que historicamente era captado. Mais recentemente, e com o objetivo de reforçar a capacidade tecnológica e competitividade global dos setores tradicionais da economia portuguesa, a Portugal Ventures lançou um segundo programa para identificação de oportunidades de investimento, denominado “+Inovação +Indústria”. Na primeira edição deste programa, realizada já no quarto trimestre de 2014, resultaram mais de 40 novos projetos apresentados, 6 dos quais foram objeto de propostas de investimento que se encontram em fase final de negociação. Alguns destes projetos apresentam características particularmente interessantes e relevantes para o que se crê poder vir a ser um forte contributo para a tão necessária reindustrialização nacional.

O forte incremento da geração de *deal flow* originada pelos programas “Call for Entrepreneurship” e “+Inovação +Indústria”, conduziu a um incremento apreciável do esforço de investimento e permitiu aumentar, também de forma significativa, o número de participações em *venture capital*. No final de 2014, a Sociedade geria uma carteira de 65 participações na área de *venture capital*, um incremento de cerca de 86% relativamente às 35 participadas em carteira no final de 2013. Na referida carteira de 65 participações, foram realizados, até novembro de 2014, investimentos em 56 empresas, 21 novas participadas e 35 reforços de investimento, que mobilizaram um total de cerca de 21 milhões de euros.

de
de
de
de

Aprofundamento do Programa de Ignição

O Programa de Ignição, lançado em Junho de 2012, logo após a criação da Portugal Ventures, tem por objetivo desenvolver uma intervenção estruturante sobre o ecossistema empresarial português de base tecnológica, sobretudo através de um forte impulso ao empreendedorismo, aberto ao mundo, alicerçado em conhecimento tecnológico e científico avançado e referenciado internacionalmente, forte capacidade de inovação e capital humano altamente qualificado. A este forte impulso ao empreendedorismo de base tecnológica terá também que corresponder uma significativa dinamização da atividade privada de *venture capital* nacional e, sobretudo, a captação de operadores privados internacionais.

O Programa de Ignição está estruturado nos quatro pilares representados na figura infra e que seguidamente se descrevem.

Figura 5: Pilares do Programa de Ignição



- *Ignition Partners Network*: a Portugal Ventures conta com a cooperação de universidades, centros tecnológicos, incubadoras e aceleradoras nacionais - atualmente cerca de 60 parceiros em todo o território nacional, incluindo Açores e Madeira - no que pretende ser uma comunidade dinâmica de mentores, empresários, académicos e profissionais experientes. Esta é uma rede essencial e catalisadora para a apresentação de projetos passíveis de receber investimento, bem como para a organização de uma multiplicidade de eventos essenciais ao desenvolvimento e dinamização do ecossistema empreendedor em Portugal.
- *Call for Entrepreneurship*: é o canal de captação de *deal flow*, aberto trimestralmente, que permite identificar e selecionar novos projetos de *startups* tecnológicas inovadoras e globais. No processo de análise e suporte à decisão de investimento, a Portugal Ventures conta já com uma vasta rede de mais de 400 peritos, dos quais mais de 50% estão localizados no estrangeiro, em particular em alguns dos maiores e mais dinâmicos ecossistemas tecnológicos mundiais (por exemplo, Silicon Valley e Boston, ambos nos EUA).
- *Ignition Capital Network*: estabelecida em parceria com operadores privados de *seed capital* e também com alguns dos mais dinâmicos *business angels* a operar no ecossistema nacional, a criação desta rede de *seed capital* tem por objetivo catalisar a intervenção de investidores privados e alavancar o investimento público participado pela Portugal Ventures. Durante 2014, associaram-se a esta rede cerca de 20 operadores privados e *business angels* que já realizaram, em sindicância com a Portugal Ventures, 17 co-investimentos no total de cerca de 5 milhões de euros.

- *Acceleration & Innovation Hubs in the World*: seguindo também as melhores práticas de *venture capital* internacional, a Portugal Ventures reconhece a necessidade imperiosa de, mais do que capital, aportar elementos decisivos para o acompanhamento e desenvolvimento com sucesso das *startups* objeto do investimento, nomeadamente o acesso a ecossistemas mundiais reconhecidamente comprometidos com a criação de valor e riqueza associados ao desenvolvimento de *startups* tecnológicas globais. Com este objetivo, foi estabelecido no início de 2013 o primeiro centro internacional da Portugal Ventures, em Silicon Valley, EUA. O início de 2014 marcou a abertura do segundo destes centros, no Cambridge Innovation Center, em Boston. Mais recentemente, uma parceria estabelecida com a Fundação para a Ciência e Tecnologia veio também permitir o acesso das participadas da Portugal Ventures ao centro de aceleração e desenvolvimento de negócios IC2, na Universidade do Texas, em Austin. Para 2015, perspetiva-se a abertura de um novo centro da Portugal Ventures, em Berlim, e muito provavelmente também a abertura do primeiro centro da Portugal Ventures na Ásia.

Lançamento do Programa +Inovação +Indústria

A experiência acumulada com o desenvolvimento do Programa de Ignição, e em particular da "Call for Entrepreneurship", permitiu perceber que a captação de projetos de *startups* tecnológicas tinha origem, fundamentalmente, no sistema científico e tecnológico nacional e organizações promotoras de empreendedorismo a ele associadas. Fora desta dinâmica ficavam os setores tradicionais da economia nacional e, atualmente, determinantes para o esforço exportador de que o País necessita.

Para colmatar esta falha estrutural na captação de projetos inovadores e globais, a Portugal Ventures lançou em agosto de 2014 o Programa +Inovação +Indústria, com o objetivo de estimular o investimento de *venture capital* dirigido, agora também, à capacidade empreendedora existente nos setores mais tradicionais da economia nacional. Este programa tem como objetivos aumentar a incorporação tecnológica e capacidade de inovação empresarial nesses setores, possibilitar a sua rápida progressão nas cadeias de valor internacionais e incentivar a cooperação com o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), com vista a encontrar as respostas mais adequadas aos desafios da reindustrialização da economia nacional.

Desenhado à semelhança do bem sucedido Programa de Ignição, o Programa +Inovação +Indústria assenta também em quatro pilares, apresentados na figura infra e que seguidamente se descrevem.

Figura 6: Pilares do Programa +Inovação + Indústria

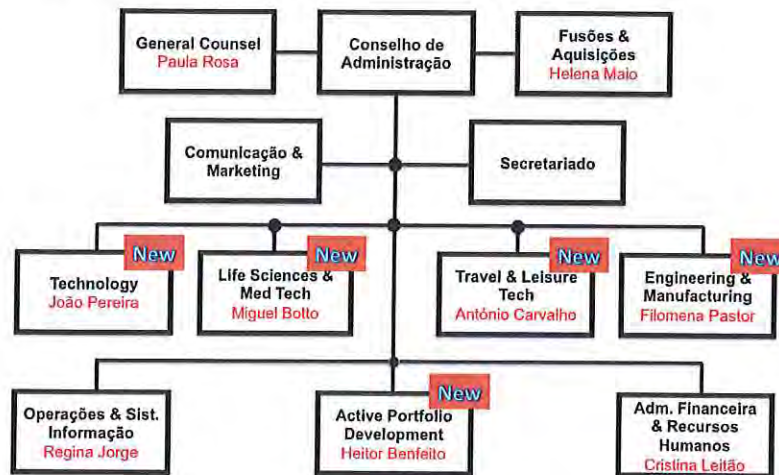


- *Rede de Parceiros*: a Portugal Ventures conta com a cooperação de relevantes universidades, centros tecnológicos e polos de competitividade, incubadoras e associações empresariais. Lançada em agosto de 2014 e contando atualmente com 22 participantes, esta rede pretende ser uma comunidade dinâmica orientada para agilizar e sistematizar os processos de *deal flow*, promovendo o acesso a investimento de *venture capital* de projetos inovadores dirigidos aos setores mais tradicionais da indústria portuguesa, bem como o acesso a infraestruturas adequadas para atividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D), apoio administrativo, técnico e logístico, apoio à gestão e desenvolvimento de negócio e apoio à comercialização, sobretudo em mercados internacionais.
- *Análise e Seleção de Projetos*: processo ágil de chamada periódica para apresentação de candidaturas de projetos dirigidos aos setores tradicionais da economia nacional, com o objetivo de selecionar e investir em novas realidades empresariais inovadoras e globais. Para suporte ao processo de avaliação dos projetos apresentados, a Portugal Ventures conta com a colaboração de mais de 80 peritos, dos mais diversos setores empresariais e entidades do SCTN. Em 2014, realizou-se a 1ª edição de chamada de candidaturas, com 114 novos registos, 42 projetos submetidos e 2 projetos em fase negociação de *non-binding term sheets* e 3 em fase de contratualização. No final do ano foi aberta a 2ª edição de chamada de candidaturas.
- *Centros de Inovação Tecnológica*: aceleradores de empresas em alguns dos principais e mais dinâmicos centros internacionais de inovação, com vista a contribuir ativamente para a apoiar e exponenciar o crescimento global das *startups* portuguesas incluindo, naturalmente, novas empresas inseridas nos setores industriais tradicionais e objeto de investimento no âmbito do Programa +Inovação +Indústria.
- *Rede de Capital*: em parceria com o sistema financeiro nacional e investidores privados, esta rede de capital tem o objetivo de facilitar o acesso a investimento de *venture capital* e outras formas de financiamento compatíveis com as necessidades das *startups* emergentes.

3. Estrutura Organizativa

Em 2014, a Portugal Ventures iniciou um programa de desinvestimento da área de *private equity*, descontinuando a análise de oportunidades de investimento em carteira e a geração de *deal flow* e, em paralelo, executando um programa de reposicionamento e enfoque na área de *venture capital*. Em consequência, e para além de um vasto conjunto de operações de racionalização da carteira de fundos, reenquadramento dos respetivos ativos e recolocação da liquidez disponível, a Portugal Ventures promoveu, já no decurso do quarto trimestre de 2014, a redefinição da sua organização interna, tanto ao nível das Unidades de Negócio como ao nível de algumas atividades transversais de apoio ao negócio, tal como indicado na figura abaixo.

Figura 7: Organograma da Portugal Ventures



Foram descontinuadas as unidades de negócio de *Private Equity*, *Venture Capital* e *Tourism Hospitality & Leisure* criadas em Junho de 2012 e, em sua substituição, foram criadas quatro novas unidades de negócio com especialização sectorial nas áreas de *Technology*, *Life Sciences & MedTech*, *Travel & Leisure Tech* e *Engineering & Manufacturing*, sendo comum a todas elas a mesma estratégia e estrutura de investimento de *venture capital*. Foi igualmente criada a unidade de *Active Portfolio Development*, uma nova unidade corporativa de suporte transversal às quatro unidades de negócio e que irá garantir a gestão dos canais de *deal flow*, dos “Centros Internacionais da Portugal Ventures” e reforçar o apoio aos processos de internacionalização das participadas em carteira.

Para além das novas unidades agora criadas, a organização da Portugal Ventures integra ainda outras unidades corporativas de suporte a toda a atividade de investimento e desinvestimento, gestão de fundos e ativos, gestão e contratação de assuntos jurídicos, gestão administrativa, financeira e de recursos humanos e de reporte de informação, garantindo apoio permanente ao *core business* da sociedade e mantendo o seu regular e eficiente funcionamento.

3.1 Assessoria ao Conselho de Administração

Fusões e Aquisições

Esta área de Assessoria ao Conselho de Administração é responsável pela definição e operacionalização de estratégias de desinvestimento orientadas à otimização do valor investido. O Plano Estratégico de Desinvestimento de Participadas da Portugal Ventures, definido em 2013 inclui as participadas que obedecem a determinados critérios tendo em conta os objetivos de otimização anteriormente referidos. A esta carteira de Participadas da Portugal Ventures (com exceção das que se encontram inativas ou em processo de dissolução e liquidação) foram aplicados os seguintes critérios:

- Critério 1: maturidade superior a 10 anos (limite legal estabelecido no D.L. 375/2007, de 8 de novembro, que aprova o regime jurídico do capital de risco);
- Critério 2: maturidade superior a 6 e inferior a 10 anos;
- Critério 3: valorização nula do *capital/equity* ($EV < 50\%$ dívida financeira líquida/*net debt*).

dd

RF

O Plano Estratégico de Desinvestimento da Portugal Ventures inclui não só as participadas que preenchem os critérios de desinvestimento estabelecidos, mas também algumas participadas para as quais foi identificada oportunidade de alienação.

Desde que foi constituída esta unidade de assessoria e até 31 de dezembro de 2014 foi concluída a alienação total do capital de cerca de 30 participadas integrantes do referido Plano de Desinvestimento.

3.2 Áreas de Negócio

Engineering & Manufacturing

Assumindo-se a Portugal Ventures como operador de *Venture Capital*, o ano de 2014, em especial o seu 2º semestre, ficou marcado pela definição de novas unidades de negócios que, investindo exclusivamente numa lógica de *venture capital*, espelham um perfil de competências e conhecimento sectorial.

A descontinuação, ainda em 2013, das atividades de investimento de *Private Equity* (PE), representou desde logo a suspensão da atividade de geração de *deal flow* para essa tipologia de investimentos, mantendo-se contudo a responsabilidade da unidade de E&M na gestão e acompanhamento do portfólio de *Private Equity* existente na carteira sob gestão da Portugal Ventures. A prioridade dessa gestão tem sido no sentido de valorizar as participações ativas e promover de forma estruturada a alienação de participadas, segundo critérios previamente definidos, nomeadamente quanto à sua maturidade e grau de recuperabilidade do investimento.

Neste novo enquadramento, a unidade de negócio *Engineering & Manufacturing* foca-se assim essencialmente:

- No investimento e acompanhamento de *start-up's*, abrangendo desde as fases *pré-seed* e *seed* até às fases de *early stage* e *scale-up*, orientadas para atividades ou setores relacionados com vocação para o mercado global;
- No contributo para a dinamização do ecossistema nacional de empreendedorismo, nomeadamente Centros Tecnológicos, Universidades, Associações Empresariais e Empresas.

Tem igualmente competido à unidade de negócio *Engineering & Manufacturing*, tendo presente o conhecimento adquirido ao nível dos sectores da indústria e sectores mais tradicionais da economia portuguesa e em crescente articulação com a equipa de *Active Portfolio Development*, a dinamização e gestão ativa do Programa *+Inovação +Indústria*, nomeadamente (i) a promoção da rede de parceiros de capital, (ii) o desenvolvimento da rede de parceiros da indústria, (iii) o desenvolvimento de rede de peritos e ainda (iv) a avaliação do *deal flow* gerado nas edições regulares do Programa.

No final do ano de 2014, a equipa da unidade *Engineering & Manufacturing* era composta por 4 colaboradores, todos eles seniores e com experiência acumulada relevante.

Em 31 de dezembro de 2014 o portefólio de investimento da unidade *Engineering & Manufacturing* contava com 29 empresas, das quais 22 ainda do portfólio de *Private Equity*.

Life Sciences & MedTech

A unidade de negócio *Life Sciences & MedTech* (LS&M) foi criada no quarto trimestre de 2014, procurando responder à necessidade de maior especialização de recursos no seio da Portugal Ventures, tendo em conta as especificidades científicas e tecnológicas, de mercado e do ciclo de vida dos negócios em que investe.

Para dar resposta aos objetivos de atuação em termos de uma unidade de negócio científica e tecnologicamente especializada, deu-se início ao reforço da equipa de LS&M através do recurso, em regime de prestação de serviços, a elementos dotados da formação científica adequada e que deverão induzir a especialização interna e aquisição acelerada de conhecimento. Para além destes recursos, foi integrado na equipa um elemento júnior em regime de estágio.

Deve referir-se a inauguração, que teve lugar em julho, do acelerador da Portugal Ventures em Boston, de particular relevância para a unidade de negócios de *Life Science & MedTech* pela riqueza do ecossistema técnico-ciêntífico e empresarial associado a este tipo de atividades naquela região. Este *Hub*, mais do que o de San Francisco, deverá permitir potenciar o desenvolvimento das participadas de LS&M de acordo com as melhores práticas internacionais e permitir o seu acesso a recursos vitais em termos de *know-how* e, espera-se, também de financiamento.

As participadas Kinematix e Functional Enviromics tiveram desde então presença permanente naquele acelerador. De forma pontual estiveram também presentes a Perceive3D, a Magnomics, a Luzitin e a CBRA Genomics, beneficiando desde então de contactos estabelecidos com instituições locais, com advogados, consultores em Propriedade Intelectual e outros *advisors*. Alguma participadas estiveram presentes na MassBio, no Conected Health Symposium e na MassMedic, eventos de referência que tiveram lugar em Boston e em Cambridge. No caso da MassMedic, para além da presença da Kinematix e da Magnomics, a própria Portugal Ventures esteve representada por elementos da sua equipa de LS&M.

Em 31 de dezembro de 2014 o portfolio de *Life Sciences & MedTech* era constituído por 20 empresas.

Technology

A unidade de negócio *Technology* tem como vocação promover e dinamizar a criação e desenvolvimento inicial de empresas de base tecnológica com ambição global, desde as fases de *Pre-Seed* e *Seed* até às fases de *Early Stage* e *Scale-up*, no ecossistema nacional de empreendedorismo qualificado.

Em particular, este subsetor de *Venture Capital* tem em vista o investimento e a geração de negócios predominantemente no setor comumente designado de *ICTE & Web* (tecnologias de informação, comunicações, eletrónica, conceitos web e mobile), em alinhamento com os principais temas e desafios em mercados globais.

As principais linhas de atuação da unidade *Technology* são:

dd
df
rf

- Participação ativa no Programa de Ignição, nomeadamente em sessões de debate e de divulgação do empreendedorismo tecnológico e seu financiamento, concursos de ideias e de planos de negócio, “*Demo Days*” de programas de aceleração dos parceiros *Ignition Partners Network* e avaliação do *deal flow* gerado na *Call for Entrepreneurship*;
- Exploração de oportunidades de co-investimento com parceiros da rede *Ignition Capital Network*;
- Apoio na potenciação do desenvolvimento internacional das *startups* através dos Centros Internacionais da Portugal Ventures e do aprofundamento dos contactos internacionais, em especial tendo em vista o *proof of concept*, o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos modelos de negócio e a angariação de *independent board members*, mentores, especialistas, consultores e investidores;
- Acompanhamento próximo, com presença direta no *board* das empresas participadas, monitorizando e favorecendo a criação de valor com as equipas de fundadores/promotores;
- Fomento da proximidade com peritos nacionais e internacionais e outros investidores de capital de risco, no sentido de apoiar com conhecimento global relevante os processos de decisão e alargar a base de oportunidades de novas rondas de investimento;
- Acesso e incorporação de referências internacionais que norteiam a prática e as temáticas de investimento de *Technology*, promovendo e dinamizando contactos internacionais e participando em eventos globais relevantes.

Os resultados obtidos em 2014 quanto ao número de projetos do *deal flow*, de investimentos e co-investimentos e *exits* refletem, ainda que em diferentes medidas, o impacto das iniciativas acima descritas.

Em 31 de dezembro de 2014 o portfólio de investimento da unidade *Technology* contava com 34 empresas, sendo que no início de 2015 foram já realizados investimentos em 3 novas empresas, estando em preparação a contratação de mais 8.

No final do ano de 2014 a equipa da unidade *Technology* era composta por 6 colaboradores, dos quais 3 são séniores com experiência acumulada de investimento relevante.

Durante este ano, a equipa de *Technology* teve a oportunidade de participar em eventos internacionais como o Web Summit (Dublin, Irlanda) e o Slush (Helsínquia, Finlândia) e de acompanhar programas de trabalho formativos na Bay Area e em Boston (EUA).

Travel & Leisure Tech

Na sequência do processo em curso de reenfoque da atividade da Portugal Ventures, a anteriormente chamada unidade de negócio *Tourism, Hospitality & Leisure* passou a denominar-se *Travel & Leisure Tech* (TLT), passando a ser uma das quatro áreas de intervenção de investimento em *Venture Capital*.

No decorrer de 2014, a *Call for Entrepreneurship* constituiu já a única forma de originação de projetos de investimento, tendo a equipa da unidade TLT estado envolvida tanto nas fases de *pre-screening* como também nas fases subsequentes de análise integrando alguns dos painéis de avaliação.

Como critério de seleção dos novos investimentos a realizar, foram definidos dois verticais de atuação:

1. Orientação para investimentos em projetos de base tecnológica que, por um lado, contribuam para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global e, por outro, apresentem um elevado potencial de internacionalização da tecnologia desenvolvida;
2. Enfoque na análise de projetos de animação ou operação turística, que permitam a captação de novos segmentos de mercado, contribuam para o aumento da estada média no país e do consumo médio por visitante, e exponenciem a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações.

Até 31 de dezembro de 2014, a unidade TLT contava no seu portefólio com 6 empresas participadas de base tecnológica, das quais três foram originadas através da Call for Entrepreneurship. Até final do 1º trimestre de 2015, é expectável a contratualização de 5 novos investimentos que resultaram das 8ª e 9ª edições do referido programa.

À data de 31 de dezembro de 2014, a unidade TLT era composta por 1 colaborador pertencente aos quadros da empresa, e 2 elementos representando empresas de consultoria contratadas em regime de prestação de serviços, a tempo parcial, e tinha sob sua responsabilidade o acompanhamento de 31 empresas participadas.

Em termos do volume de trabalho decorrente do número de participações sob a responsabilidade da unidade de TLT, e apesar de ter sido alienado um conjunto significativo de participadas com mais tempo na carteira no decorrer de 2014, é expectável que o mesmo continue a aumentar uma vez que o peso do número de empresas em fase nascente, e que carecem de um nível de acompanhamento mais próximo e exigente, é cada vez maior. Por essa razão, e já no decorrer do presente ano, foi solicitado um elemento adicional através de uma das empresas de consultoria já contratadas, e que iniciou funções em janeiro 2015, também a tempo parcial.

3.3 Unidades Corporativas

Active Portfolio Development

A equipa de *Active Portfolio Development* foi estabelecida em Outubro de 2014 com o objectivo de reforçar a dinâmica e as ligações ao ecossistema nacional e internacional onde a Portugal Ventures e as suas participadas actuam, bem como consolidar a implementação do Programa de Ignição, actuando nos seus 4 pilares estratégicos:

- *Call for Entrepreneurship;*
- *Ignition Partners Network;*
- *Ignition Capital Network;*
- *Acceleration & Innovation Hubs in the World*

Acresce ainda que é objectivo da equipa de *Active Portfolio Development* contribuir para reforçar a capacitação da Portugal Ventures e das equipas que lideram as *start-up* no acesso a contactos nacionais e internacionais de relevo para a sustentabilidade e crescimento das *start-ups* ao nível de:

JK

AT

15

1. Desenvolvimento de parcerias com *Corporate Finance Advisory Boutiques* internacionais (Europeias e/ou Norte-americanas) com vista a apoiar e preparar um conjunto de empresas para a angariação de *funding* internacional e maior proximidade com *big corporations*;
2. Promover a divulgação e presença conjunta com participadas em eventos de destaque no panorama internacional, por forma a reforçar a visibilidade e oportunidades de parcerias internacionais das *start-ups* e dinamização de negócio internacional;
3. Realização estruturada e reiterada de ações de capacitação dos CEOs e membros séniores das equipas executivas das participadas, beneficiando da rede de expertise internacional, na iniciativa por "PV Academy" que pretende recuperar com valor acrescentado as iniciativas promovidas no passado ao nível da partilha do saber, experiência e ferramentas para a gestão das empresas para promover o seu crescimento e desenvolvimento global, partilhar e fomentar as melhores práticas internacionais de *start-ups* investidas por *Venture Capital*.

Ao nível dos verticais de actividade da equipa de *Active Portfolio Development* cumpre evidenciar:

Call For Entrepreneurship

Desenvolvida e implementada como ponto de acesso ao Programa de Ignição, a *Call For Entrepreneurship* é uma iniciativa dinâmica e contínua, realizada trimestralmente e que tem o duplo objetivo de aumentar significativamente o *deal flow* de projetos empresariais emergentes de base tecnológica e promover uma maior e melhor qualificação do investimento. O processamento ágil e rápido de decisão e execução de investimentos evolui ao longo de quatro meses através de três etapas principais: (i) a pré-triagem de todos os projetos apresentados (*pre-screening*), (ii) a avaliação por um painel de especialistas, nacionais e internacionais, dos projetos selecionados, e, por fim, (iii) a decisão de investimento e a contratualização.



Figura 8: A *Call For Entrepreneurship* do Programa de Ignição da Portugal Ventures tem vindo a promover uma forte mobilização do ecossistema nacional de empreendedorismo tecnológico

Ignition Partners Network (IPN)

Atualmente já com cerca de 60 parceiros, a *Ignition Partners Network* é uma rede aberta e cooperativa de aceleradoras e incubadoras de base tecnológica nacionais para a dinamização do *deal flow*, nacional e internacional, sob a coordenação da Portugal Ventures. Como proposta de valor da rede para os empreendedores, estes podem beneficiar do apoio e colaboração do parceiro escolhido para a preparação e qualificação do seu projeto para investimento de capital de risco.

Figura 9: Ignition Partners Network da Portugal Ventures



Ignition Capital Network

A *Ignition Capital Network* é uma iniciativa em rede iniciada em 2013 sob liderança da Portugal Ventures. Esta rede aberta, conta já com 20 elementos e pretende (i) catalisar a intervenção de investidores promovendo o acesso de projetos de base tecnológica em *seed stage* a investimento de capital de risco, (ii) agilizar e sistematizar a qualificação do *deal flow* através da participação no processo de avaliação de projetos da *Call for Entrepreneurship*, (iii) continuar o esforço de ligação do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica e (iv) fomentar e disseminar as melhores práticas de intervenção de capital de risco, referenciadas internacionalmente, e com elevados e crescentes padrões de exigência. O esforço cooperativo contribuirá para a dinamização do investimento privado nacional em projetos de base tecnológica, promovendo a crescente participação de *Business Angels* e a sindicância de investimentos de outros fundos de capital de risco.

Figura 10: Alguns exemplos de membros da ICN



Acceleration & Innovation Hubs in the World

Através desta iniciativa os projetos investidos, bem como qualquer outra participada da Portugal Ventures e parceiros da sua rede poderão aceder a incubação e aceleração em centros internacionais de inovação reconhecidos:

- Bay Area na Califórnia (PV Accelerator in the Bay);
- Boston em Massachusetts (PV Accelerator in Boston);
- UTEC/IC2 no Texas (através de parceria com a FCT);

Com disponibilidade de espaço físico partilhado e de apoio local, as empresas e os seus promotores poderão beneficiar do aconselhamento por especialistas internacionais e do acesso a rede de contactos relevante, que permitem colocar à prova e adaptar conceitos e modelos de negócio, promover o desenvolvimento de negócios e aceder a diversas parcerias estratégicas e de capital.

Operações e Sistemas de Informação

A atividade da área de Operações centra-se nos seguintes objetivos gerais:

- Aperfeiçoamento da capacidade de prestação de informação, quantitativa e qualitativa, da atividade desenvolvida pelos fundos de capital de risco geridos pela Portugal Ventures, não só internamente, como também externamente, através do reporte aos Participantes e à CMVM, enquanto entidade reguladora;
- Reforço dos procedimentos de monitorização para recuperação de créditos vencidos, em articulação com as áreas financeira e jurídica da Portugal Ventures;
- Acompanhamento ativo da carteira de capital de risco que se encontre em situação de inatividade, insolvência e/ou liquidação, também em articulação com as unidades de negócio e a área jurídica.

Durante o ano de 2014, foi desenvolvido um vasto projeto de reorganização da atividade de capital de risco da Sociedade e dos fundos de capital de risco sob sua gestão, a par do acompanhamento do cumprimento das obrigações dos fundos e a regularização de todos os processos que resultaram da implementação das fusões de fundos, iniciadas durante o ano de 2013 e que se prolongaram por 2014. Ainda durante o ano de 2014 foram concretizadas duas novas fusões de fundos e registada a extinção do FCR Portugal Ventures Inter-Regional, reduzindo em quatro o número de fundos sob gestão, passando de 20 para 16, reforçando a capacidade de investimento dos Fundos incorporantes e permitindo uma maior racionalização do esforço desta área para a gestão da carteira de Fundos.

Já no que diz respeito à atividade da área de Sistemas de Informação, durante o ano de 2014, deu-se início ao desenvolvimento da intranet da Portugal Ventures – NAVIGATOR – que, usando o poder das tecnologias de informação, permite produzir e partilhar de forma estruturada grande parte da informação relevante da atividade profissional diária da sociedade e trabalhar de forma mais eficiente, mais produtiva e com maior qualidade.

Dos processos implementados no âmbito do NAVIGATOR, destacamos os seguintes:

Gestão de Deal Flow

Registo e análise de projetos no âmbito das iniciativas de angariação de novas oportunidades promovidas pela Portugal Ventures, nomeadamente: Call For Entrepreneurship; Programa +i+I.

Figura 11: Dashboard de Oportunidades



Gestão de Investimentos:

Na área de Investimentos do Navigator destacam-se as seguintes atividades: (i) análise e montagem de operações; (ii) acompanhamento de participadas, nomeadamente, ficha completa da participada, registo e gestão de reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais das participadas, registo e consulta da avaliação periódica da carteira; (iii) gestão de desinvestimentos.

Figura 12: Registo de projetos

Projetos

Pesquisar Limpar
 Data: 09-04-2014 | DDMM-YYYY | Gestor: [Qualquer]
 Tipo: Investimento | Setor da EVCA: [Qualquer]
 Estado: Negociação | Stage: [Qualquer]

Processo	Tipo	Data	Fase	Entidade	Montante	Gestor
HolyCup, Lda	Investimento	30-06-2015	Negociação		€ 100 000,00	Miguel Barbosa
BejonDevices	Investimento	31-03-2015	Negociação		€ 710 000,00	Miguel Barbosa
PLINEA - Sustainable by nature	Investimento	31-03-2015	Negociação		€ 150 000,00	Miguel Barbosa
Possible Answer	Investimento	27-02-2015	Negociação		€ 0,00	Mano Almeida
BOUETHON / B. Quart	Investimento	09-02-2015	Negociação	Bouethon, SA	€ 617 500,00	Antonio Carvalho
ImmuneMap	Investimento	27-02-2015	Negociação	ImmuneMap, S.A.	€ 749 999,82	Mano Maceo
Adfamix	Investimento	02-01-2015	Negociação	Adfamix Participada, S.A.	€ 425 000,00	Fernando Pires Ferreira
Folha Inspiração Unipessoal Lda	Investimento	22-01-2015	Negociação		€ 0,00	Mano Almeida

8 records

Gestão de Fundos:

São asseguradas algumas das seguintes funcionalidades: (i) caracterização dos fundos sob gestão, (ii) informação detalhada do Fundo e Participantes, (iii) gestão da carteira de ativos de capital de risco, (iv) reporting de atividade interno e externo (p.e: CMVM, EVCA, Participantes).

Figura 13: Dashboard dos Fundos

Navigator - Gestão de Fundos

Dashboard

Data de Referência: 09-02-2015 Analisar

🔄 16 Fundos

[Ver Detalhes](#)

📊 159 Participadas

[Ver Detalhes](#)

👥 30 Participantes

[Ver Detalhes](#)

INDICADORES

	01-01-2014	30-06-2014
Valor Global Líquido	€ 0,00	€ 187.202.492,00
Ativo Total Líquido	€ 0,00	€ 228.757.233,00
Carteira de Ativos	€ 0,00	€ 177.823.709,53
Valor Carteira de Ativos Líquido	€ 0,00	€ 132.054.893,53
Líquido	€ 0,00	€ 64.252.769,49
Passivo	€ 0,00	€ 25.554.424,12
Outro Ativo Total Líquido	€ 0,00	€ 28.478.342,16
Resultado Líquido	€ 0,00	€ -3.554.723,19
Retratilidade do Valor Global Líquido	0,00%	-1,88%
Retratilidade do Ativo Total Líquido	0,00%	-1,88%

CAPITAL

Subscrito	€ 341.828.159,48
Realizado	€ 370.028.055,48
Por Realizar	€ 10.543.614,00
% Por Realizar	36%

TAXA INTERNA DE REENTRADAÇÃO (TIR)

Fundo	31-10-2014	30-06-2014
FCR - Diminuição Turística	-13,60%	-19,4%
FCR - Portugal Ventures Turística	-7,00%	-7,3%
FCR FMI Portugal Ventures Burgalax	0,50%	1,43%
FCR Portugal Ventures - FIEP	-1,40%	-1,32%
FCR Portugal Ventures ACTEC II	-1,62%	4,5%
FCR Portugal Ventures Biscant	-1,55%	-9,16%
FCR Portugal Ventures Early Stage	0,28%	0,12%
FCR Portugal Ventures FINEA	0,45%	0,73%
FCR Portugal Ventures Flocia	-0,15%	-0,5%
FCR Portugal Ventures Global 2	-16,65%	-16,15%
FCR Portugal Ventures GPI	-2,94%	-2,31%
FCR Portugal Ventures Inovative Creative	-16,56%	2,51%
FCR Portugal Ventures Intermacconatzepla	-0,89%	0,16%
FCR Portugal Ventures Investias	-4%	-0,71%
FCR Portugal Ventures Valor 2	-16,99%	-24,26%
Taxa Interna - FCR	8,11%	8,81%

Handwritten notes: dd, #, K

Área Jurídica:

Nesta área destaca-se a funcionalidade de “gestão de pedidos”, que permite aos utilizadores efetuarem diretamente pedidos aos responsáveis pela área Legal e simplificar a gestão e acompanhamento dos mesmos.

Figura 14: Registo de pedidos da area legal.



Recursos Humanos e Área Pessoal (colaborador):

Área que permite registar e gerir vários workflows associados a atividades de cada colaborador e da Sociedade, tais como, (i) acesso á informação individual do colaborador, informação fiscal, recibos de vencimento; (ii) submissão, autorização e aprovação de Pedidos de férias; (iii) despesas de deslocação; (iv) pedidos de formação; (v) pedido e informação de ausências, entre outros.

Figura 15: Exemplos de menu de navegação dos recursos humanos e área pessoal



Handwritten blue initials and marks on the bottom right corner of the page.

Gestão Documental:

O Navigator está integrado com uma gestão documental transversal a todo sistema de informação e que permite arquivar e consultar de forma rápida a informação relevante. A equipa de Operações e Sistemas de Informação conta com a colaboração de 5 pessoas, das quais uma se encontra exclusivamente focada na área de Sistemas de Informação.

Área Administrativa, Financeira & Recursos Humanos

Na área Financeira, ao longo do ano 2014, deu-se continuidade ao trabalho de racionalização, uniformização e melhoria de processos e da qualidade da informação na Sociedade e nos Fundos de Capital de Risco por si geridos, sendo de realçar as seguintes atividades:

- Cumprimento de todas as Obrigações Contabilísticas e Fiscais referentes aos exercícios de 2013 e 2014;
- Consolidação do Modelo de Controlo de Gestão por Unidade de Negócio;
- Melhoria contínua do modelo de informação de suporte à gestão;
- Harmonização fiscal dos Fundos de Capital de Risco;
- Operações de fusão de Fundos de Capital de Risco.

Prosseguiu-se o objetivo de garantir a maximização dos rendimentos derivados da gestão dos meios líquidos de tesouraria, quer da Portugal Ventures, quer dos fundos de capital de risco por si geridos, com o menor risco possível. A política de aplicação de valores monetários disponíveis encontra-se definida no "Regulamento interno de aplicação dos excedentes de tesouraria da Sociedade e dos FCRs por si administrados".

No âmbito do projeto Navigator, desenvolveram-se diversos processos da área Administrativa e Financeira, nomeadamente (i) aprovação e validação de faturas, (ii) gestão de planos de pagamento e de controlo de créditos e (iii) partilha/divulgação interna de informação contabilística e financeira da Portugal Ventures e dos fundos de capital de risco por si geridos.

Já relativamente à área de Recursos Humanos, no final de 2014, a estrutura de recursos humanos da Portugal Ventures é constituída por 35 colaboradores, 2 estagiários e 3 Administradores, localizados na Sede da Sociedade, no Porto, e também nas instalações em Lisboa.

Considerando as restrições à contratação de novos colaboradores no Setor Empresarial do Estado, e tendo em conta o incremento considerável da atividade da Sociedade, a Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política ativa de Estágios, apoiados ao abrigo dos programas do IEFP, a qual se manterá em 2015.

Numa lógica mais transversal, no início do ano 2014 concluiu-se o Projeto para Harmonização das Políticas de Recursos Humanos, que teve início no final de 2012. Este projeto foi concluído com a publicação e implementação do Manual de Recursos Humanos da Portugal Ventures, que inclui o Manual de Políticas e Procedimentos de Recursos Humanos e também o Manual de Funções.

jd
jf
lf

Área Jurídica

Em 2014, com o apoio de recursos geridos internamente, a Área Jurídica garantiu o tratamento de todos os assuntos jurídicos da Sociedade e dos fundos sob gestão. Neste âmbito, deu-se apoio às operações de investimento e de desinvestimento, às fusões de Fundos de Capital de Risco sob gestão e, em geral, à contratualização de todos os negócios celebrados pela Portugal Ventures.

Constituíram exceção à utilização de recursos geridos internamente, todos os processos de contencioso e outros assuntos específicos que requereram o apoio de consulta jurídica externa, bem como a customização dos contratos celebrados no âmbito da *Call for Entrepreneurship*.

O significativo crescimento do volume de trabalho verificado em 2014 levou ao alargamento dos recursos alocados a esta área, com o aumento do número de advogados que prestam serviços à Portugal Ventures no âmbito do contrato de avença em vigor (em regime de *secondment*). Como resultado deste reforço, e desde outubro de 2014, a Área Jurídica conta com o apoio de um advogado que pertence aos quadros da empresa e de dois advogados em regime de prestação de serviços contratados com a sociedade Paulo Espírito Santo Amil & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.

Foi também em 2014 que, no âmbito da implementação do Sistema Navigator, os processos em tratamento e acompanhamento pela Área Jurídica passaram a estar disponíveis *on-line*, o que permitiu uma melhor organização e monitorização de todo o trabalho desenvolvido, contribuindo, em conjunto com o reforço da equipa, para uma resposta mais célere aos pedidos dirigidos à Área Jurídica.

Comunicação & Marketing

A Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política de comunicação, indutora de visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral, com vista a geração de *deal flow* de projetos crescentemente qualificados, ao aumento da notoriedade das suas participadas e a criação de empatia com a sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento do ecossistema Português de empreendedorismo.

Neste quadro, em 2014, dinamizou-se de forma intensa o website (www.portugalventures.pt) e a presença nas redes sociais Facebook e Twitter, gerando uma forte dinâmica de interação com todos os que contactam regularmente a Portugal Ventures e criando um espaço aberto de participação do ecossistema de empreendedorismo, não só nacional mas também internacional.

Adicionalmente, durante o ano, promoveram-se três grandes eventos: o Portugal Ventures Day, o Portugal Ventures in Boston e o 1st Portugal International Investors Forum.

O Portugal Ventures Day é uma ação de regularidade anual com os seguintes objetivos:

- Contribuir para a abertura internacional do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, trazendo a Portugal algumas individualidades e investidores de referência mundial e dando-lhes a conhecer uma nova realidade do país;

- Aumentar a visibilidade da atividade da Portugal Ventures, do seu Programa de Ignição e dos seus parceiros Ignition Partners Network e Ignition Capital Network, bem como das suas participadas objeto de investimento no decorrer das edições periódicas da Call For Entrepreneurship;
- Aumentar igualmente a visibilidade da nova iniciativa da Portugal ventures, o Programa +Inovação +Indústria, e dos seus Parceiros bem como das suas participadas alvo de investimento;
- Reconhecer e aplaudir as empresas da vasta carteira de participadas, que atingiram níveis superiores de desenvolvimento, solidez financeira, expansão internacional e inovação de produtos e serviços, criando sólidos e duradouros fatores de impacto económico e social.

No segundo Portugal Ventures Day, realizado no Teatro Camões em Lisboa, estiveram presentes mais de 650 participantes.

O Portugal Ventures in Boston, realizado em Boston, visou a apresentação de participadas ao ecossistema em Boston e o reforço da rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional. Este evento contou com a participação de 15 empresas nacionais e mais de 150 pessoas.

O 1st Portugal International Investors Forum foi realizado em setembro em parceria com a Go4Ventures, Espírito Santo Ventures e a P-Bio. Este evento teve como objetivo apresentar um conjunto de empresas portuguesas da área de *Technology* e *Life Sciences* a um conjunto de investidores nacionais e internacionais.

Estiveram presentes mais de 30 empresas e cerca de 200 participantes. O evento teve também ampla cobertura dos média nacionais e internacionais, proporcionando, inclusivé um artigo no portal on-line da BBC.

Num âmbito mais lato, tendo por alvo o público em geral, a Portugal Ventures promoveu largamente as suas atividades, com especial foco no seu Programa de Ignição e Programa +Inovação +Indústria, através da divulgação de comunicados de imprensa aos órgãos de comunicação social nacional e internacional, onde se obteve uma cobertura significativa.

Abaixo apresentamos os principais indicadores da atividade da área da comunicação a 31 de Dezembro de 2014:

Figura 16: Indicadores da área da comunicação

	2013	2014
Total de Visitas ao Website	98.108	112.215
N.º de Edições da Newsletter	3	1
N.º de pessoas Registadas na Newsletter/Mailling List	4.700	7.720
N.º de Gostos no Facebook	874	1.857
N.º de Seguidores no Twitter	0	311
N.º de Eventos Organizados	2	3
N.º de Pessoas Presentes nos Eventos	770	900

No último trimestre de 2014, a área de Comunicação iniciou o processo de renovação do seu *website*, já ativo durante o 1.º Trimestre de 2015.

A área da Comunicação e Marketing contava, no final de 2014, com dois colaboradores da Portugal Ventures.

4. Cumprimento das Orientações Legais

Dos objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado.

Em termos do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, no contexto da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, foi assumido como intervenção transversal a todas as Unidades de Negócio:

- Atuação proativa para aumentar *deal flow* de projetos, visando a identificação e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos;
- Desenvolvimento de uma rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o posicionamento internacional das *start-ups* de base tecnológica;
- Desenvolvimento de um *Advisory Board* Internacional na Portugal Ventures, como elemento indutor das melhores práticas internacionais, aconselhador de estratégias e facilitador de contactos internacionais;
- Acompanhamento de proximidade às participadas, no sentido do seu rápido desenvolvimento e criação de valor;
- Promoção de centros de apoio internacionais (*Acceleration & Innovation Hubs in the World*) para rápida globalização do ecossistema;
- Realização de ações de capacitação visando a transmissão de saber e experiência essenciais ao crescimento das empresas;
- Promoção do co-financiamento com entidades privadas com base no desenvolvimento de modelos de partilha de mais-valias como incentivo à tomada de risco;
- Promoção do desinvestimento em participadas com elevado grau de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez;
- Desenvolvimento de um sistema de informação integrado capaz de disponibilizar de forma simples e rápida toda a informação da atividade da Sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas.

Conforme exposto anteriormente, a Portugal Ventures desenvolveu todo um vasto conjunto de ações e procedimentos que lhe permitiram, em termos globais, atingir os objetivos descritos no parágrafo anterior.

No quadro seguinte, apresentam-se os principais indicadores económicos e financeiros que a Portugal Ventures se propôs alcançar em 2014, bem como o respetivo grau de cumprimento.

Figura 17: Principais indicadores de desempenho económico-financeiro da Portugal Ventures [K EUR]

Principais Indicadores	(K€)		
	Real 2014	Orçamento 2014	Varição 2014
	(a)	(b)	(c) = (a)-(b)
Vendas e Serviços Prestados	5 610	6 127	-517
Gastos com Pessoal	-2 121	-2 322	201
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 800	-1 983	183
EBITDA	414	783	-369
Resultado Líquido	234	465	-231
Capitais Próprios	45 908	44 546	1 362
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	0,5%	1,0%	-0,5%

Da gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2014, na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2014.

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A Portugal Ventures apresenta, no 4º trimestre de 2014, um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 24 dias (36 dias no 4º trimestre de 2013). Como procedimento para pagamento a fornecedores, a Portugal Ventures tem definido efetuar os pagamentos uma vez por mês, concentrando o pagamento de todas as faturas com vencimento até ao final do mês em referência desde que devidamente validadas. Consequentemente, os prazos de pagamento pré-estabelecidos são habitualmente cumpridos, sendo que, desvios pontuais resultantes da aplicação do procedimento referido anteriormente são automaticamente regularizados no pagamento seguinte.

Das diligências tomadas e dos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013.

Na Assembleia Geral da Sociedade, ocorrida em 17 de abril de 2014, aquando da aprovação das contas de 2013, o acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças emitiu a seguinte recomendação:

“Recomenda-se, no entanto, uma intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, regulada pelo artigo 123º da Lei do Orçamento do Estado de 2014.”.

O Conselho de Administração, através de carta datada de 11 de agosto de 2014, reiterou a informação transmitida ao acionista em referência, que entende não estar sujeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria e deu, por diversas vezes, conhecimento à Direcção Geral do Tesouro e Finanças dos motivos que sustentam fundamentadamente tal entendimento. Pelos motivos indicados, o Conselho de Administração da Portugal Ventures considera terem sido efetuadas as diligências necessárias ao cumprimento da recomendação do acionista emitida aquando da aprovação das contas de 2013.

Das remunerações

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures de 27 de julho de 2012 foi deliberada a não remuneração dos membros designados para a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral e de Supervisão, tendo a fixação da remuneração dos membros que integram o Conselho de Administração ficado pendente da publicação da classificação da Sociedade nos termos definidos no nº 16, da RCM nº 16/2012, de 9 de fevereiro. De igual forma, não foi fixada a remuneração do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Nestes termos, a Portugal Ventures continuou a processar as remunerações aos seus administradores e ao Revisor Oficial de Contas com base nas remunerações fixadas anteriormente, sem prejuízo de no futuro vir a proceder em conformidade com as correspondentes remunerações que vieram a ser fixadas. No Apêndice 1 é apresentado o detalhe das remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais no exercício de 2014.

Dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são apresentadas no Apêndice 1.

Mesa da Assembleia Geral

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de julho de 2012, os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Conselho de Administração

Nos termos do disposto no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, procedeu-se à redução de 10% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, manteve-se, em 2014, a redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 41º da Lei nº 83-C/2013, e à semelhança de anos anteriores, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão no exercício de 2014 aos membros do Conselho de Administração, nem tal atribuição está prevista ocorrer durante 2015.

Revisor Oficial de Contas

Nos termos do disposto no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, procedeu-se à redução de 10% da remuneração mensal ilíquida do Revisor Oficial de Contas.

Do Auditor Externo

Em conformidade com o disposto no artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, procedeu-se à redução de 10% do valor da prestação de serviços do Auditor Externo.

Dos Restantes Trabalhadores

Continuou a ser aplicada em 2014 a redução das remunerações dos trabalhadores, em conformidade com o artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 e considerando o disposto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não possuem cartão de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, nem apresentam despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Da contratação pública

Nos termos e para os efeitos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitido pelo ofício circular nº 6312, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, informa-se que, de acordo com entendimento jurídico prestado, não se aplica à Sociedade o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, sendo que, em qualquer caso, não existiram em 2013 contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 5 milhões de euros (excluindo IVA).

Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

A Sociedade não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, sem prejuízo do acompanhamento dos eventuais benefícios que essa adesão possa propiciar, podendo a todo o tempo vir a solicitar essa adesão.

Medidas tomadas no âmbito da Frota Automóvel relativamente às orientações previstas nº4 do artigo 61º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro).

A Portugal Ventures adotou uma política de contenção de custos, que se traduziu, neste particular, na não aquisição de viaturas desde janeiro de 2010. Por outro lado, tem sido efetuada a análise e acompanhamento das necessidades da empresa e, sempre que não se justifica a manutenção de alguma viatura, a Sociedade tem procedido à respetiva alienação.

Do impacto das medidas de redução de gastos operacionais vigentes em 2014, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior.

A Portugal Ventures tem vindo a adotar uma política de redução de custos, que se traduziu numa análise e acompanhamento de todas as necessidades da empresa. Sempre que se justifica, a Sociedade tem procedido à consulta ao mercado e à renegociação dos contratos com objetivo de diminuir os respetivos gastos anuais.

Nos quadros seguintes é apresentada a evolução do plano de redução de custos e do número de colaboradores da Portugal Ventures.



Figura 18: Evolução dos principais indicadores da Portugal Ventures

Unidade: mil euros

Plano de Redução de Custos	Meta	2014	2013	2012	2011 (a)	2010 (a)	Variação 2014/2013		Variação 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
(1) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas		N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(2) Fornecimentos e Serviços Externos		1 800	1 321	1 389	1 385	1 764	479	36,3%	36	2,0%
Deslocações /Esladas	em linha com 2013 (*)	149	106	91	105	128	43	40,2%	21	16,6%
Ajudas de Custo	em linha com 2013	0	0	0	0	1	0	0,0%	-1	-100,0%
Comunicações	em linha com 2013	40	45	51	84	90	-5	-10,5%	-50	-55,3%
(3) Gastos com Pessoal		2 121	2 316	2 469	3 091	3 599	-195	-8,4%	-1 478	-41,1%
(3.1.) dos quais indemnizações	n.a.	0	60	295	0	0	-60	-100,0%	0	0,0%
(4) Total Gastos = (1) +(2) +(3) - (3.1))		3 920	3 576	3 584	4 476	5 363	345	9,6%	-1 442	-26,9%
(5) Volume de Negócios		5 610	6 411	7 254	8 192	7 499	801	-12,5%	-1 890	-25,2%
Peso dos Gastos no Volume de Negócios (%) (4)/(5)		69,9%	55,8%	49,1%	54,6%	71,5%				
Número Recursos Humanos (sem Órgãos Sociais)	-15% face 2012	35	35	41	51	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº Efetivos (sem Órgãos Sociais)		35	35	41	51	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direção (sem Órgãos Sociais)		9	8	8	7	n.a.	1	12,5%	n.a.	n.a.
Nº Efetivos /Cargos Direção		388,9%	437,5%	512,5%	728,6%					
Viaturas										
Nº de viaturas		22	22	n.a.	n.a.	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		79	87	n.a.	n.a.	n.a.	-8	-9,7%	n.a.	n.a.

(a) Nos anos de 2010 a 2011, os valores apresentados correspondem ao somatório do respetivo montante de cada uma das três Sociedades de Capital de Risco (InovCapital, AICEP - SCR e Turismo Capital - SCR) que foram objeto de fusão em junho de 2012 e originaram a Portugal Capital Ventures.

(*) Justificado pelo incremento da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures no decurso do ano de 2014.

Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123º da Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como, a data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE.

Considerando que a Portugal Ventures tem na sua estrutura acionista entidades privadas, foi apresentada junto das entidades competentes a fundamentação, acompanhada de um parecer jurídico, para a não sujeição ao referido princípio da Unidade de Tesouraria.

Do dever de divulgar as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado.

No decurso do exercício de 2014 não ocorreu nenhuma auditoria à Portugal Ventures conduzida pelo Tribunal de Contas.

Divulgação de informação

A Portugal Ventures divulga e atualiza no portal das empresas do Setor Empresarial do Estado (www.dgtf.pt), com ligação direta no portal da empresa (www.portugalventures.pt) a informação a seguir indicada:

Handwritten signature/initials in blue ink.

Figura 19: Avaliação do cumprimento das diretivas de prestação de informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data Atualização	
Estatutos	x				
Caracterização da Empresa	x				
Função de tutela e acionista	x				
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:					
Identificação dos Órgãos Sociais	x				
Estatuto remuneratório fixado					
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	x				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	x				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	x				
Esforço Financeiro Público	x				
Ficha Síntese	x				
Informação Financeira histórica e actual	x				
Princípios de Bom Governo	x				
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	x				
- Transações relevantes com entidades relacionadas	x				
- Outras transações	x				
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	x				
Social	x				
Ambiental	x				
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	x				
- Código de Ética	x				

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Nota: O webiste da Portugal Ventures, que foi objeto de atualização a 1 de março de 2015 contém toda a informação supra.

Para efeito de divulgação do cumprimento das orientações legais em questão, apresenta-se o seguinte quadro:

Ja #
AF



Figura 20: Avaliação do cumprimento das orientações legais em vigor para as empresas do setor público

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação Relevante ao Plano do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão - definidos no Plano de Actividade e Orçamento de 2014:					
Objectivo 1 - core business da entidade	X			Objectivos qualitativos foram atingidos.	Parte I, nº4 do RAC 2014
Objectivo 2 - principais indicadores a alcançar em 2014	X			Parte I, nº 4 do RAC 2014	
Objectivo 3					
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do FMP a fornecedores	X			Variação, em 2014, do FMP a fornecedores (diminuição de 12 dias).	
Divergência dos Atrazos nos Pagamentos ("Atrazos")	X			Não existiram atrasos.	
Recomendações da acionista na última aprovação de contas:					
Recomendação 1	X			na.	Parte I, nº4 do RAC 2014
Recomendação 2		X			
Etc.		X			
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei nº 83-C/2013	X				Parte I, nº4 do RAC 2014
Cargas sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			Total da Redução remuneratória em 2014 = 31.439 €	
Avaliar Esluário - redução remuneratória nos termos do art.º 2º da Lei nº 83-C/2013	X			Total da Redução remuneratória em 2014 = 554 €	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 23º da Lei nº 83-C/2013	X			Total da Redução remuneratória em 2014 = 0,704 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 39º da Lei nº 83-C/2013	X			Total de Valorização remuneratória em 2014 = 0 €	
Artigo 12º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			X		Parte I, nº4 do RAC 2014
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Não aplicável	Parte I, nº4 do RAC 2014
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Contratos subscritos a vista prévio do TC			X		
Adeção ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X		
Auditoria do Tribunal de Contas					
Recomendação 1			X		Parte I, nº4 do RAC 2014
Recomendação 2			X		
Parque Automóvel					
Nº de Viaturas	X			Redução de 2 viaturas em 2013. Em 2014, não ocorreu variação no nº de viaturas utilizadas pela Sociedade.	Parte I, nº4 do RAC 2014
Gastos com Viaturas	X			Em 31 de Dez. 2014, a frota automóvel da Sociedade era constituída por 22 viaturas, 2 das quais se encontram em controlo de comento. Total dos Gastos com viaturas em 2014 = 78.991€.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo nº 61º da Lei nº 83-C/2013)					
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei nº 83-C/2013)	X				Parte I, nº4 do RAC 2014
Nº de trabalhadores	X			Diminuição de 6 trabalhadores em 2013, que representa 15% face a 2012. Em 2014, não ocorreu nenhuma alteração no nº de trabalhadores.	
Nº de corpos disjuntos	X			Aumento de 1 disjunta em função da criação de uma nova Unidade.	
Princípio da Unidade da Tesouraria (artigo 123º da Lei nº 83-C/2013)					
Disponibilidades Centralizadas no IOGP			X		Parte I, nº4 do RAC 2014
Juros auferidos em cumprimento da UIE e entregues em Receita do Estado			X		

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Apêndice 1

Os quadros seguintes apresentam as remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures ao longo do exercício de 2014.

Mesa da Assembleia Geral

Mandato		Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014		
Início	Fim				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
2012	2014	Presidente	Dr. Alberto Amorim Pereira	Não remunerado conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 27.07.2012			
2012	2014	Vice-Presidente	Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro				
2012	2014	Secretária	Dra. Sofia Ferreira da Costa				

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Opção pela Remuneração do Lugar de Origem (OPRLO)	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora (Origem/Destino)
2012-2014	Presidente	Prof. Doutor Eng ^o José de Albuquerque Epifânio da Franca	Assembleia Geral	06.fev.2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014	Vice-Presidente	Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Assembleia Geral	06.fev.2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014	Vogal	Eng ^a Teresa Paula Marrenea Gameiro Fernandes	Assembleia Geral	15.jun2012	Não aplicável	Não aplicável

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (a)
Prof. Doutor Eng ^o José de Albuquerque Epifânio da Franca	PME Investimentos, SA	Presidente não-executivo	Público
	PVCI - Portugal Venture Capital Initiative	Administrador não-executivo	Privado
	Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação	Membro do Conselho	Órgão de Consulta
	Conselho Científico para as Ciências Exatas e de Engenharia da Fundação para a Ciência e Tecnologia	Membro do Conselho	Órgão de Consulta
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Nova School of Business and Economics	Professor auxiliar convidado	Pública
Eng ^a Teresa Paula Marrenea Gameiro Fernandes	SEDES - Assoc. p/ Desenvolvimento Económico e Social	Membro do Secretariado Geral	Associação com Fins Públicos

(a) Público ou Privado.

Nome	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação
	(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal)	
Prof. Doutor Eng ^o José de Albuquerque Epifânio da Franca	Não	Não definida		0 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Não	Não definida		0 €
Eng ^a Teresa Paula Marrenea Gameiro Fernandes	Não	Não definida		0 €

Nome	Remuneração Anual						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei nº 12 - A/2010	O.Reduções remuneratórias	Redução Anos Anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	89 474 €	N.A.	4 474 €	6 314 €	0 €	78 686 €
Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	N.A.	85 638 €	N.A.	4 282 €	6 044 €	0 €	75 312 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	85 638 €	N.A.	4 282 €	6 044 €	0 €	75 312 €

N.A. - Não aplicável

** O valor corresponde a remuneração. Não são pagas despesas de representação aos membros do Conselho de Administração.

Nome	Remuneração Anual				
	Variável	Fixa**	Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Valor após reduções (3) = (1) - (2)
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	89 474 €	89 474 €	10 788 €	78 686 €
Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	N.A.	85 638 €	85 638 €	10 326 €	75 312 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	85 638 €	85 638 €	10 326 €	75 312 €

N.A. - Não aplicável

** O valor corresponde a remuneração. Não são pagas despesas de representação aos membros do Conselho de Administração.

Nome	Sub. Referência	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	Segurança Social	18 688 €	990 €	808 €	N.A.	N.A.	- €
Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	N.A.	Segurança Social	17 887 €	878 €	773 €	N.A.	N.A.	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	Segurança Social	17 887 €	495 €	773 €	N.A.	N.A.	- €

N.A. - Não aplicável

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	- €	
Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	N.A.	834 €	Em serviço
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	1 406 €	Em serviço

N.A. - Não aplicável

Encargos com Viaturas										
Nome	Viatura Atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €	- €
Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	De serviço	N.A.	N.A.	Aquisição	N.A.	N.A.	N.A.	- €	- €	- €

N.A. - Não aplicável



Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Prof. Doutor Eng ^o José de Albuquerque Epifânio da Franca	N.A.	3 103 €	2 158 €	3 187 €	552 €	
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	N.A.	1 601 €	810 €	2 076 €	511 €	
Eng ^o Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	N.A.	2 030 €	279 €	997 €	564 €	

N.A. - Não aplicável

Nome	Gastos anuais associados a Destacções em Serviço					Gasto total com viagens
	Destacções em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Prof. Doutor Eng ^o José de Albuquerque Epifânio da Franca	18 886 €	3 067 €	- €	Refeições	302 €	22 255 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	3 879 €	439 €	- €	Refeições	105 €	4 423 €
Eng ^o Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	13 818 €	817 €	- €	Refeições	222 €	14 857 €

N.A. - Não aplicável

Fiscalização - Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração		Nº de Mandatos exercidos na sociedade (*)
		Nome	Número	Forma	Data	Límite fixado	Contratada	
2012-2014	ROC Efetivo	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães	53	Assembleia Geral	15.jun.2012	Aguarda deliberação da A.G.		1
2012-2014	ROC Suplente	Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão	62	Assembleia Geral	15.jun.2012	Não aplicável		1

(*) mandato em curso.

Nome	Remuneração Anual 2014 (a)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro Magalhães	13 650 €	1 138 €	12 513 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual 2014 (a)		
Nome	Número de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
BDO & Associados, SROC, Lda	29	1122	15.jun.2012	2012-2014	5 840 €	584 €	5 256 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2015

1. Breve Análise Setorial	41
2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures	
Investimento em Carteira	44
Valorização do Investimento em Carteira	46
Evolução da Carteira	47
Maturidade de Investimento.....	47
Atividade de Investimento em 2014.....	48
Atividade de Desinvestimento em 2014.....	48
3. Fundos de Capital de Risco sob administração da Portugal Ventures	
Caracterização sumária.....	50
Principais Indicadores.....	50
Carteira de Ativos de Capital de Risco	
Investimento em Carteira.....	51
Valorização do Investimento em Carteira	52
Maturidade de Investimento	54
Atividade de Investimento em 2014	55
Atividade de Desinvestimento em 2014.....	57
Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira.....	58
4. Atividade de Negócio	
<i>Engineering & Manufacturing</i>	59
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	62
<i>Technology</i>	63
<i>Travel & Leisure Tech</i>	66
<i>Active Portfolio Development</i>	68
5. Evolução Financeira / Análise às Contas	74
6. Proposta de Aplicação de Resultados	78
7. Factos Subsequentes	79

↓
H
K

8. Perspetivas para 2015	79
Fusões e aquisições	80
<i>Engineering & Manufacturing</i>	81
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	81
<i>Technology</i>	82
<i>Travel & Leisure Tech</i>	82
<i>Active Portfolio Development</i>	83
Operações e Sistemas de Informações	85
Área Jurídica	85
Comunicação & Marketing	86
Área Administrativa, Financeira & Recursos Humanos	87
9. Outra Informação Relevante	
Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2014.	88
Lista dos Titulares de Participações Qualificadas	88
10. Agradecimentos	89

Jh

H
IF

PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2015

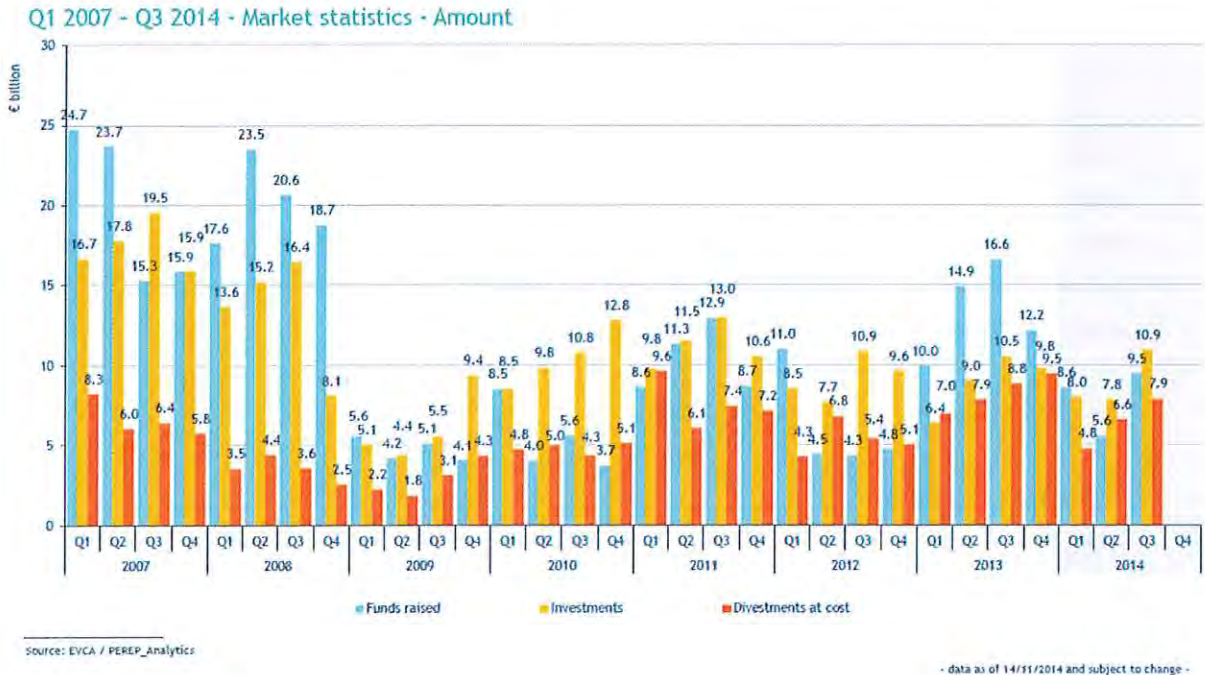
1. Breve Análise Setorial

Conjuntura setorial – Europa

A informação abaixo apresentada tem por base o relatório de atividade dos operadores europeus de *Private Equity* e *Venture Capital* elaborado pela EVCA – *European Private Equity and Venture Capital Association*, até ao final do 3º trimestre de 2014 (dados preliminares).

O levantamento de fundos decresceu significativamente, para 23,7 mil milhões de euros, quando comparado com 41,4 mil milhões de euros do ano anterior. O Reino Unido e a Irlanda continuam a destacar-se das outras regiões apesar do seu peso ter descido para 40% do total. Destaca-se o crescimento dos países do Sul (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) e DACH (Austria, Alemanha e Suíça).

Figura 1: Levantamento de fundos, investimento e desinvestimento (fonte: EVCA)

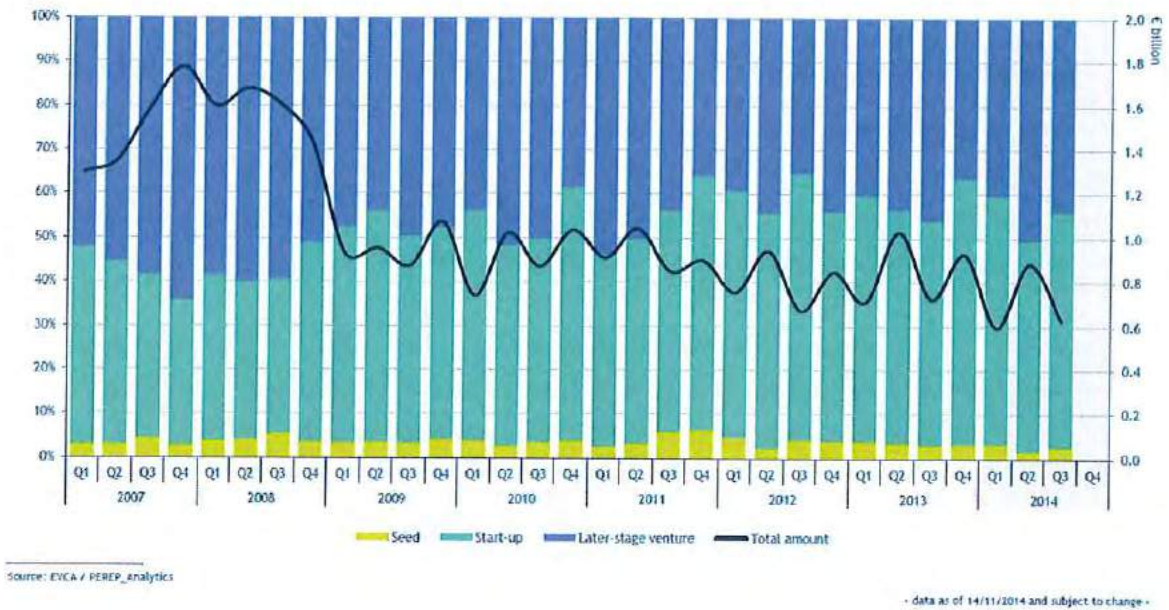


No que se refere à atividade de investimento, até ao 3º trimestre de 2014, registaram-se 26,8 mil milhões de investimentos, valor semelhante ao período homólogo do ano anterior. Apesar do crescimento verificado no investimento em *Growth Capital*, as operações de investimento em *Buyout* continuam a apresentar um peso significativo (76,2%) no total do investimento concretizado, enquanto as operações de *Venture Capital* apresentam um ligeiro decréscimo face ao período homólogo, representando apenas 7,8% do montante global de investimento realizado até ao 3º trimestre. As operações de *Venture Capital*, no montante de 2 mil milhões de euros, continuam a ser predominantemente nas fases *Start Up* (51,9%) e *Later Stage* (45,7%). Sendo que os sectores que atraíram mais investimento foram: *Communications* (16%), *Consumer Goods & Retail* (15,4%), *Business & Industrial Products* (13,1%) e *Life Sciences* (11,7%).

Ja
st
ff

Figura 2: Investimento em Venture Capital por estágio de desenvolvimento (fonte: EVCA)

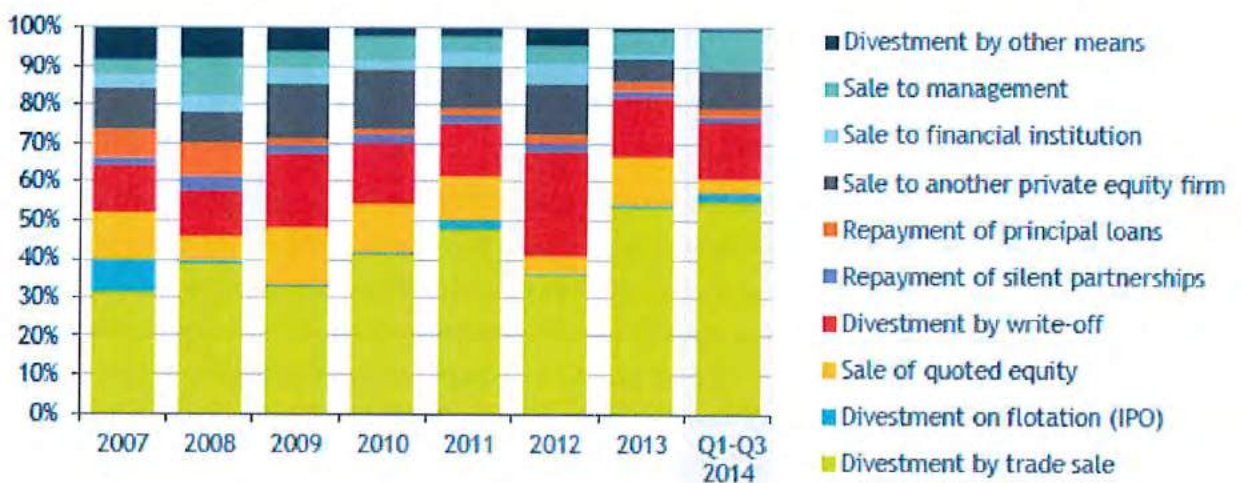
Q1 2007 - Q3 2014 - Market statistics - Distribution and total amount



A atividade de desinvestimento no 3º trimestre de 2014 atingiu o montante de 19,2 mil milhões de euros (valores de aquisição), refletindo um decréscimo de 19% face ao período homólogo. Em semelhança à atividade de investimento também aqui o desinvestimento efetuado em operações de *Buyout* tem uma dimensão significativa, representando 86,7% do montante total de desinvestimento. Quanto à estratégia de saída a *Trade Sale* continua a ser a preferida independentemente da natureza do investimento. Nas operações de *Venture Capital* o desinvestimento efetuado por via de *Trade Sale* representa 55,1% do montante global de desinvestimento efetuado (mil milhões de euros).

Figura 3: Desinvestimento em Venture Capital (fonte: EVCA)

Venture Capital



22

AF

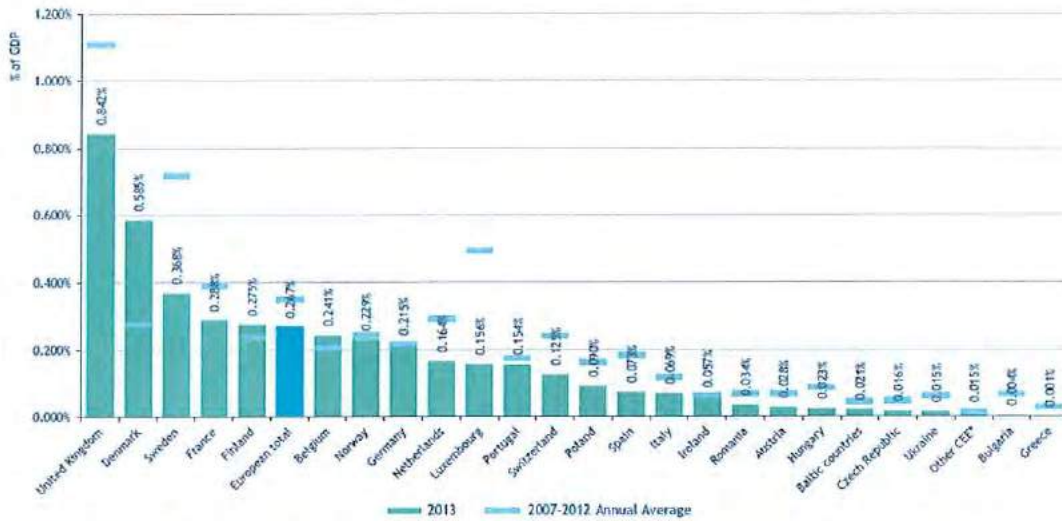
Conjuntura setorial – Portugal

A análise da atividade de capital de risco em Portugal tem por base a informação atualmente centralizada pela EVCA, reportando-se ao ano de 2014 (dados preliminares).

Em Portugal, a atividade de investimento de capital de risco continua a apresentar um peso no PIB inferior à média europeia (0,154% em Portugal contra 0,267% da média europeia) tal como se pode verificar pelos elementos comparativos reportados ao final de 2013:

Figura 4: Peso do investimento em capital de risco no PIB de diferentes países europeus (fonte: EVCA)

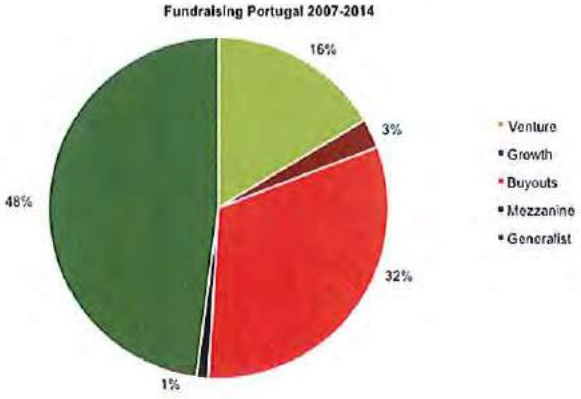
2013 - Industry statistics



Source: Thomson Reuters Datastream (GDP) / EVCA / PEPEP_Analytics
 Note: *Other CEE consists of ex-Yugoslavia and Slovakia

O levantamento de fundos em Portugal tem vindo a decrescer. Em 2011 o valor foi de 532 milhões de euros, descendo para 237 milhões em 2013, sendo que em 2014 o valor registado foi de apenas 107 milhões de euros, menos de 50% do montante do ano anterior. Do valor total de *fundraising*, cerca de 67% foram para fundos *Growth* e apenas 5% para fundos *Venture*. De 2007 a 2014 foram levantados fundos de 2,8 mil milhões de euros distribuídos de acordo com a figura abaixo:

Figura 5: Distribuição do levantamento de fundos em Portugal no período de 2007 a 2014 (fonte: APCRI)



dd
 st
 RR

No que diz respeito ao investimento realizado, a atividade de 2014 registou um decréscimo significativo face ao ano anterior, de 339 milhões para 183 milhões de euros. Apenas 10% dos investimentos são reportados como sendo realizados em sindicato e cerca de 60% foram investimentos de *follow-on*. As operações de investimento em *Buyouts* continuam a representar uma percentagem bastante significativa (63,8%) do montante global de investimento do ano, seguidas das operações de *Venture* (19,7%) e *Growth* (16,4%). Na análise da repartição do investimento por setores, as operações no setor de *Real Estate* (27,9%), *Life Sciences* (19,4%) e *Construction* (16,5%) foram as que mais se destacaram no total da indústria. Tendo apenas em conta os investimentos de *Venture Capital*, o investimento realizado no setor de *Life Sciences* (35,9%), *Computer and Consumer Electronics* (20,5%) e *Communications* (17,9%).

Figura 6: Distribuição do investimento em capital de risco em Portugal por tipologia de investimento - acumulado 3º trimestre 2013 (fonte: APCRI)



Já no que se refere ao montante de desinvestimento realizado no ano, o mesmo decresceu de 143,7, em 2013, para 80,7 milhões de euros no final de 2014. A estratégia de saída mais utilizada nas operações realizadas em Portugal foi através do *Buy-Back* (51,4%), seguido de *Repayment of Preference Shares/Loans* (22,4%) e *Write-off* (16,2%).

2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures

Investimento em Carteira

A Portugal Ventures apresenta uma carteira direta de ativos de capital de risco distribuída entre empresas e Fundos de Capital de Risco (FCR).

A 31 de dezembro de 2014, o investimento total devido ao custo de aquisição era de 28,3 milhões de euros, representando uma redução de 8,7 milhões de euros (23,6%) face ao investimento total no montante de 37 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Esta redução ficou fundamentalmente a dever-se: i) ao desinvestimento corrente efetuado no período em análise e ii) às operações de reenfoque da atividade de capital de risco efetuadas pela Sociedade durante o ano. O investimento total encontra-se repartido da seguinte forma:

22
H
RF

- Participações em empresas, no valor de 4,6 milhões de euros;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão, no valor de 22,5 milhões de euros;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão externa, no valor de 1,2 milhões de euros.

Figura 7: Evolução da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures

	31/12/2014	31/12/2013	Δ	Δ %
Participações em empresas	4,6 M€	14,4 M€	-9,8 M€	-68,0 %
Participações em UP de FCR	23,7 M€	22,6 M€	1,1 M€	4,8 %

O valor de 28,3 milhões de euros de investimento distribui-se por investimento em capital social e em outros instrumentos de investimento, incluindo suprimentos e mútuos, prestações acessórias e suplementares e Unidades de Participação de FCR. O investimento em capital social de empresas, no valor de 4,3 milhões de euros (15,1% do total de investimento), diminuiu 51,4% relativamente a 31 de dezembro de 2013. Os outros instrumentos de investimento (cerca de 84,9% do total) representam um valor total de 24 milhões de euros, reduzindo-se em cerca de 14,9% quando comparados com o montante a 31 de dezembro de 2013.

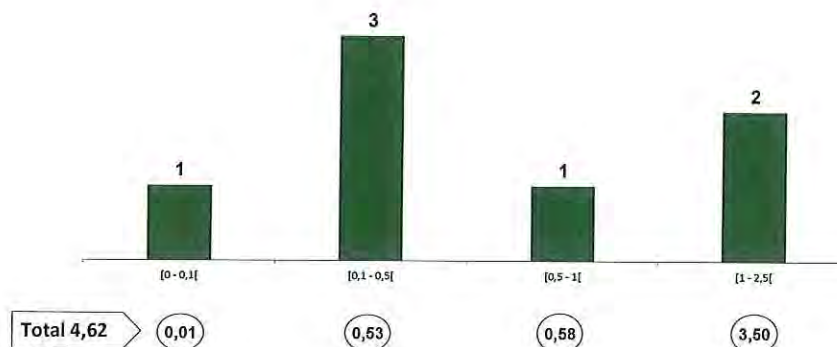
Figura 8: Detalhe da carteira de ativos detidos pela Portugal Ventures [Eur]

Carteira de Participações	Capital Social Entidade	% Capital Social Detida	Data 1ª Subscrição	Investimento em Capital Social	Investimento Total
ALTITUDE SOFTWARE, BV	56 955 742	0,966%	12/02/2001	1 500 000	1 500 000
Arc Atlantic Development	n/d	n/d	21/09/1992	5 349	5 349
ENTERSITE, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	100 000	8,075%	14/06/2000	8 075	173 312
Hozar, SGPS, SA	6 462 000	6,775%	23/03/2001	580 640	580 640
INVESTVAR Comercial SGPS, SA	10 297 120	7,470%	07/01/2008	2 000 012	2 000 012
MICOPLANT - Micologia Aplicada, Lda	290 000	70,690%	04/10/2006	160 000	185 000
WEBTAX - Gestão de Sistemas de Informação, SA	50 000	33,332%	22/02/2001	16 666	171 365
	74 154 862			4 270 743	4 615 679
FCR ACTECII	7 783 386	12,425%	18/11/2011	1 003 530	1 003 530
FCR BIOCONT	4 000 000	37,500%	28/12/2011	1 500 000	1 500 000
FCR ES	7 166 500	34,885%	30/09/2011	2 500 000	2 500 000
FCR Critical Ventures I	7 000 000	17,857%	16/06/2014	1 170 528	1 170 528
FCR FAEA	1 103 109	9,091%	14/01/2011	100 000	100 000
FCR FINICIA	4 000 000	30,000%	04/05/2007	1 200 000	1 200 000
FCR GLOBAL2	26 359 314	1,485%	01/12/2013	847 956	847 956
FCR GPI	71 971 504	7,992%	15/03/2005	5 877 278	5 877 278
FCR IC	6 000 000	50,000%	01/09/2011	3 000 000	3 000 000
FCR INT	14 232 000	41,667%	18/04/2011	5 930 000	5 930 000
FCR UNIVERSITAS	3 720 000	13,751%	28/12/2011	511 525	511 525
	153 335 813			23 640 818	23 640 818
Total	227 490 875			27 911 561	28 256 497

Nota: O Investimento Total na empresa MICOPLANT, Lda, inclui contratos de mútuo.

A distribuição do investimento direto em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, consequentemente, do volume de capital necessário.

Figura 9: Distribuição do investimento em empresas por dimensão de valores de investimento (K EUR) a 31 de dezembro de 2014



Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2014, a carteira de ativos (em empresas e em UP de FCR) detidos diretamente pela Portugal Ventures apresentava um valor de 20,2 milhões de euros, o que representa uma redução de 19,5% ou 4,9 milhões de euros face ao registado em 31 de dezembro de 2013.

O investimento direto realizado em empresas no montante de 4,6 milhões de euros, no final de 2014, encontra-se totalmente desvalorizado. Comparativamente a 2013, o valor do investimento em empresas em carteira naquela data encontrava-se ajustado em -66%.

Por sua vez, a carteira de UP em FCR a 31 de dezembro de 2014 apresenta uma valorização de 20,2 milhões de euros idêntica à valorização registada em 31 de dezembro de 2013.

Figura 10: Valorização da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures - por tipologia de ativo

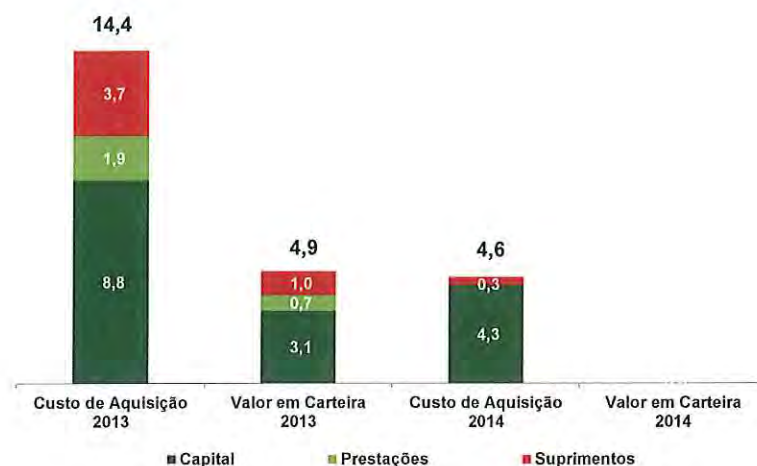
	31/12/2014	31/12/2013	Δ	Δ %
Participações em empresas	0 M€	4,9 M€	-4,9 M€	-100 %
Participações em UP de FCR	20,2 M€	20,2 M€	0 M€	0 %

À data de 31 de dezembro de 2014 a carteira de investimentos (em empresas e em UP de FCR) detidas diretamente pela Portugal Ventures apresentava, uma perda potencial de 8,1 milhões de euros (11,9 milhões a 31 de dezembro de 2013), a qual se pode decompor entre menos-valias potenciais no valor de 8,2 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 0,1 milhões de euros. Esta perda potencial é significativamente influenciada pela carteira de participações em empresas (7) que na sua globalidade se encontram numa situação de Inatividade ou Insolvência (classificadas em *Others*).

Evolução da Carteira

A carteira de empresas detida diretamente pela sociedade sofreu uma redução em cerca de 20% (mais de 3 milhões de euros), resultante da alienação da participada Bluepharma e da liquidação da Ciencinvest (que representaram praticamente um terço do total do desinvestimento), bem como de outras participadas com valorização nula.

Figura 11: Evolução 2014/2013 da carteira de empresas detidas pela Portugal Ventures - valor de investimento vs. valorização por classe de ativo



Maturidade de Investimento

A Portugal Ventures apresenta uma carteira de participadas com maturidades superiores a 6 anos.

Figura 12: Maturidade de detenção das participações diretas da Portugal Ventures em Capital Social a 31 de dezembro de 2014

Maturidade do investimento (anos)	Número de Participações	%	Custo de aquisição	%
[3 - 7[1	14,3%	2,0 M€	43,3%
[7 - 10[1	14,3%	0,2 M€	4,0%
>= 10	5	71,4%	2,4 M€	52,7%
Total	7	100%	4,6 M€	100%

Data da 1ª Subscrição no Capital Social da Entidade

Atividade de Investimento em 2014

Durante o exercício de 2014, o investimento realizado em operações correntes pela Portugal Ventures ascendeu a 1.218 mil euros, dos quais 76 mil euros em prestações acessórias (6%) e os restantes 1.142 mil euros (94%) em unidades de participação de FCR. A saída de fundos correspondente ao investimento no período ascendeu apenas a cerca de 145,6 mil euros.

Relativamente às áreas de investimento da Portugal Ventures, verifica-se que a unidade de *Engineering & Manufacturing* foi responsável pela totalidade do investimento realizado em empresas em 2014.

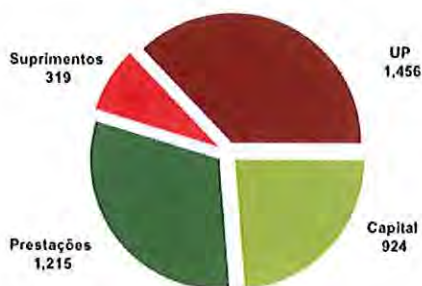
No âmbito do projeto de reordenação, reposicionamento e reenfoque da atividade de investimento da Portugal Ventures, foram alocadas na sociedade as UP de FCR anteriormente detidas por fundos sob gestão. Deste modo, foram transacionadas, entre os respetivos fundos de origem e a sociedade, ao valor de avaliação registado a 31 de dezembro de 2013 o montante de 1.455,8 mil euros, por contrapartida de liquidez.

Atividade de Desinvestimento em 2014

Prosseguindo uma política ativa de desinvestimento da sua carteira, em linha com as melhores práticas internacionais e dado o estágio de maturidade da mesma, a Portugal Ventures no exercício de 2014, concretizou 8 operações correntes de desinvestimento pelo valor de venda total 2,3 milhões de euros, donde se destaca a alienação da participação detida na Fibersensing.

Figura 13: Desinvestimento da Portugal Ventures 2014 [K EUR]

Desinvestimento por custo de aquisição



Desinvestimento por valor de alienação



Os desinvestimentos efetuados pela unidade de negócios de *Technology* resultaram da concretização de operações no valor de 1 milhão de euros, correspondendo a cerca de 44% do total do desinvestimento realizado em 2014. A unidade de *Engineering & Manufacturing* concretizou desinvestimentos no montante de 0,3 milhões de euros. As restantes operações resultaram da liquidação da Dicodoc e das reduções de capital registadas nos FCR Internacionalização e Universitas e da operação de fusão dos fundos ACTec e ACTec II, no valor global de 1 milhão de euros.

No período em análise, das 5 operações de desinvestimento em capital social em empresas, 3 foram efetuadas por alienação à equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 42% do montante alienado. As operações remanescentes resultaram, uma de liquidação e a outra de venda a terceiros, 58% do total.

Das operações de desinvestimento realizadas, foram realizadas globalmente menos-valias face ao valor em carteira e face ao valor de aquisição.

O potencial de operações de Write-Off a ocorrer no futuro é elevado, atendendo a que as empresas detidas pela Sociedade nesta data se encontram registadas por valor nulo (7 empresas).

Apresenta-se de seguida a distribuição do desinvestimento por área de negócio e outras áreas, incluindo todos os ativos de capital de risco e transações efetuadas:

Figura 14: Detalhe do desinvestimento da Portugal Ventures em 2014 [K EUR]

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço da Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Tech	2	2 250	1 092	999	-94	-1 251
E&M	2	178	274	286	12	108
Others	1	31	0	0	0	-31
UP	3	1 456	1 422	1 055	-366	-401
Total	8	3 914	2 788	2 340	-448	-1 574

No âmbito do projeto de reenfoque da atividade de investimento da Portugal Ventures, foram alienadas 10 empresas aos FCR Portugal Ventures Turismo e Portugal Ventures GPI, pelo valor de avaliação registado a 31 de dezembro de 2013, no montante de 3.547,4 mil euros, por contrapartida de liquidez.

Apresenta-se de seguida a distribuição do desinvestimento referente ao reenfoque da atividade, incluindo todos os ativos de capital de risco e transações efetuadas:

Figura 15: Detalhe do desinvestimento referente ao reenfoque da atividade da Portugal Ventures em 2014 [K EUR]

Área	Número de transações	Custo de Aquisição	Valorização em Carteira	Preço da Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Tech	1	500	765	765	0	265
LS&MT	1	144	0	0	0	-144
T<	3	2 988	2 070	2 070	0	-918
E&M	4	3 229	713	713	0	-2 516
Others	1	561	0	0	0	-561
Total	10	7 422	3 547	3 547	0	-3 875

dd
H
RF

Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira

O investimento líquido em capital social (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda) situou-se em cerca de 3,1 milhões de euros negativos.

A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social, efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (medido a 31/12/2013) – foi de 6,7%.

3. Fundos de Capital de Risco sob administração da Portugal Ventures

Caracterização sumária

No âmbito da atividade de gestão de fundos de capital de risco, a Portugal Ventures, no final do período em análise, era a entidade gestora de 16 Fundos de Capital de Risco (FCR). Na prossecução do esforço de racionalização da sua atividade, durante o ano de 2014, foi possível reduzir o número de fundos geridos através de duas operações de fusão por incorporação, com a conseqüente extinção de três FCR (Portugal Ventures, Portugal Ventures Valor, Portugal Ventures ACTec) e através de uma operação de dissolução e liquidação (Portugal Ventures Inter-Regional).

A 31 de dezembro de 2014, o valor do património líquido dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures ascendia a cerca de 201,1 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 1,3%, ou 2,6 milhões de euros, face ao montante registado em 31 de dezembro de 2013 (que foi 198,5 milhões de euros). Este aumento ficou a dever-se às realizações de capital no valor de 10,8 milhões de euros nos FCR, ACTec II, Biocant, Early Stage, Indústrias Criativas, Internacionalização e Universitas. Este aumento foi grandemente anulado (i) pela liquidação do FCR Inter-Regional no valor de 1,3 milhões de euros, (ii) pelos Resultados Líquidos negativos no valor de 4,4 milhões de euros registados nos Fundos, resultantes essencialmente da desvalorização das suas carteiras de ativos de capital de risco e (iii) pela atribuição de UP próprias no valor de 2,5 milhões de euros aos participantes do FCR ACTec na fusão com o FCR ACTec II.

Figura 16: Evolução do Valor Global Líquido agregado dos FCR sob gestão da Portugal Ventures

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Valor Global Líquido Agregado	201,1 M€	198,5 M€	203,6 M€

Principais Indicadores

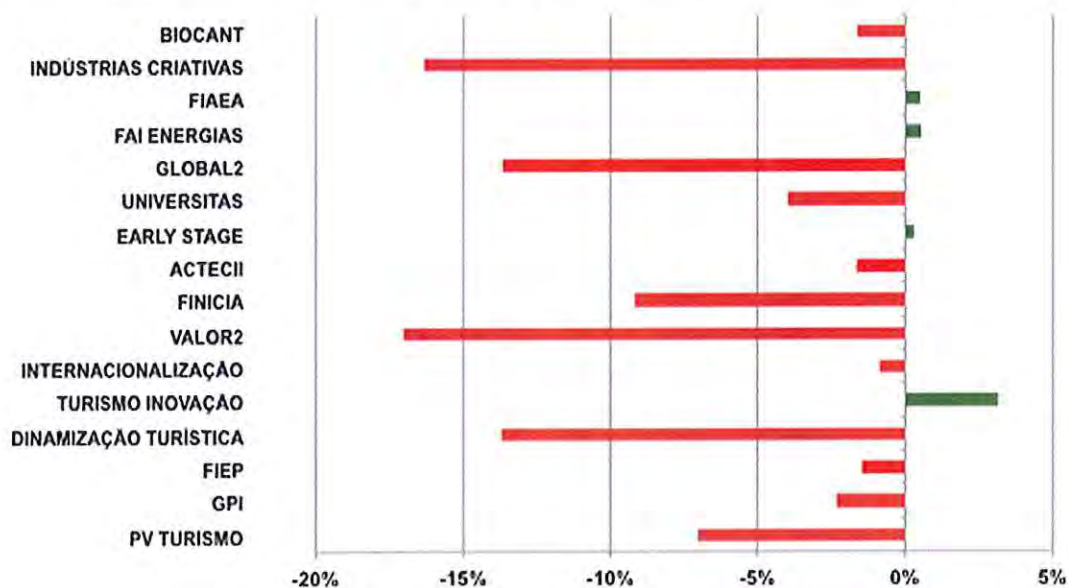
A carteira de fundos sob gestão manteve um resultado agregado negativo em 2014. No entanto, o desempenho económico registou uma melhoria substancial face ao ano de 2013 - o Resultado Líquido agregado dos fundos passou de -8,1 M EUR em 2013 para -4,4 M EUR em 2014. Este valor reflete uma sustentação do valor da carteira de ativos dos fundos, que em 2014 manteve praticamente o seu valor face ao ano anterior (a variação líquida é ligeiramente positiva como resultado do investimento líquido realizado na carteira).

Figura 17: Principais indicadores de gestão dos FCR sob gestão da Portugal Ventures [K EUR]

Indicadores Fundos	31/12/2014	31/12/2013	Δ	Δ %
Valor Global Líquido	201 121	198 550	2 571	1%
Ativo Total Líquido	204 465	204 033	432	0%
Carteira de Ativos	257 499	298 288	-40 790	-14%
Valor Carteira de Ativos	134 797	134 336	461	0%
Liquidez	60 653	59 322	1 332	2%
Passivo	3 344	5 484	-2 139	-39%
Outro Ativo Total Líquido	9 015	10 376	-1 361	-13%
Resultado Líquido	-4 373	-8 089	3 716	46%
Rentabilidade do Valor Global Líquido	-2,2%	-4%		
Rentabilidade do Ativo Total Líquido	-2,1%	-4%		
Autonomia Financeira	98%	97%		
Solvabilidade	6014%	3621%		

No entanto, analisando o histórico de investimentos e desinvestimentos dos Fundos e considerando as valorizações atuais dos ativos, pode-se concluir que as taxas de rentabilidade totais (TIR) dos Fundos se mantêm negativa.

Figura 18: Taxa Interna de Rentabilidade acumulada dos FCR sob gestão da Portugal Ventures no final de 2014 [%]



Carteira de Ativos de Capital de Risco

Investimento em Carteira

O montante global do património líquido dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures registado a 31 de dezembro de 2014 resultou de um investimento total em carteira no valor de 257,5 milhões de euros, representando uma redução de 13,7% (ou 40,8 milhões de euros), face ao investimento total de 298,3 milhões de euros registado no final de 2013. O investimento total é representado exclusivamente por participações em empresas.

Figura 19: Evolução do valor de investimento agregado dos FCR sob gestão da Portugal Ventures

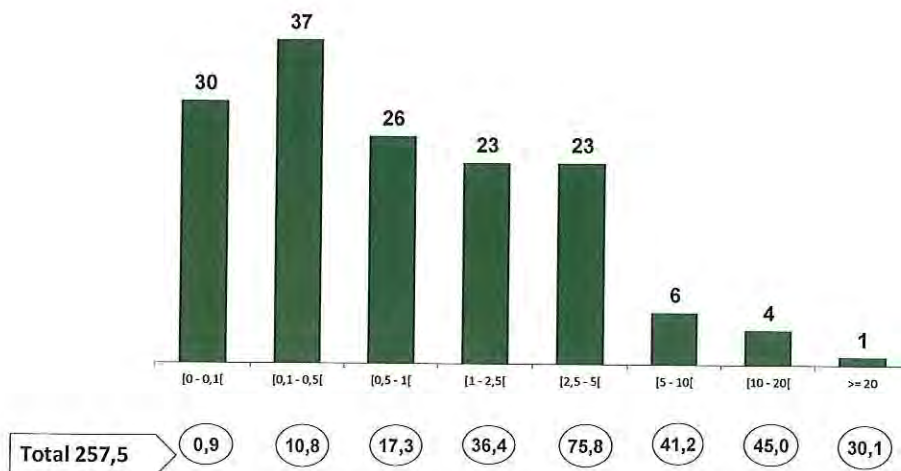
	31/12/2014	31/12/2013	Δ	Δ %
Participações em empresas (*)	257,5 M€	295,5 M€	-38,0 M€	-12,8 %
Participações em UP de FCR	0 M€	2,8 M€	-2,8 M€	-100 %

(*)em 2013 inclui UP de FCR gerido por terceiros

O investimento em empresas distribui-se em capital social e outros instrumentos, incluindo suprimentos e mútuos, prestações acessórias e suplementares e adiantamentos. O investimento em capital social de empresas representa 71,5% do total de investimento (no valor de 184 milhões de euros), o que significa uma redução de 6,9% relativamente ao final de 2013. Os outros instrumentos de investimento registaram uma diminuição de 27% relativamente ao mesmo período.

A distribuição do investimento direto em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário.

Figura 20: Distribuição do investimento dos FCR sob gestão da Portugal Ventures em empresas por dimensão do investimento [M EUR; # empresa]



A carteira de empresas gerida pelos fundos de Capital de Risco representa um volume de negócios agregado de cerca de 2.692 milhões de euros com um volume de emprego de 23 mil trabalhadores

Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2014, o valor agregado dos investimentos dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma valorização de 134,8 milhões de euros o que, relativamente à valorização de 134,4 milhões de euros, registada no final de 2013, representa um aumento de valor de 0,3%.

Handwritten notes in blue ink:
 2d
 #
 AF



O investimento direto realizado em empresas apresenta um valor em carteira de 134,8 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 3,1 milhões de euros relativamente à valorização de 131,7 milhões de euros, registada no final de 2013.

Figura 21: Evolução do valor agregado da valorização das carteiras de ativos dos FCR geridos pela Portugal Ventures

	31/12/2014	31/12/2013	Δ	Δ %
Participações em empresas (*)	134,8 M€	131,7 M€	3,1 M€	2,4 %
Participações em UP de FCR	0 M€	2,7 M€	-2,7 M€	-100 %

(*)em 2013 inclui UP de FCR gerido por terceiros

Do total de 150 empresas que constituem a carteira de investimentos dos fundos sob gestão (109 quando excluídas as situações de empresas em Contencioso/Inativas/Write-off), importa realçar o peso do investimento efetuado nas fases de Seed e Start-Up, que representa 42% do investimento acumulado total efetuado e 50% da valorização registada a 31 de dezembro de 2014.

Figura 22: Número de investimentos realizados em empresas dos FCR geridos pela Portugal Ventures - por estágio de desenvolvimento [# de participações]

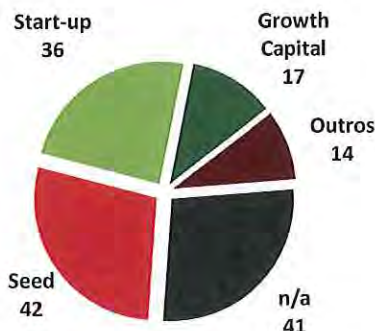
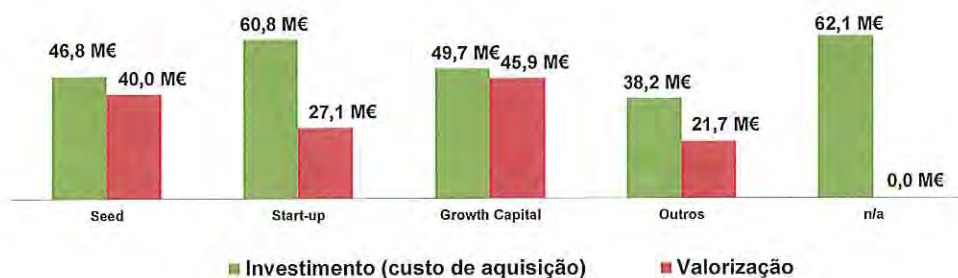


Figura 23: Valor do investimento e valorização das participações em empresas dos FCR geridos pela Portugal Ventures - por estágio de desenvolvimento - em 31 de dezembro de 2014



Handwritten notes:
 dd
 #
 R

No que se refere à valorização das participações em empresas em carteira (cujo valor total ascende a 134,8 milhões de euros), verifica-se que 43% das empresas (65) se encontram registadas a valor nulo e que as participações cuja valorização do investimento efetuado se situa entre 2,5 milhões de euros e 5 milhões de euros (9 empresas, ou seja, 6% do total) representam 26% da valorização das participações em empresas dos FCR geridos pela Portugal Ventures.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de investimentos em empresas dos FCR sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma perda global potencial de 122,7 milhões de euros (contra 164 milhões de euros no final de 2013).

Os investimentos dos FCR sob gestão registam menos-valias potenciais no valor de 146 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 23,3 milhões de Euros.

Figura 24: Perda potencial do investimento na carteira de participações em empresas nos FCR geridos pela Portugal Ventures em 31 de dezembro - por tipologia de ativos



Maturidade de Investimento

Os Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentam uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade de investimentos. Existe, no entanto, uma prevalência significativa em empresas (103) com maturidades superiores a 3 anos, em contraponto com um baixo número de participações (47) com maturidade inferior a 3 anos.

Num total de 150 participações, 32% registam maturidades de investimento entre 3 a 7 anos e 36,7% do total, isto é, 55 empresas têm maturidade superior a 7 anos.

Figura 25: Maturidade dos investimentos em Capital Social na carteira de participações em empresas dos FCR sob gestão da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2014

Maturidade do Investimento (anos)	Número de Participações	%	Valorização	%
[0 - 1[22	15%	12,57 M€	9%
[1 - 3[25	17%	13,60 M€	10%
[3 - 7[48	32%	47,82 M€	35%
[7 - 10[33	22%	45,56 M€	34%
>= 10	22	15%	15,25 M€	11%
Total	150	100%	134,8 M€	100%

Data da 1.ª Subscrição no Capital Social da Entidade

Atividade de Investimento em 2014

Durante o exercício de 2014, o investimento realizado pelos FCR sob gestão da Portugal Ventures ascendeu a 30,4 milhões de euros, dos quais, 22 milhões de euros em capital social, 2,2 milhões de euros em suprimentos e mútuos, 5,7 milhões de euros em prestações acessórias e suplementares, 0,4 milhões de euros em adiantamentos por conta de aumentos de capital social e o restante em gastos de aquisição.

O investimento de 30,4 milhões de euros distribui-se em operações correntes no valor de 21,5 milhões de euros e outras operações no valor de 8,9 milhões de euros.

As operações correntes são resultantes de 6,5 milhões de euros em 20 novas empresas e 15 milhões de euros no reforço em 33 empresas.

As outras operações, resultam das seguintes transações:

- Transferência de participações em empresas (Chic by Choice, Catari e Dream Beach) entre FCR;
- Recebimento em espécie das empresas BitSight e Principle Power, resultantes das transações da NSEC e WindPlus;
- Conversão de ativos em participações em empresas;
- Gastos de aquisição capitalizados em participações em empresas.

No âmbito do projeto de reenfoque da atividade de investimento da Portugal Ventures, foram realocadas 32 participações em empresas, nos FCR, Portugal Ventures GPI, Portugal Ventures Turismo, Portugal Ventures Valor 2 e Portugal Ventures Global 2. Deste modo, foram transacionadas, entre os respetivos fundos de origem, ao valor de avaliação no montante de 22,2 mil euros, registado a 31 de dezembro de 2013 por contrapartida de liquidez.

O quadro seguinte reflete as operações concretizadas em 2014:

	Atividade	Nº	Custo Aquisição
	Novas Participações em empresas	20	6 514 578 €
	Reforço Participações em empresas	33	15 001 634 €
1	Sub-Total OPERAÇÕES CORRENTES		21 516 212 €
	Transferência de participações em empresas (Chic by Choice, Catari e Dream Beach) entre FCR	3	1 869 493 €
	Recebimento em espécie (BitSight e Principle Power)	2	6 005 359 €
	Conversão de ativos em participações em empresas	4	918 299 €
	Gastos de aquisição capitalizados em participações em empresas	11	67 650 €
2	Sub-Total OUTRAS OPERAÇÕES		8 860 801 €
3	Reenfoque de participações em empresas	32	22 259 561 €
	Total Atividade (1+2+3)		52 636 574 €

O investimento concretizado durante o ano de 2014 no valor de 30,4 milhões de euros distribuiu-se pelas unidades de negócio da seguinte forma:

A unidade de *Technology* concretizou cerca de 45% do total do investimento realizado em 2014. A unidade de *Engineering & Manufacturing* foi responsável por 27%, a unidade de *Life Sciences & MedTech* absorveu cerca de 23% e a unidade de *Travel & Leisure Tech* absorveu o restante total realizado.

Figura 26: Distribuição do investimento dos FCR sob gestão da Portugal Ventures por área de negócio [M EUR] e classe de ativo em 2014

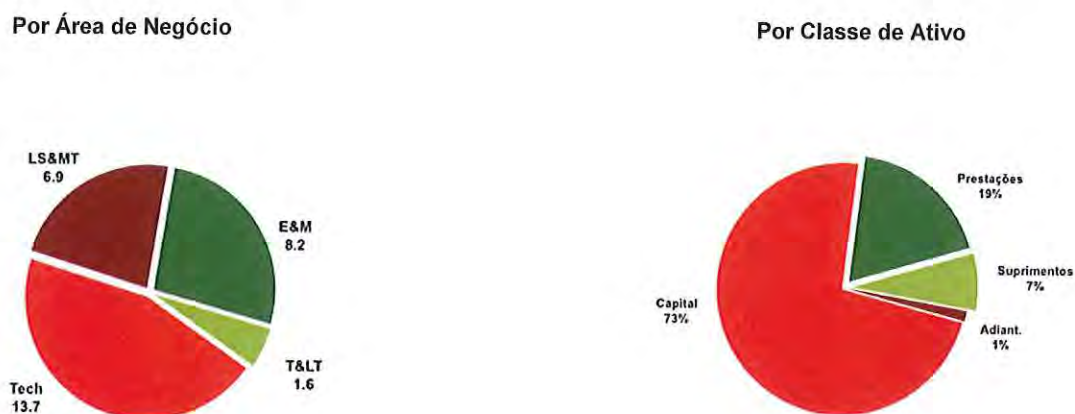


Figura 27: Forma de liquidação do investimento nos FCR geridos pela Portugal Ventures em 2014 [K EUR]

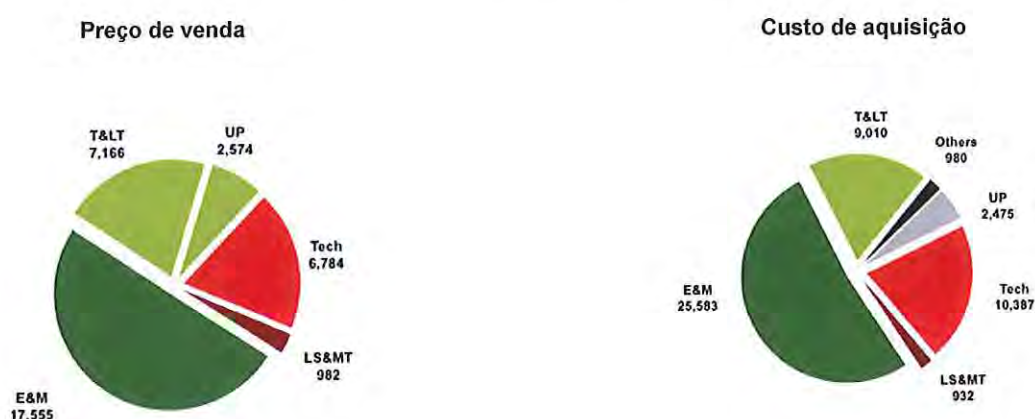
FCR	TOTAL	Saída de Fundos	Conversão de ativos	Recebimento em espécie	Por Realizar
FINICIA	0	0	0	0	0
ACTEC	0	0	0	0	0
ES	1 962	1 962	0	0	0
ACTECII	1 551	1 286	265	0	0
UNIVERSITAS	1 937	1 937	0	0	0
PV	0	0	0	0	0
GLOBAL2	4 579	3 507	0	1 072	0
FAI	4 000	0	0	4 000	0
FIAEA	120	120	0	0	0
IC	1 557	1 557	0	0	0
BIOCANT	755	653	0	0	102
VALOR	0	0	0	0	0
VALOR2	5 488	3 906	649	934	0
IR	0	0	0	0	0
GPI	2 468	2 463	5	0	0
FIEP	0	0	0	0	0
INT	4 078	4 078	0	0	0
PVT	0	0	0	0	0
DT	0	0	0	0	0
TI	1 881	1 881	0	0	0
TOTAL	30 377	23 351	918	6 005	102

Atividade de Desinvestimento em 2014

Durante 2014 os Fundos sob gestão da Portugal Ventures concretizaram 41 transações de desinvestimento, pelo valor de alienação total de 35,1 milhões de euros. O desinvestimento ao preço de venda registado no período em análise aumentou 51%, tendo-se registado mais cinco transações em comparação com o ano anterior.

Foram realizados desinvestimentos empresariais em todas as áreas de intervenção da Portugal Ventures, tendo as unidades de negócio de *Technology* e de *Engineering & Manufacturing* concretizado 63% do número total de operações de desinvestimento. A unidade de *Travel & Leisure Tech* realizou cerca de 15% das operações de desinvestimento, enquanto os restantes 22% são respeitantes a empresas que se encontravam em situação de *Contencioso/ Inativas/Write-Off* e a UP de FCR gerido pela Portugal Ventures.

Figura 28: Desinvestimentos de empresas nos FCR geridos pela Portugal Ventures por Unidade de Negócio em 2014 [K EUR]



No período em análise, 68% das operações de desinvestimento em capital social (25) foram efetuadas por alienação à equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 69% do montante alienado. Das operações remanescentes, duas foram efetuadas por venda a terceiros, 5 resultaram de liquidações e as restantes 5 foram referentes a transferências entre FCR e conversão de ativos.

Figura 29: Detalhe dos desinvestimentos de empresas nos FCR geridos pela Portugal Ventures por Unidade de Negócio em 2014 [K EUR]

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Tech	12	10 387	4 815	6 784	1 969	-3 603
LS&MT	2	932	326	982	656	50
E&M	14	25 583	16 687	17 555	867	-8 028
T<	6	9 010	6 525	7 166	641	-1 845
Others	6	980	0	0	0	-980
UP	1	2 475	2 574	2 574	0	99
Total	41	49 367	30 927	35 060	4 133	-14 306

As vendas apuradas por número de operações face à valorização em carteira, resultaram em 7 transações com menos-valias, 19 com mais-valias e 15 sem qualquer valia.

No que diz respeito às vendas com mais-valias, a área de *Engineering & Manufacturing* registou 42% do total e a fase de investimento, *Growth Capital*, registou 53% do total das operações concretizadas.

As vendas apuradas por número de operações face ao valor de aquisição, resultaram em 24 transações com menos-valias, 9 com mais-valias e 8 sem qualquer valia.

No âmbito do projeto de reenfoque da atividade de investimento da Portugal Ventures, foram alienadas 27 empresas e 2 participações em UP de FCR aos FCR sob gestão da Portugal Ventures, pelo valor de avaliação registado a 31 de dezembro de 2013, no montante de 20,1 milhões de euros, por contrapartida de liquidez.

Apresenta-se de seguida a distribuição do desinvestimento referente ao reenfoque da atividade, incluindo todos os ativos de capital de risco e transações efetuadas:

Figura 30: Detalhe do desinvestimento referente ao reenfoque da atividade da Portugal Ventures em 2014 [K EUR]

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
LS&MT	1	1 000	0	0	0	-1 000
E&M	12	17 394	13 599	13 599	0	-3 795
T<	4	15 863	5 113	5 113	0	-10 750
Others	10	8 202	0	0	0	-8 202
UP	2	1 600	1 456	1 456	0	-144
Total	29	44 060	20 168	20 168	0	-23 892

Investimento líquido em Capital Social e rotação da carteira

O investimento líquido em capital social em empresas (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda) situou-se em cerca de 4,9 milhões de euros positivos.

A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social, efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (ano de 2013) – foi de 17,3%.

ad
af
af

4. Atividades das Áreas de Negócio

Engineering & Manufacturing

Deal Flow

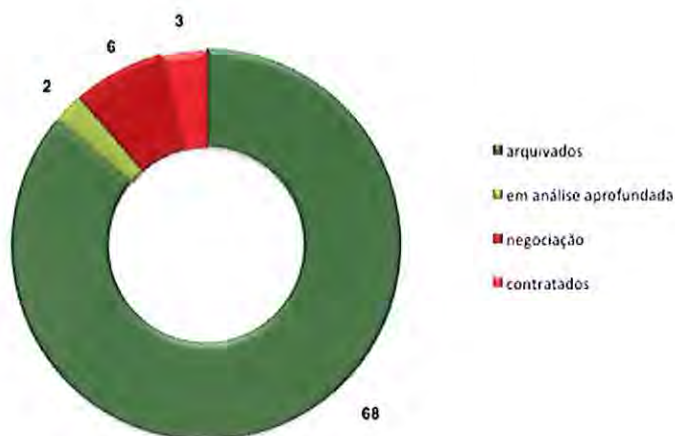
No exercício de 2014 a atividade de geração e processamento de deal flow de projetos de *Engineering & Manufacturing* (E&M) foi desenvolvida com base nas edições periódicas da Call for Entrepreneurship bem como no lançamento da 1ª edição do Programa +Inovação +Indústria, com submissão de projetos entre 15 de setembro e 19 de outubro.

O deal flow gerado pela Call for Entrepreneurship para a área E&M originou a concretização de 2 novos projetos e a negociação de 1 terceiro (a concretizar já em 2015), a que se vieram juntar 42 novos projetos avaliados no âmbito da 1ª edição do Programa +Inovação +Indústria, dos quais resultaram 5 para negociação / contratação, que se espera concretizar no 1º trimestre de 2015, correspondendo a um investimento potencial pela Portugal Ventures da ordem dos 3,4M€.

Entretanto decorreu, entre 15 de dezembro de 2014 e 18 de janeiro de 2015, a 2ª edição do Programa +Inovação +Indústria, tendo sido avaliados mais 18 projetos, que poderão dar origem a 3 novas propostas de investimento, num valor aproximado de 2M€.

Assim, a 31 de dezembro de 2014, o deal flow ativo da área de E&M era o seguinte:

Figura 31: Deal Flow Engineering & Manufacturing – N.º de Projetos



Tendo em vista dinamizar o deal flow gerado no âmbito do Programa +i+i, foram desenvolvidas durante o ano de 2014 várias iniciativas de promoção e divulgação do programa, de que se destacam:

- Lançamento do programa no dia 8 de Setembro, na AEP (Matosinhos) com a presença do Ministro da Economia;

dd
df
wf

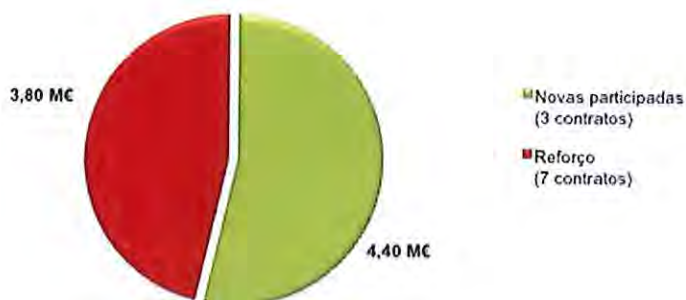
- Participação em sessões de divulgação e contatos com empresas e empreendedores em Leiria, Lisboa, Aveiro, Braga, Évora, Castelo Branco, Coimbra e Porto;
- Desenvolvimento de uma *Rede de Parceiros +Inovação +Indústria* que apoiem os promotores na estruturação e apresentação das iniciativas de investimento ao *Programa +i+i*, contando atualmente com 22 parceiros, disseminados pelo país e correspondendo a associações empresariais / setoriais, centros tecnológicos, universidades e incubadoras;
- Início da constituição de uma *Rede de Capital +Inovação +Indústria*, atualmente com 3 parceiros, por forma a alargar a base de *funding* potencialmente disponível para projetos inovadores com impacto na indústria tradicional;
- Dinamização de *Rede de Peritos +Inovação +Indústria*, atualmente com mais de 80 peritos, nas mais variadas áreas, com o objetivo de auxiliar a Portugal Ventures na avaliação e seleção dos projetos.

Investimento e desinvestimento

A atividade de investimento da área E&M resultou em 10 novos investimentos, dos quais 3 são investimentos em novas participadas, 6 investimentos de reforço em participadas já existentes na carteira e 1 correspondente a uma realocação de Fundo participante.

O investimento total contratado em 2014 em E&M foi de 8,2M€. Do investimento total contratado, 4,4M€ correspondem a investimento em novas participadas e 3,8M€ a investimento de reforço em participadas da carteira e realocação.

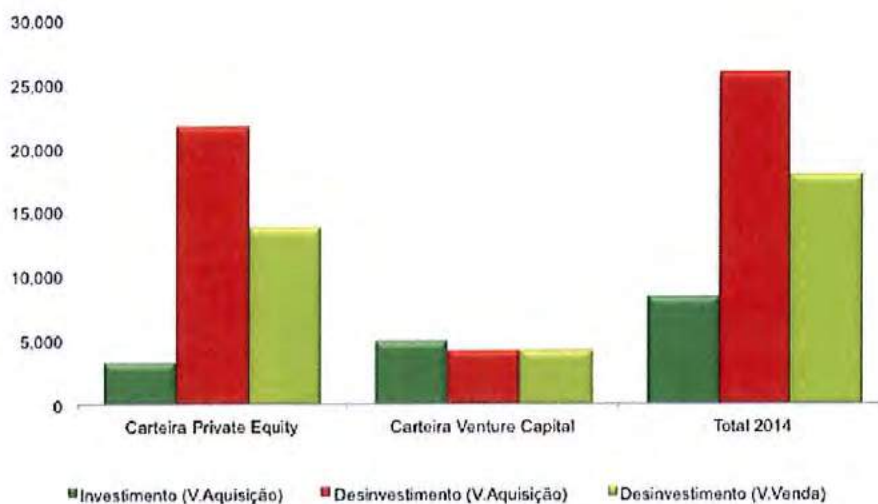
Figura 32: Investimento Contratado 2014 – Engineering & Manufacturing



Quanto ao desinvestimento realizado em 2014, e com ênfase para a carteira de *Private Equity*, este totalizou 17,8M€ (25,8M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 11 operações de saída total e a 5 de saída parcial. As saídas de investimento tiveram como contrapartida 13,8M€ em dinheiro e 4,0M€ pela conversão (*roll-up*) de ativos.

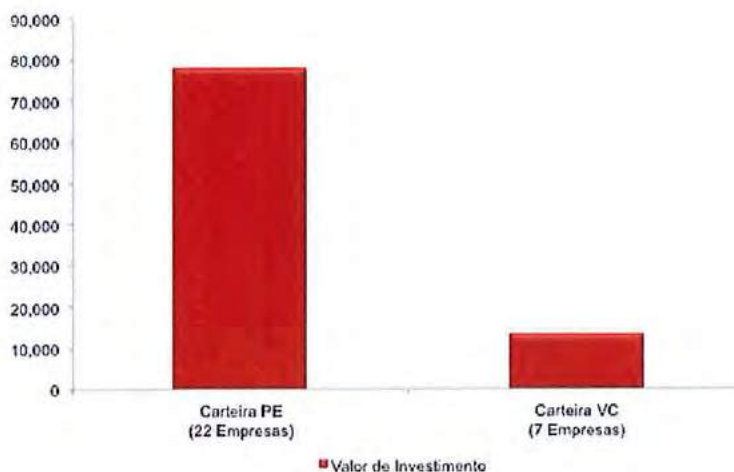
vd
df
nf

Figura 33: Investimento / Desinvestimento 2014 – Engineering & Manufacturing (K€)



Assim, no final de 2014 a carteira de ativos sob gestão da área de E&M ascendia a 29 participadas, totalizando um valor de investimento na ordem dos 92,3M€, repartidos da seguinte forma:

Figura 34: Carteira Engineering & Manufacturing (K€)



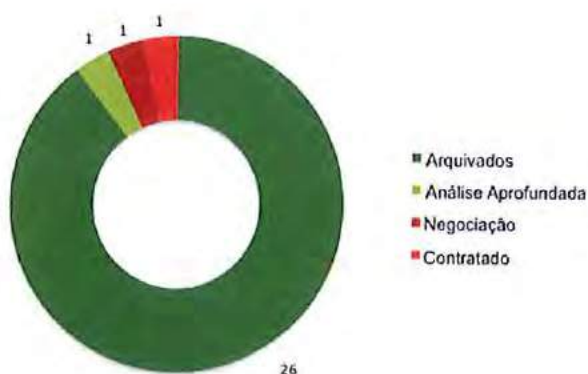
dd
at
R

Life Sciences & MedTech

Deal Flow

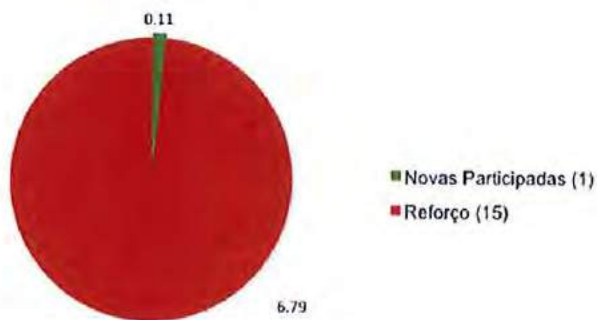
No ano de 2014 foram recebidos através da *Call for Entrepreneurship* 29 projetos na área das *Life Sciences & MedTech* que vieram a dar origem a 3 *Term Sheets* de investimento, uma das quais não veio a materializar-se em contrato por dificuldades do promotor.

Figura 35: Deal Flow – Life Sciences & Med Tech



Foi contratado o investimento na Magnomics e transitou para 2015 a conclusão do processo relativo à Immunethep (realização de ensaios pré-clínicos de uma vacina contra a sepsis neonatal).

Figura 36: Investimento Contratado – Life Sciences & Med Tech.



Investimento e desinvestimento

Foram investidos em empresas da área de *Life Sciences & MedTech* em 2014 um total de 6,9M€ em que devem destacar-se os investimentos de *follow-on* nas participadas Biosurfit e Kinematix.

Registou-se o desinvestimento na participada Biomode.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Technology

Deal Flow

No exercício de 2014 a equipa *Technology* esteve presente em mais de duas dezenas de sessões, *workshops* e *Demo Days* de programas de aceleração e concursos diversos de ideias de planos de negócio como oradores convidados, membros de júri, palestrantes e presenças; a título de exemplo, Acredita Portugal, Energia de Portugal (Fábrica de StartUps/EDP), Conferência Nacional Investimento e Empreendedorismo (ANJE), Ineo Weekend (IPN), StartUp Pirates, StartUp Weekend, Cohitec (Cotec), Building Global Innovators Competition (ISCTE-MIT), Passaporte para o Empreendedorismo (IAPMEI), TechNet (Sanjotec), Steering Committee do Iniciativa Nacional de Transferência de Tecnologia do Espaço (IPN/FCT/ESA), Jornadas de Eletrotecnia (FEUP) e Startup Lisboa Takeoff.

A atividade de geração e processamento de *deal flow* de projetos de *Technology* foi desenvolvida com base nas 4 edições periódicas da *Call for Entrepreneurship* (Call 6, 7, 8 e 9) bem como na continuidade da análise de processos iniciados em edições passadas e nos processos de reforço de investimento em empresas do portefólio de participações desta área de negócio.

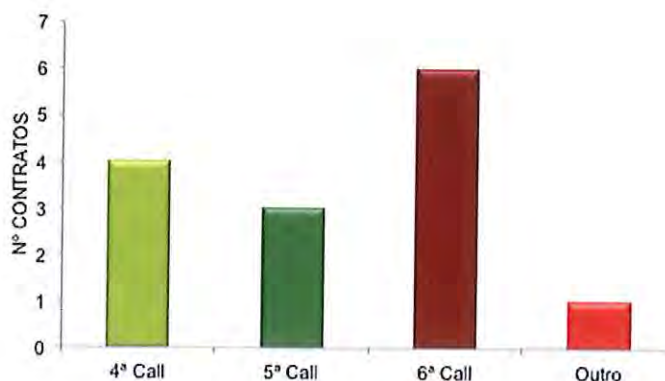
Em 2014 o *deal flow* gerado pela *Call for Entrepreneurship* para a área *Technology* originou 175 projetos para potencial investimento. Da avaliação desse *deal flow* foi declinado o interesse no investimento em 147 projetos e o investimento em 13 novas empresas, mantendo-se a 31 de dezembro 7 projetos em fase de análise e 8 em fase final de negociação.

Figura 37: Deal Flow – Technology – N.º de Projetos



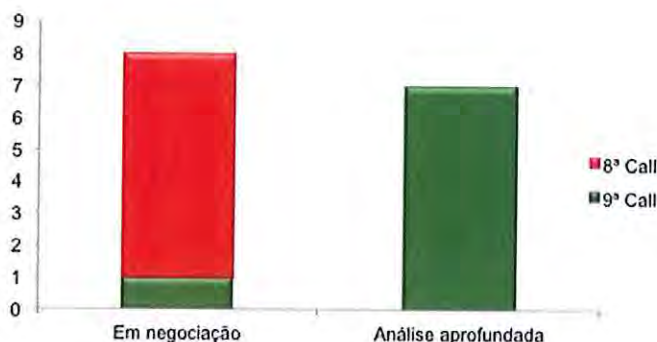
Dos 13 investimentos gerados na *Call for Entrepreneurship*, 4 foram de projetos apresentados na 4ª Call, 3 representam candidaturas à 5ª Call e 6 foram projetos submetidos na 6ª Call. Importa ainda salientar que 6 dos investimentos (quase 50%) foram realizados em co-investimento com parceiros da rede *Ignition Capital Network*.

Figura 38: Investimento em novas participadas 2014 – Technology



No fecho do exercício de 2014, estavam ainda em aberto 15 dossiês: 8 destes em fase de negociação e com expectativas elevadas de contratação e 7 que dizem respeito a projetos ainda em fase de análise aprofundada.

Figura 39: Processos em aberto - Technology



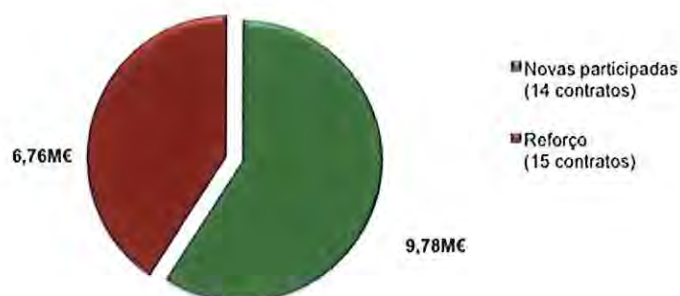
Investimento e desinvestimento

A atividade de investimento da área *Technology* resultou em 29 novos investimentos, dos quais 14 são investimentos em novas participadas da carteira e 15 de investimentos de reforço em participadas já existentes na carteira.

O investimento total contratado em 2014 em *Technology* foi de 16,5M€. Do investimento total contratado, 9,78M€ correspondem a investimento em novas participadas e 6,75M€ a investimento de reforço em participadas da carteira.

Handwritten notes:
da
at
PF

Figura 40: Investimento contratado 2014 - Technology



Do novo investimento contratado de 9,78M€, contingente na verificação do progresso do projeto face a objetivos e *deliverables* estabelecidos em contrato, foi até ao momento realizado 6,9M€, prevendo-se que os restantes 2,88M€ sejam desembolsados entre 2015 e 2016, com especial incidência no primeiro destes anos.

O investimento médio por projeto em contratos de novas participadas foi de 698k€.

A 31 de dezembro de 2014 estavam em fase de negociação 8 contratos de projetos da *Call for Entrepreneurship* (7 da 8ª edição e 1 da 9ª) e ainda outros 7 projetos em análise. Dos 8 contratos em negociação, 3 foram concluídos já no início de 2015.

Tendo presente o estágio de desenvolvimento dos projetos investidos em portefólio, em fase de prova de conceito tecnológico e/ou comercial ou *early-stage*, cumpre realçar que apresentaram em 2014 um nível global de emprego de 785 pessoas, um volume de faturação anual que excede 54,06 M€ e exportações de 28,01 M€.

Technology: deal flow e investimento contratado em 2014

- Novos dossiês de investimento contratados: 29
- Investimento de capital de risco contratado: 16,5 M€
- Número de participadas envolvidas: 35 (novas: 14)
 - Emprego: 785 pessoas
 - Volume de negócios: 54,06 M€
 - Exportações: 28,01 M€

Quanto ao desinvestimento realizado em 2014, este totalizou 7,8M€ (12,6M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 10 operações de saída total e a 3 de saída parcial. As saídas de investimento tiveram como contrapartida 4,7 M€ em dinheiro, 2,2 M€ a conversão ou amortização de ativos e 0,9M€ que serão recebidos a prazo.

Importa destacar os dois desinvestimentos mais relevantes do exercício:

a. NSEC - Sistemas Informáticos, S.A. (AnubisNetworks)

Um dos desinvestimentos mais significativos realizados em 2014 pela área de *Technology* foi a venda da NSec - Sistemas Informáticos, S.A. a uma empresa norte-americana que desenvolve a sua atividade na área da cibersegurança, em especial providenciando ratings de segurança, avaliações que são fundamentais para *effective vendor risk management, security performance benchmarking, cyber insurance underwriting and portfolio management*.

A empresa adquirente avaliou o acesso à tecnologia *big data* desenvolvida pela NSec como fundamental e crítico para o seu processo de negócio e respetivo desenvolvimento.

A BitSight Technologies conta na sua estrutura acionista com investidores de *venture capital* de referência como a Flybridge Capital Partners, a Commonwealth Capital Partners e a Globespan Capital Partners, tendo levantado em meados de 2013 uma ronda de financiamento no valor de 24 milhões de dólares.

b. Fibersensing – Sistemas Avançados de Monitorização, S.A.

Atendendo ao estágio de desenvolvimento da empresa, que recomendava a sua integração em parceiro capaz de lhe proporcionar uma rede comercial a nível global, e após processo competitivo apoiado por *advisors* especializados, foi concluída em 2014 a venda de 100% do capital da Fibersensing.

O comprador, a HBM - Hottinger Baldwin Messtechnik GmbH, um grupo alemão multinacional de relevo na área de test and measurement, manteve o centro de desenvolvimento e as operações da empresa em Portugal.

Travel & Leisure Tech

Deal Flow

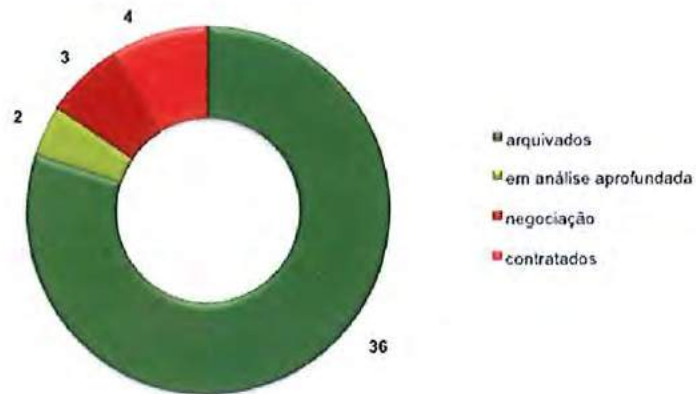
Para além do *deal flow* originado pela *Call for Entrepreneurship* (Call 6, 7, 8 e 9), a unidade de *Travel & Leisure Tech* (TLT) analisou projetos submetidos através do FIAEA (Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores), tendo ainda prosseguido com a análise de processos iniciados em edições passadas.

Em 2014 o *deal flow* gerado pela *Call for Entrepreneurship* para a área TLT originou 42 projetos para potencial investimento, dos quais 22 foram submetidos à análise dos painéis de peritos. Da avaliação desse *deal flow* foi declinado o interesse em 36 projetos e encontram-se ainda em análise 4 oportunidades.

Durante o ano de 2014 foram realizados investimentos em 4 empresas, cujas oportunidades tiveram origem nas Call 5 e 6, incluindo 2 projetos cuja origem não resultou da *Call for Entrepreneurship*.

No fecho do exercício de 2014, estavam ainda em aberto 5 dossiês: 3 destes em fase final de negociação e com expectativas elevadas de contratação e 2 que dizem respeito a projetos ainda em fase de análise aprofundada, sendo que, já no início de 2015 foi realizado 1 investimento cuja oportunidade foi originada na Call 8.

Figura 41: Deal Flow – Travel & Leisure Tech – N.º de Projetos

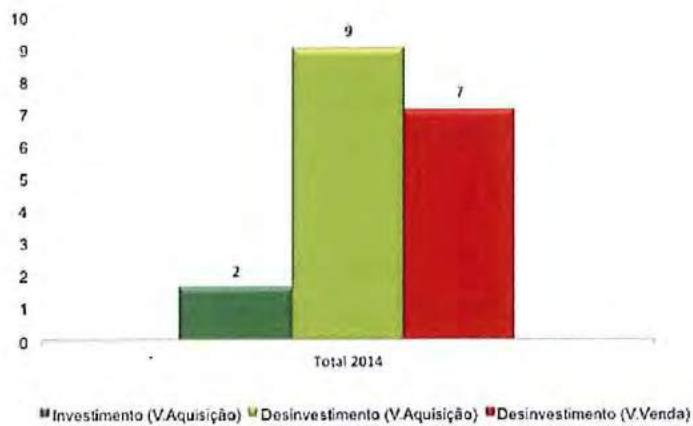


Investimento e desinvestimento

A atividade de investimento da área TLT resultou em 4 novos investimentos em novas participadas da carteira. O investimento total contratado em 2014 em TLT foi de 1,6M€.

Quanto ao desinvestimento realizado em 2014, este totalizou 7,2M€ (9,0M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 5 operações de saída total.

Figura 42: Investimento / Desinvestimento em 2014 – Travel & Leisure Tech (K€)



Handwritten initials: Jd, Jf, Jf

Active Portfolio Development

Call for Entrepreneurship

Deal-flow

No exercício de 2014, a atividade de geração e processamento de *deal-flow* de novos projetos de investimento foi desenvolvida essencialmente com base nas 4 edições periódicas da Call for Entrepreneurship (6ª à 9ª edição, inclusivé).

Entre a sexta e a nona edição, ocorridas em 2014, foram efetuados 954 novos registos de empreendedores (um acréscimo de 14,5% face a 2013) na plataforma online (desde a primeira edição, de 2012, foram acumulados 2.124 registos nesta plataforma, uma média de um pouco mais de 230 registos por edição).

Figura 43: Indicadores da Call For Entrepreneurship

# Call	Novos registos	Submissões	Pre-Screening	Expert Screening	Investimentos	Investimentos acumulados
1st Call	337	143	99	18	7	7
2nd Call	358	94	55	19	8	15
3rd Call	182	55	35	12	3	18
4th Call	144	47	31	13	5	23
5th Call	149	73	42	13	6	29
6th Call	461	102	55	22	7	36
7th Call	234	62	32	8	WIP	WIP
8th Call	156	61	45	16	WIP	WIP
9th Call	103	47	37	11	WIP	WIP

Neste mesmo período foram submetidos para avaliação 272 projetos (29% dos registos efetuados), que, em conjunto com os projetos das anteriores edições, acumulam 684 projetos submetidos (média de 32% dos registos efetuados).

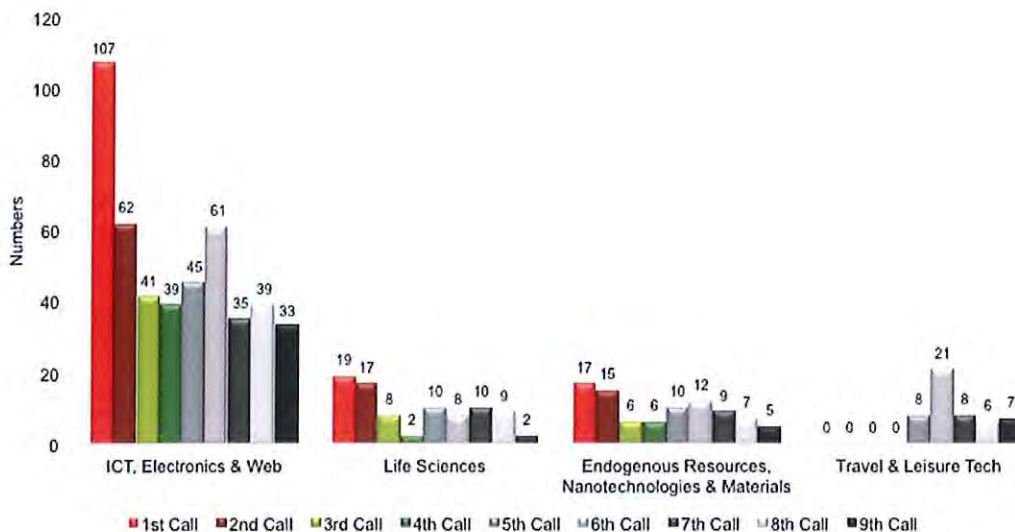
Em 2014, 169 dos 272 projectos foram considerados com enquadramento e potencial para serem objeto de apreciação pelos painéis de avaliação após a realização de *Pre-Screening* pelas equipas internas de investimento.

Nas 4 edições de 2014 da *Call for Entrepreneurship*, 57 projetos (34% após *Pre-Screening* ou 21% dos projetos submetidos) obtiveram recomendação de potencial interesse para investimento de capital de risco de parte dos painéis de avaliação constituído por peritos nacionais e internacionais, tendo estes projetos realizado um pitch ao Conselho de Administração da Portugal Ventures. Em termos acumulados, 132 projetos alcançaram esta fase do processo, tendo em consequência sido decidido avançar-se ou não com uma proposta de investimento.

A evolução ao longo das nove edições pode ser apreciada na figura acima, não sendo para já possível retirar uma tendência clara para futuro quanto ao número de projetos que poderão vir a ser apreciados nas próximas chamadas da *Call for Entrepreneurship*, apesar de ser notória a aparente excecionalidade das primeiras duas e da sexta edição da *Call for Entrepreneurship*.

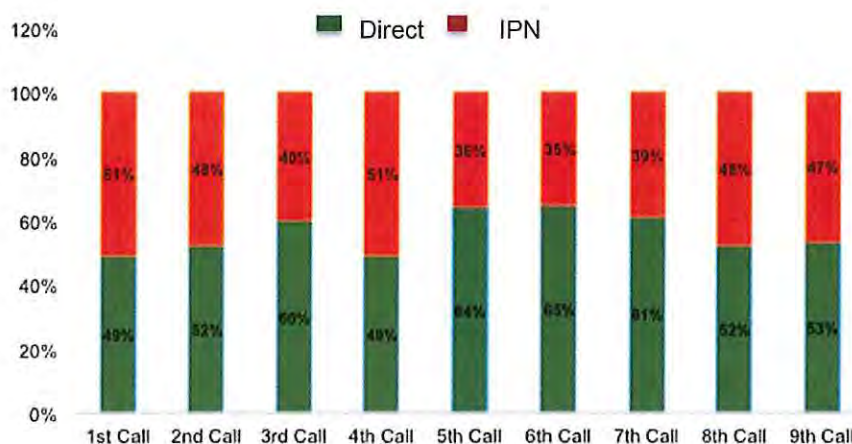
Ja
st
RF

Figura 44: Submissão por área de negócio (em número)



Merece especial destaque o facto de ao longo do ano de 2014 terem sido realizados em média cerca de 15 painéis de avaliação por edição da Call for Entrepreneurship, nos quais participaram 190 peritos empresariais e tecnológicos, mais de 45% dos quais residentes no estrangeiro.

Figura 45: Tipo de submissão



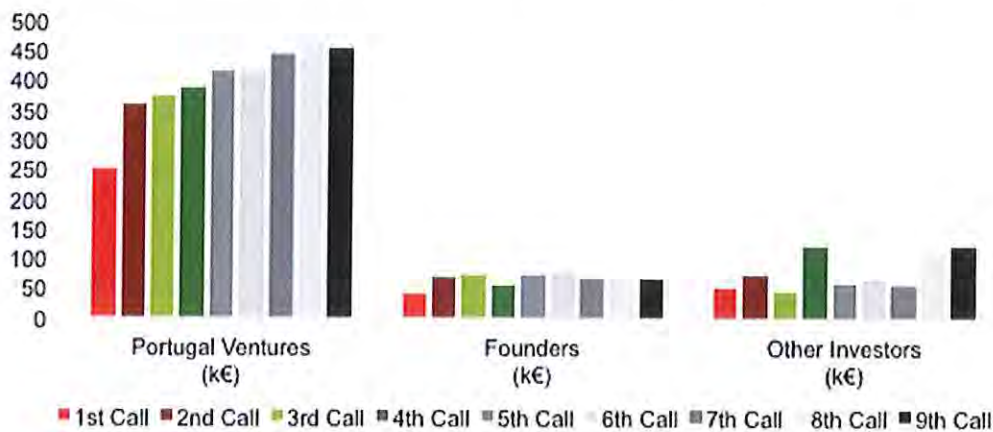
As 272 candidaturas de projetos submetidas para avaliação pela Portugal Ventures em 2014 (111 das quais via *Ignition Partners Network*), representaram um valor potencial de investimento de 162 M€ (40M€ de investimento potencial em média por edição), e com a discriminação setorial referida acima.

Merece menção que cerca de 62% dos projetos dizem respeito aos setores *ICT&E* e *WEB* (168 num total de 272 projetos).

O investimento médio por projeto solicitado à Portugal Ventures tem vindo a aumentar desde a primeira edição da *Call for Entrepreneurship*, indiciando a cada vez maior ambição internacional dos respetivos empreendedores e sustentabilidade dos projetos submetidos, como resulta da análise da figura seguinte:

Handwritten initials: da, hf

Figura 46: Estrutura do investimento médio solicitado pelos projetos candidatos à Call for Entrepreneurship



O valor de investimento médio proposto no período de submissão superou a 400k€ nas quatro edições de 2014.

Investimento através Call For Entrepreneurship

Em 31 de dezembro de 2014 tinham sido já contratados 36 novos projetos gerados através da Call for Entrepreneurship, o que representa aproximadamente uma média de 7% dos projetos submetidos nas edições acumuladas respectivas. Em Janeiro de 2015, foram contratados 3 projetos submetidos na oitava edição, estando em negociação projetos da sétima à nona edição da *Call for Entrepreneurship*.

Os 36 projetos representaram um investimento global comprometido pela Portugal Ventures de 20,6M€, sujeito a tranches contingentes em milestones.

Acresce referir ainda que em 20 (56%) destes processos de investimento estiveram envolvidos 8 membros do *Ignition Partners Network* e 17 (47%) dos projetos obtiveram investimento sindicado da Portugal Ventures com membros da *Ignition Capital Network*.

Acceleration & Innovation Hubs in the World

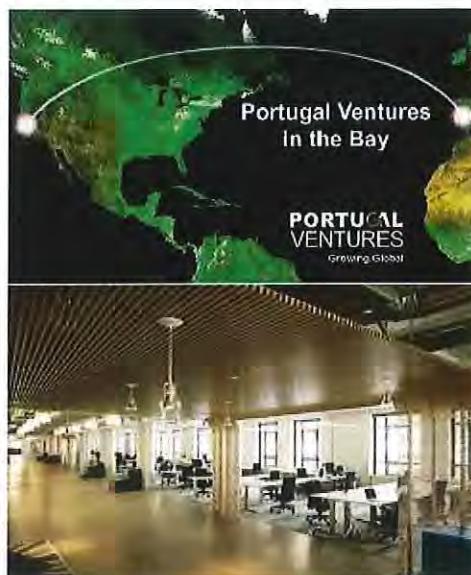
No ano de 2014 há a destacar que os dois centros internacionais próprios da Portugal Ventures nos EUA em São Francisco e Boston verificaram um incremento relevante de actividade em 2014 quer da parte das participadas do portfólio da Portugal Ventures quer de outros parceiros do ecossistema empreendedor Português.

Hub São Francisco

Em 2014 foi feita uma alteração do espaço de suporte ao acelerador na Bay Area para o RunWay em São Francisco com o objetivo de, sem esforço financeiro adicional: (i) reforçar a dinâmica e integração no ecossistema; (ii) aceder a uma rede contactos mais alargada.

Esta alteração foi positivamente acolhida pelas empresas participadas tendo participado 15 startups nas actividades do acelerador, das quais 5 beneficiaram mais do que uma vez. Do trabalho realizado resultaram mais de 250 reuniões de trabalho com investidores e corporações, para estabelecimento de potenciais parcerias técnicas e comerciais, das quais cumpre destacar, pela relevância:

- Facebook
- LinkedIn
- Symantec
- Samsung
- Apple
- Google
- Microsoft
- SalesForce
- Twitter
- Telefónica Ventures
- Google Ventures
- Strive Capital
- Greylock Partners
- Venrock Capital Partners
- Clearstone Venture Partners
- Sony Growth Ventures



A actividade do acelerador na área de *business development* com a rede de contactos relevantes locais, permitiu validar e aprimorar conceitos e modelos de negócio, promover o desenvolvimento de negócios e aceder a diversas parcerias estratégicas e de capital, bem como otimizar o *outcome* de presenças de participadas em eventos internacionais de referência como: *Dreamforce*, *Mobile Beats* e a *Intersolar*, nos quais foi possível o reforço e a ampliação das relações com parceiros e clientes de referência para as participadas.

Dada a relevância estratégica do acelerador e do ecossistema de São Francisco para a empresa, há que realçar que em 2014, a empresa participada Muzzley iniciou a sua presença permanente no Acelerador, com o estabelecimento de um escritório no espaço local dedicado da Portugal Ventures.

Boston

A inauguração oficial do “*PV Accelerator in Boston*” ocorreu no dia 13 de Março de 2014, e contou com a presença de cerca de 100 pessoas e organizações de destaque, algo para o qual contribuiu o grande envolvimento de participadas e a dinâmica de *business development* de preparação. Esta dinâmica forte inicial teve impacto ao nível da credibilidade da iniciativa ao ponto de ter havido uma divulgação e bom *feedback* da imprensa local e internacional, incluindo a especializada de capital de risco, o que repercutiu positivamente dos primeiros contactos de relevo para as participadas dado que, de entre os presentes nesse evento se encontravam representantes de entidades como:

- Bain Capital
- GreenBerg Taurig
- Credit Suisse
- MIT
- Boston University
- Citi Group
- Suffolk Equity



Handwritten notes in blue ink:
 da
 st
 VF

- Planify
- Swifton
- NEVCA
- Go4Venture

Desde a abertura do acelerador, 10 participadas beneficiaram (6 das quais de forma reiterada e 2 com presenças temporais significativas – c.4 meses) das actividades e rede de contactos propiciadas pelo acelerador. A angariação de *International Board Members* da região e a relevância do ecossistema local motivou a participada Kinematix a constituir presença permanente e empresa subsidiária local em Boston, beneficiando do espaço local dedicado da Portugal Ventures no acelerador.

Em resumo para 2014, o trabalho de aceleração em Boston, resultou em mais de 80 reuniões de trabalho com investidores, advogados e potenciais parceiros locais e na presença em eventos internacionais de referência, com destaque para MassMedic, MassBio e Partners Symposium.

Em acréscimo aos aceleradores próprios, a carteira de participadas beneficiou ainda da parceria estabelecida pela Portugal Ventures com a FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) quanto ao programa de aceleração em Austin Texas com a UTEN/IC2.

Com efeito, no âmbito da parceria, 4 participadas cumpriram o plano de aceleração de 1 ano, com apoio ao nível da validação do modelo de negócio e organização de estratégia GTM, tendo ainda sido dinamizados contactos de primeira linha com *corporations* relevantes, permitindo em alguns casos o estabelecimento de relações comerciais e parcerias com empresas como:

- Oceaneering;
- Canyon Offshore;
- Nasa;
- Domedia;
- Intel;
- Shell;
- Tecnip.

Internal Showcase

No âmbito da actividade de preparação de CEOs nos contactos com investidores internacionais, foram realizadas 3 sessões fechadas "Internal Showcase" em que um grupo selecionado de CEOs participou numa *pitch session* seguidas de feedback construtivo e individualizado de mentores e investidores internacionais.

No total foram efectuados 51 *pitch* pelas participadas (e novos investimentos de 2014) a 13 convidados/peritos internacionais (França, UK, EUA, Finlândia), representando instituições ligadas a empreendedorismo ou capital de risco internacional tais como:

- Telefonica Ventures;
- Clearstone Venture Partners;

Ja
st
R

- Expansion Ventures;
- Go4Venture;
- IC2;
- Leadership Business Consulting;
- LBVentures;
- Start-in-post.



Nas sessões motivou-se ainda o envolvimento de membros das redes Ignition Partner Network (IPN) e Ignition Capital Network (ICN), com destaque para a recorrente presença de 7 dos mais proactivos membros ICN.

As sessões, efectuadas apenas sob convite, tiveram índices relevantes de participação (40-50 participantes por sessão) e o feedback recebido foi geralmente muito positivo, quer dos peritos internacionais, quer das participadas.

Investors Forum

Com o reforço da capacitação das equipas das participadas consubstanciado nos trabalhos dos Acceleration & Innovation Hubs, bem como das sessões de preparação *Internal Showcase* e para reforçar a dinâmica de *networking* das participadas e do ecossistema nacional com investidores internacionais de destaque, realizou-se em 19 de Setembro de 2014 em coordenação com a APBIO o primeiro *Investors Forum*.

Considerando as características das empresas e dos investidores angariados a dinâmica do evento centrou-se em 2 sessões em paralelo para investidores internacionais onde 33 empresas fizeram pitch aos investidores (15 pitch Technology e 18 pitch Life Science).

Dos investidores internacionais presentes (EUA, Espanha, França, Finlândia) cumpre destacar:

- Xange;
- Edmond de Rothchild;
- Ysios Capital;
- Index Ventures;
- GP Bullhound;
- Clearstone Partners;
- Keensightcapital;
- Forbion Capital Partners.

A sessão teve forte aceitação também junto de entidades nacionais de destaque de entre os 150 convidados presentes, incluindo representantes institucionais de entidades como ES Ventures, Microsoft, Daimler, Embaixada EUA em Lisboa, Banco de Portugal, Turismo Portugal, CMVM, PME Investimentos e Novo Banco.

JD
 JF
 RF

5. Evolução Financeira / Análise às Contas

O Balanço e a Demonstração de Resultados da Portugal Ventures, bem como as respetivas Notas explicativas, nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela Sociedade a partir do dia 1 de janeiro de 2010, com exceção das especificidades que se prendem com a natureza da atividade de capital de risco mencionadas no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores mobiliários nº 12/2005 – Contabilidade das Sociedades e Fundos de Capital de Risco, são apresentados na Parte III deste Relatório.

Análise do Resultado em 2014

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2014 traduziu-se no valor positivo de 234 mil euros, correspondendo a um grau de realização de 50% do valor orçamentado.

Figura 47: Demonstração de Resultados da Portugal Ventures em 2014 [EUR]

Rubrica	2014			Execução Homóloga 2013	
	Execução	Orçamento	Variação	2013	Variação 2014/2013
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)	(D)	(E) = (A)-(D)
Vendas e Serviços Prestados	5 609 776	6 127 277	- 517 502	6 411 098	- 801 322
Subsídios à Exploração	19 390	11 753	7 637	3 918	15 472
Ganhos e Perdas imputadas de Subs., associadas e emp. Conjuntos	- 93 612	-	93 612	207 064	- 300 677
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1 799 840	- 1 982 762	182 922	- 1 320 763	- 479 078
Gastos com Pessoal	- 2 120 579	- 2 322 349	201 770	- 2 315 579	195 000
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	- 99 029	-	- 99 029	- 442 469	343 440
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Imparid. de Investimentos não Depreciáveis/Amort. (perdas/reversões)	23 364	-	23 364	164 819	- 141 456
Aumentos/Reduções de Justo Valor	- 1 135 661	- 1 044 233	- 91 428	- 625 749	- 509 913
Outros Rendimentos e Ganhos	104 792	25 333	79 459	266 559	- 161 767
Outros Gastos e Perdas	- 95 001	- 31 867	- 63 134	- 108 991	13 990
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos (EBITDA)	413 598	783 152	- 369 554	2 239 908	- 1 826 310
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 190 286	- 229 604	39 318	- 183 664	- 6 622
Resultado operacional antes de gastos de financiam. e impostos	223 312	553 548	- 330 236	2 056 245	- 1 832 932
Juros e rendimentos similares	832 908	563 642	269 266	938 151	- 105 244
Juros e gastos suportados	- 2 350	- 1 744	- 606	- 2 970	620
Resultado antes impostos	1 053 870	1 115 447	- 61 577	2 991 426	- 1 937 556
Imposto sobre o rendimento do período	- 820 265	- 650 000	- 170 265	- 1 134 871	314 606
Resultado líquido do período	233 605	465 447	- 231 842	1 856 555	- 1 622 950

O movimento ocorrido na carteira de ativos de capital de risco encontra-se referenciado na Nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, refletindo os resultados da avaliação da carteira de participações financeiras de acordo com o definido no Regulamento da CMVM nº 1/2008, bem como o movimento das alienações das participações financeiras.

Rendimentos

A rubrica de Vendas e Serviços Prestados, com o valor de 5.610 mil euros, engloba 5.406 mil euros de comissões de gestão, resultantes do facto da Portugal Ventures ser a sociedade gestora de dezasseis Fundos de Capital de Risco à data de 31 de dezembro de 2014, bem como 204 mil euros de prestações de serviços prestados às empresas por si administradas.

A redução de valores face ao orçamento (518 mil euros) justifica-se pela diminuição das comissões de gestão dos FCR, que refletem, (i) as alterações introduzidas com a fusão dos Fundos, (ii) a diminuição do valor global líquido dos FCR, (iii) a não concretização das operações de capital de risco orçamentados ao nível dos fundos com componente de financiamento Compete/FINNOVA e pelo término na prestação de serviços às participadas.

Os Subsídios à Exploração traduzem o valor recebido do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos contratos de estágio celebrados ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP e que têm uma duração de um ano.

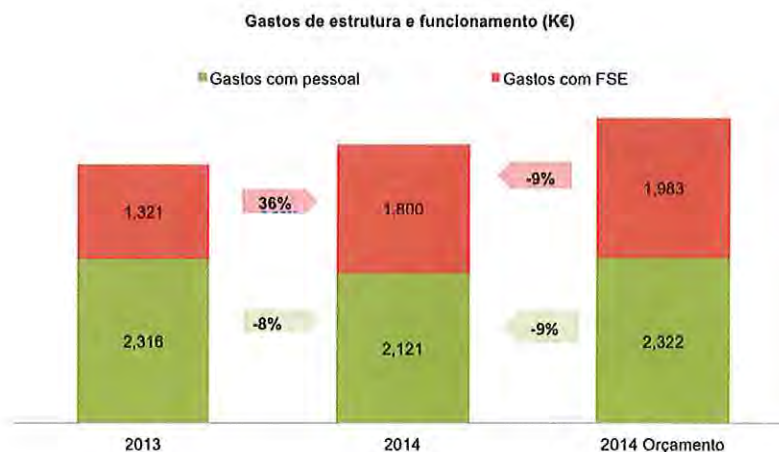
No valor apresentado de Outros Rendimentos e Ganhos, importa realçar os proveitos suplementares correspondentes às remunerações pelo exercício de cargos sociais nas empresas participadas, o excesso de estimativa para impostos registado no exercício de 2013 e a quota parte que coube à Sociedade na encerramento da partilha da liquidação de uma participada.

Os Juros e Rendimentos similares obtidos correspondem aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, aos juros de empréstimos concedidos às participadas, bem como aos juros provenientes da venda de participações com pagamento diferido. A variação face ao período homólogo de 2013 justifica-se pela redução verificada na taxa de juro real dos depósitos a prazo conjugada com uma maior liquidez de tesouraria, em virtude de não terem sido realizados nos timings orçamentados a realização de capital nos FCRs.

Gastos

A Portugal Ventures continuou, no decurso do exercício de 2014, a fazer uma gestão eficiente e criteriosa aos nível dos recursos disponíveis, mantendo uma política de contenção de gastos correntes, que se refletiu nos valores registados nas respetivas rubricas de gastos.

Figura 48: Gastos de estrutura e de funcionamento da Portugal Ventures em 2014 [K EUR]



Como consequência dessas medidas, os gastos de estrutura e de funcionamento propriamente ditos (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), em 2014, traduzem um desvio favorável de 385 mil euros face ao orçamento e um acréscimo de 284 mil euros face ao período homólogo de 2013, aumento este originado pelo incremento da atividade desenvolvida pela Sociedade.

Ao nível dos Gastos com Pessoal, os valores refletem a não atribuição de prémios de desempenho aos colaboradores, a manutenção da redução das remunerações base dos Administradores resultantes da aplicação do disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho e a redução das remunerações dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores em conformidade com o disposto na Lei nº 83-C/2013.

A rubrica Outros gastos e perdas regista os valores dos impostos, das taxas da CMVM da Sociedade, das quotizações, da comissão do banco depositário de um dos FCRs por si geridos e das diferenças de câmbio desfavorável. No final de 2014, a Sociedade tomou conhecimento de que a Autoridade Tributária acionou a garantia bancária que a Portugal Ventures tinha prestada a favor da Administração Fiscal e referente a processo fiscal que correu contra a um antigo representante, nomeado para a representar no Conselho de Administração de uma sua empresa participada, garantia executada em 65,6 % do respetivo valor (20 mil euros).

O resultado líquido negativo das avaliações da carteira de ativos de capital de risco efetuada a 30 de junho e 31 de dezembro de 2014, no valor global de 1.211 mil euros, foi registado nas respetivas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilística e do Regulamento da CMVM nº 1/2008 e refletem na sua maioria a perda de valor potencial das unidades de participação detidas no capital de FCRs.

Análise do Balanço em 31 de dezembro de 2014

Figura 49: Estrutura de balanço da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2014 [K EUR]



Ativo

Em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo da Portugal Ventures ascendia a 52,2 milhões de euros, sendo financiado em 88% por Capitais Próprios.

dd

R

Quando se analisa a decomposição do Ativo, 39% corresponde à carteira de investimentos financeiros, que inclui o valor das unidades de participação dos FCR Portugal Ventures Global 2, Finicia, ACTEC II, FIAEA, Indústrias Criativas, Early Stage, Universitas, Biocant, GPI, Internacionalização e do Critical Ventures I - FCR ; 53% a Depósitos e Aplicações Financeiras de elevada liquidez; 5% a Clientes e Outras Contas a Receber e 3% a Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

A Portugal Ventures aplica a sua liquidez adotando uma política conservadora, em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, privilegiando operações de curto prazo e baixo risco, contribuindo assim para a preservação do valor investido pelos acionistas. Os Depósitos e Aplicações Financeiras registavam, a 31 de dezembro de 2014, o montante de 27,6 milhões de euros.

No que concerne à atividade de investimento direto em participações societárias prosseguida pela Sociedade no decurso do exercício de 2014, a carteira de participações registou um incremento de investimento no valor de 1,6 milhões de euros, correspondente (i) ao reforço de investimento numa participada; (ii) à aquisição de unidades de participação representativas do capital do fundo FCR ACTec; (iii) à compra da participação do Critical Ventures I FCR, compra esta efetuada no âmbito da operação do Reenfoque.

Os desinvestimentos financeiros ascenderam a 10 milhões de euros, valorizados a custo de aquisição, referindo-se às seguintes operações: (i) alienação de capital e suprimentos detidos em catorze empresas, das quais dez no âmbito da operação reenfoque; (ii) abate ao ativo do valor investido em uma empresa na sequência do respetivo cancelamento de matrícula; (iii) extinção da obrigação de realizar o capital que ainda não se encontrava realizado pela Sociedade em três FCRs em virtude da redução do respetivo capital.

Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2014, a Sociedade procedeu à avaliação da sua carteira de participações de ativos de capital de risco, de acordo com o regulamento interno de avaliação, registando-se o respetivo impacto da avaliação na contabilidade nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilístico.

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis registou no ano de 2014 um aumento líquido de 64 mil euros resultante essencialmente das obras de conservação ocorridas nas instalações da Sede da Sociedade, tendo a rubrica de Ativos Intangíveis apresentado um incremento de 81 mil euros derivado do desenvolvimento e implementação do projeto Navigator.

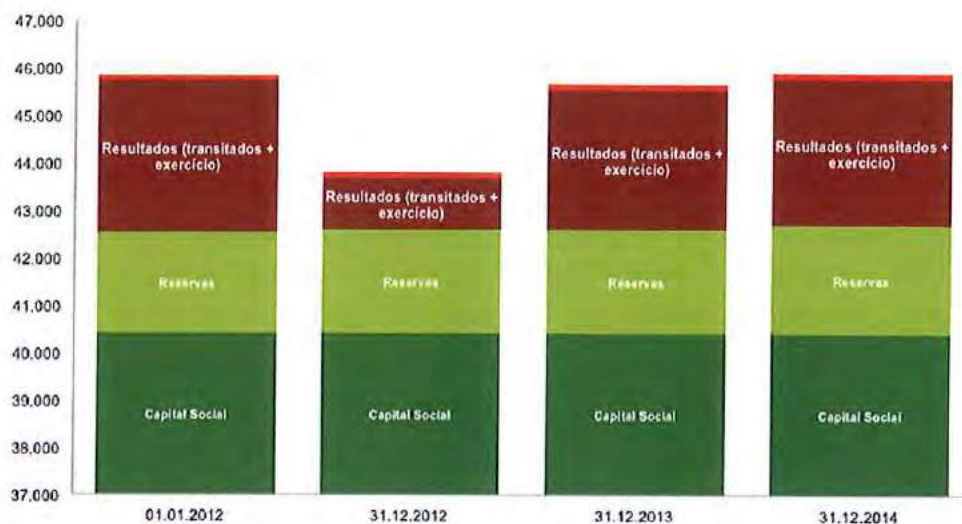
Passivo

O Passivo da Portugal Ventures ascende a 6,3 milhões de euros, correspondendo 95% ao valor das dívidas a terceiros e 5% ao montante de diferimentos e passivos por impostos diferidos. No valor das dívidas a terceiros, o valor mais relevante (4,4 milhões de euros), refere-se ao compromisso de realização do capital subscrito e ainda não realizado em cinco Fundos de Capital de Risco, quatro dos quais constituídos em 2011 no âmbito do programa COMPETE, cuja concretização é expectável que venha a ocorrer ao longo do ano de 2015.

Capitais Próprios

No final do exercício de 2014, a Portugal Ventures apresenta capitais próprios no valor de 45,9 milhões de euros, representando 114% do valor do seu capital subscrito e realizado (40,4 M€).

Figura 50: Evolução dos Capitais Próprios da Portugal Ventures 2011 - 2014 [K EUR]



6. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2014, no valor de 233.605,02 euros (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e cinco euros e dois cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	€ 11.680,25
Resultados Transitados	€ <u>221.924,77</u>
Total	€ <u>233.605,02</u>

Sendo aprovada esta proposta, os Capitais Próprios passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Social	€ 40.412.650,00
Reservas Legais	€ 834.272,59
Outras Reservas	€ 1.468.166,81
Resultados Transitados	€ 3.070.110,72
Excedentes de Revalorização	€ <u>122.732,55</u>
TOTAL	€ <u>45.907.932,67</u>

dd

R

7. Factos Subsequentes

O Conselho de Administração declara que, à data do encerramento das contas, a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social, ao Estado e a Outros Entes Públicos.

As demonstrações financeiras foram emitidas em 05 de março de 2015.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2014.

8. Perspetivas para 2015

A Portugal Ventures centrará a sua atividade em 2015 nos seguintes principais vetores de atuação:

- Continuação da atuação pró-ativa na geração de *deal flow*, quer através da "Call For Entrepreneurship", quer através do Programa "+Inovação + Indústria", visando a identificação, seleção e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos de qualidade, competitividade e ambição global.
- Reforço da rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o desenvolvimento das startups de base tecnológica, nomeadamente através da participação de membros internacionais em Conselhos de Administração e da constituição de Conselhos Consultivos internacionais;
- Reforço do Conselho Consultivo Internacional da Portugal Ventures, como elemento indutor das melhores práticas internacionais e facilitador de contactos internacionais;
- Acompanhamento de proximidade das empresas participadas, apoiando o seu rápido desenvolvimento e criação de valor;
- Reforço da rede de centros internacionais (*Acceleration & Innovation Hubs in the World*) através da sua extensão a Berlim, e possivelmente à Ásia, mantendo a atual presença nos Estados Unidos, em Boston, São Francisco e Austin, neste último caso em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- Criação da Portugal Ventures *Academy* para a realização de um vasto programa de ações de formação e capacitação das equipas de gestão das startups, em particular dos seus CEOs, visando a transmissão de conhecimentos e experiências essenciais ao desenvolvimento, acelerado crescimento e globalização das empresas e possibilitando também um mais próximo conhecimento das melhores práticas internacionais;
- Estímulo ao co-investimento com entidades privadas, com base em modelos de partilha de mais-valias como incentivo à tomada de risco, sem lhes mitigar, no essencial, a captura dos potenciais upsides nas operações de desinvestimento;
- Desenvolvimento proativo de operações de desinvestimento em participadas com elevado estágio de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez para reinvestimento;
- Continuação e aprofundamento do desenvolvimento do sistema integrado de informação (NAVIGATOR), devidamente enquadrado por um detalhado Manual de Procedimentos, como ferramenta indispensável de suporte a toda a atividade da sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas;

- Organização de eventos, devidamente estruturados e orientados, para a promoção das participadas geridas pela Portugal Ventures junto de investidores internacionais, com os objetivos de aumentar a visibilidade internacional da atividade de capital de risco nacional, para a emergência de startups globalmente competitivas e para eventual captação de capital para subseqüentes rondas de investimento;
- Desenvolvimento de um processo estruturado e qualificado de análise e tomada de decisão em novas rondas de levantamento de capital (*Follow-on Investments*), destinado exclusivamente a participadas da Portugal Ventures, com o recurso a comités de investimento compostos por especialistas internacionais com um conhecimento global das indústrias e domínios tecnológicos relevantes.

Assessoria ao Conselho de Administração: Fusões e Aquisições

Em 2015, a área de Fusões e Aquisições prosseguirá as atividades que justificaram a sua autonomização no segundo semestre de 2013. A esta área de assessoria ao Conselho de Administração foi atribuída a responsabilidade pela definição e operacionalização de estratégias de desinvestimento orientadas à recuperação do valor investido.

A atividade prevista para 2015 centrar-se-á na:

- Revisão e atualização do Plano Estratégico de Desinvestimento de Participadas da Portugal Ventures, tendo em vista a execução registada em 2014 e a possível redefinição dos critérios de desinvestimento subjacentes;
- Execução do Plano de Desinvestimentos que inclui, entre outras, as seguintes atividades:
 - Dinamização de processos competitivos para alienação de participadas detidas nas carteiras de fundos geridos pela Sociedade;
 - Participação nas reuniões de negociações com promotores, potenciais compradores e consultores/intermediários financeiros;
 - Acompanhamento da preparação de informação sobre as participadas em processo de desinvestimento a apresentar a potenciais investidores (Dossiers de Interessamento, "Blind teasers", ou quaisquer outros que se venham a verificar necessários), em articulação com os responsáveis e gestores das unidades de negócio envolvidas;
 - Acompanhamento dos processos de Due Diligence no âmbito dos processos de alienação;
 - Acompanhamento das negociações e articulação com a área Jurídica no âmbito das minutas de contratos a celebrar;
 - Acompanhamento de contratos de venda com pagamentos diferidos no tempo e sujeitos à verificação de condições que assegurem o efetivo recebimento dos valores contratualmente devidos.

Handwritten initials in blue ink: "JL", "JH", "KF".

Engineering & Manufacturing

Os principais objetivos para o ano de 2015 da unidade de negócio *Engineering & Manufacturing* (E&M) são os seguintes:

- Promover a realização de novos investimentos de *venture capital*, originados na *Call for Entrepreneurship* e, muito em especial, no Programa +Inovação +Indústria;
- Dinamizar e consolidar o Programa +Inovação+Indústria;
- Proceder a um acompanhamento de proximidade às novas participadas, no sentido do seu rápido desenvolvimento, sustentabilidade e criação de valor;
- Enquanto for sua competência, gerir os ativos e promover o desinvestimento na carteira de *Private Equity*, em estreita colaboração com a assessoria ao Conselho de Administração para Fusões & Aquisições e tendo presente a criação de valor para os fundos sob gestão da Portugal Ventures.

Dada a relevância da geração de *deal flow* na área de E&M, será prioridade desta unidade de negócio promover, dinamizar e operacionalizar, em articulação com outras unidades relevantes da Portugal Ventures, o Programa +Inovação +Indústria, em especial ao nível de:

- Lançamento periódico de "chamadas" (calls) de projetos, com a expectativa de geração de *deal flow* e criação de massa crítica que possibilite a seleção de novos projetos inovadores com impacto nos setores industriais mais tradicionais da nossa economia, originados no sistema científico e tecnológico nacional e/ou no tecido industrial (p.e. spin-offs) e que permitam a emergência de novas empresas;
- Consolidação e alargamento da rede de peritos no âmbito dos processos de avaliação dos projetos em painéis de avaliação multidisciplinares, nomeadamente (i) promovendo a participação de peritos internacionais e (ii) estreitando formas de colaboração, sempre que possível e em especial ao nível dos investimentos realizados pela Portugal Ventures;
- Dinamização contínua da *Rede de Parceiros +Inovação +Indústria*, envolvendo a cooperação com centros tecnológicos, polos de competitividade, entidades relevantes do sistema científico e tecnológico nacional, incubadoras, associações setoriais / empresariais / regionais e nacionais, no sentido da divulgação direcionada do Programa e da dinamização de *deal flow*;
- Alargamento da *Rede de Capital +Inovação +Indústria* para estímulo ao co-investimento, tendo em vista potenciar a participação de investidores privados, e também do sistema financeiro tradicional, em projetos inovadores com impacto na indústria tradicional;
- Incentivo às novas empresas para acederem a centros internacionais de inovação e aceleração, através dos centros já constituídos ou em desenvolvimento pela Portugal Ventures, em especial aqueles que se inserem em ambientes de base industrial estimulantes e dinâmicos.

Life Sciences & MedTech

O investimento em unidade de negócio *Life Sciences & MedTech* (LS&M) é alimentado inicialmente pela *Call for Entrepreneurship* mas, com a maturação dos primeiros investimentos realizados, várias participadas começam a apresentar necessidades de novas rondas de financiamento. Estes *Follow-on Investments* deverão no futuro, sempre que possível, privilegiar a sindicância com operadores privados, nacionais ou internacionais. Para estes casos, deverá haver também recurso a comités de investimento com a participação de peritos internacionais, dada a exigência de rigor e seletividade na decisão subjacente.

da

RF

Em contexto de acompanhamento, serão procurados *benchmarks* setoriais e a transposição para as participadas das melhores práticas internacionais. O trabalho próximo com os centros internacionais da Portugal Ventures, bem como outros contactos que serão desenvolvidos, deverão suportar estes objetivos. Para além da execução orçamental e da governação em geral, o foco da intervenção no acompanhamento de participadas será o *roadmap* de desenvolvimento de produtos e/ou serviços e, sempre que oportuno e necessário, a adoção de uma posição de *challenge* das equipas de gestão, sobretudo no que se refere à agressividade que é necessário imprimir para a exposição de produtos e serviços no mercado mundial.

Por outro lado, procura-se incentivar as participadas no sentido de adotarem as melhores práticas internacionais na constituição de *Advisory Boards* e de recrutamento de *Independent Board Members*, que lhe propiciem conhecimento específico e contactos relevantes e contribuam assim para uma maior notoriedade e credibilização dos projetos junto de investidores internacionais.

Technology

Os principais objetivos para o ano de 2015 da unidade de negócio Technology são os seguintes:

- Acompanhamento das participações com recurso ao reforço da equipa de gestores internos e externos e pelo apoio na identificação de *key people*, como *Advisors* e *Independent Board Members*, de preferência internacionais, para as empresas participadas;
- Tendo presentes as necessidades de investimento e de preparação de novas rondas de capital, a dinamização de processos internos de decisão de *Follow-On Investments* nas *startups* investidas, com recurso a comités de investimento com a intervenção de especialistas de âmbito global e tendo presente a capacidade de execução demonstrada e o seu potencial de valorização;
- Desenvolvimento de parcerias com empresas especializadas, particularmente internacionais, de *Corporate Finance Advisory*, para orientação estratégica no desenvolvimento empresarial e/ou com vista à realização de operações financeiras, sejam novas rondas de aumento de capital, sejam processos de desinvestimento;
- Formação contínua da equipa e presença da equipa em eventos e feiras tecnológicas de relevo mundial.

Travel & Leisure Tech

A unidade *Travel & Leisure Tech* (TLT) irá dar seguimento à estratégia de atuação que vem a decorrer desde 2013, privilegiando investimentos em projetos de base tecnológica que, por um lado, contribuam para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global e, por outro, apresentem um elevado potencial de internacionalização da tecnologia desenvolvida.

O ano de 2015 será crítico para a avaliação das participadas cujo *runway* correspondente ao investimento inicialmente contratado se aproxime do fim. Nas situações em que não tenha sido possível a atração de novos investidores para dar continuidade ao financiamento da atividade, deverá ser ponderado um investimento *follow-on* por parte da Portugal Ventures, caso o resultado da avaliação da situação da empresa assim o determine. Este processo de decisão contará com o envolvimento de peritos convidados, que integrarão um "Comité de Investimento *Follow-on*", com o objetivo de contribuir para a tomada de decisão da equipa técnica.

dd

K

Em janeiro do presente ano, os acionistas fundadores de uma das empresas do portefólio da unidade TLT instalaram-se no hub acelerador da Portugal Ventures em São Francisco. O objetivo para os meses remanescentes do presente ano, passa por promover ações semelhantes para outras empresas acompanhadas pela unidade TLT, por forma a tirarem partido dos ecossistemas que envolvem os hubs de aceleração internacionais da Portugal Ventures. A estruturação deste processo está a ser desenvolvida em estreita coordenação com a unidade *Active Portfolio Development*.

Será dada continuidade à participação da unidade TLT nas edições da Call for Entrepreneurship a ocorrer no presente ano, tanto ao nível da fase de pre-screening como também das fases subsequentes de análise, integrando alguns dos painéis de avaliação.

Será ainda prosseguida a estratégia de alienação de participações de capital detidas pelo FCR – Portugal Ventures Turismo, cujo prazo contratual estipulado em Acordo Parassocial se encontre expirado ou que a análise efetuada da sua operação revele ter sido atingido o momento ótimo para a concretização do retorno do investimento realizado. Atendendo ao caráter global de algumas participações, quer do ponto de vista da sua localização geográfica, quer pelas marcas internacionais que ostentam, a unidade TLT irá recorrer à contratualização de mandatos de venda com brokers que demonstrem ter capacidade de colocação de ativos à escala global, e em estreita articulação com a assessoria do Conselho de Administração para a área de fusões e aquisições.

Active Portfolio Development

Perspetiva-se para 2015 uma forte expansão da atividade que tem vindo a ser desenvolvida no sentido de reforçar a dinâmica e as ligações aos ecossistemas nacional e internacionais onde a Portugal Ventures e as suas participadas atuam. A relevância desta atividade justificou a criação de uma equipa autónoma, e transversal às quatro unidades de negócio, renovando-se e reforçando-se a dinamização do Programa de Ignição nos seus quatro pilares:

- *Call for Entrepreneurship*: pretende-se reforçar a dinâmica desta iniciativa, mantendo a regularidade de ocorrência que se tem verificado desde o seu lançamento em 2012. Em 2015 serão lançadas quatro novas chamadas de projetos (da 10^a à 13^a *Call for Entrepreneurship*). Serão implementadas melhorias ao nível do sistema informático que permitam uma maior eficiência e eficácia nos processos e um aumento da geração de *deal flow* (tanto em volume como em qualidade) que permita a seleção de mais e melhores novas iniciativas empresariais, inovadoras e globais. Pretende-se, ainda, que a dinâmica ligada ao ecossistema de peritos nacionais e internacionais seja reforçada por novos elementos de valor que manterão o suporte na avaliação dos projetos e que possam, também no futuro, contribuir com maior proximidade de acompanhamento e valorização dos investimentos da Portugal Ventures. Em particular, no âmbito específico das indústrias onde se inserem, pretende-se incrementar a rede de contactos internacional e a implementação de planos estratégicos de crescimento empresarial, incluindo captação de investimento.
- *Ignition Partners Network*: será reforçada a estreita cooperação que a Portugal Ventures tem desenvolvido com universidades, centros tecnológicos, incubadoras e aceleradoras nacionais, prevendo-se a dinamização de novas ações de divulgação e mobilização do empreendedorismo para reforço da dinâmica do ecossistema nacional e com vista a aumentar a qualidade e a quantidade do *deal flow* de oportunidades de investimento.

- *Ignition Capital Network*: o reforço da dinâmica de *deal flow*, bem como a expectativa de incremento do esforço de investimento para promover o crescimento acelerado de participadas, requer uma crescente coordenação com a rede de investidores com o objetivo de atrair capital privado, não apenas no âmbito nacional, como, no futuro, no panorama internacional. Esta coordenação permitirá aumentar a massa crítica da comunidade de co-investimento, que neste momento conta com cerca de duas dezenas de investidores, incluindo-se já alguns investidores internacionais.
- *Acceleration & Innovation Hubs in the World*: A globalização do ecossistema da Portugal Ventures passa também pela contribuição crescente dos centros internacionais para o estabelecimento de parcerias estratégicas, proporcionando às *startups* o acesso a programas de incubação e aceleração em centros internacionais de inovação e que são decisivos para o seu crescimento e competitividade global. Para além dos centros já existentes nos Estados Unidos da América – São Francisco (PV in the Bay – lançado em 2013), Boston (PV in Boston – lançado no início de 2014) e acesso ao centro IC2 na Universidade do Texas, em Austin (sob gestão da FCT), prevê-se que em 2015 a Portugal Ventures alargue a sua rede de centros internacionais através da abertura de um novo centro de internacionalização em Berlim, no início do ano, e posteriormente na Ásia.

Ao nível do reforço de capacitação da Portugal Ventures e das equipas de gestão que lideram as *startups*, a unidade de *Active Portfolio Development* reforçará o acesso a contactos nacionais e internacionais de relevo para a sustentabilidade e crescimento das *startups* e dinamizará novas iniciativas ao nível de:

- Desenvolvimento de relações com *boutiques* internacionais especializadas, europeias e norte-americanas, de *Corporate Finance Advisory*, com vista a apoiar e preparar empresas da carteira de participações da Portugal Ventures para a captação de investimento internacional;
- Promoção e divulgação de uma forte presença institucional da Portugal Ventures, conjuntamente com as suas empresas participadas, em eventos de destaque no panorama internacional, por forma a reforçar a visibilidade e oportunidades de parcerias internacionais das *startups* e dinamização de negócio internacional. Neste âmbito, está já a ser preparada a participação institucional da Portugal Ventures e de 10 suas participadas na CEBIT 2015, a realizar em Hanover, na Alemanha, no início de 2015;
- Lançamento da Portugal Ventures Academy que desenvolverá um vasto programa de ações de formação e capacitação dos CEOs e membros seniores das equipas executivas das participadas, beneficiando da rede de *expertise* internacional e com o duplo objetivo de partilhar conhecimentos, experiências e ferramentas para a gestão, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento global das empresas, e também partilhar e fomentar as melhores práticas internacionais de acompanhamento de *startups*.
- Realização da segunda edição do *International Investors Forum*, um evento cuja primeira edição se realizou em 2014 e que tem por objetivo a apresentação das *startups* mais relevantes da carteira de participadas da Portugal Ventures a investidores internacionais (nomeadamente fundos de investimento de *venture capital*) seletivamente convidados para o efeito. Esta iniciativa aproxima as *startups* portuguesas de investidores internacionais com a expectativa de os atrair para rondas de aumento de capital de maior dimensão nas participadas da Portugal Ventures, oferece-lhes a oportunidade de tornar mais competitivas as suas propostas de investimento no futuro e promove Portugal como destino atrativo para investimento direto de fundos internacionais em *startups* nacionais.

da
st
hr

Operações e Sistemas de Informação

Para 2015, o desafio da área de Operações será apoiar o refinanciamento da atividade de investimento da Portugal Ventures, quer através dos fundos atualmente sob gestão, quer no lançamento de novos fundos de capital de risco. Ao nível operacional, as prioridades desta área passam pelo reforço da transparência e fidelidade da informação que é disponibilizada em tempo real dentro da organização e na rapidez de acesso à mesma por todos os *stakeholders* relevantes da organização.

Ao longo do ano de 2015, será prosseguido o desenvolvimento incremental das atuais funcionalidades do Sistema Navigator e a implementação de novas funcionalidades. Estes desenvolvimentos refletem necessidades em áreas que não foram contempladas na versão inicial, assim como necessidades de melhorias e novas funcionalidades entretanto identificadas pelos utilizadores já em ambiente de produção.

No início de 2015, será publicado o Manual de Procedimentos da Portugal Ventures, já existente em “Versão Zero”, que agrega e descreve todos os processos implementados no Sistema Navigator, por forma a assegurar a continuidade da qualidade da informação residente no sistema e a adequabilidade operacional dos procedimentos, pelo envolvimento e responsabilização dos utilizadores e, em particular, das direções de todas as áreas funcionais da Sociedade.

Área Jurídica

Em 2015, a Área Jurídica continuará o trabalho desenvolvido em 2014 de apoio regular a todas as atividades da Portugal Ventures e suas unidades operacionais e desenvolverá as seguintes atividades específicas:

- Apoio ao processo de contratualização inerente ao Programa +Inovação +Indústria (para além do que já é realizado para a “*Call For Entrepreneurship*”);
- Continuação do processo de implementação de soluções para a redução do número de processos judiciais em curso e em que a expectativa de recebimento é nula, ou inferior aos custos incorridos ou previstos;
- Apoio à contratualização de *Follow-on Investments* e de alienação de participações no âmbito do programa de desinvestimento das áreas de PE e THL;
- Continuação do processo de implementação de medidas destinadas à cobrança de créditos vencidos;
- Apoio à continuação da execução Projeto Reenfoque, designadamente através de:
 - Acompanhamento dos procedimentos conducentes à definição do modelo e execução do processo de cessão da gestão do FCR PV Grandes Projetos de Investimento e do FCR PV Turismo;
 - Apoio aos processos de constituição de novos Fundos de Capital de Risco, quer o que se prevê realizar no âmbito do Projeto Reenfoque, quer os que poderão vir a ser desenvolvidos no âmbito dos incentivos de engenharia financeira previstos no novo quadro comunitário de apoio;
 - Apoio aos processos conducentes ao aprofundamento da racionalização da carteira de fundos sob gestão.
- Desenvolvimento jurídico do aprofundamento do modelo de governo de participadas, sobretudo tendo em conta a adoção das melhores práticas internacionais para diagnóstico e prevenção de riscos de gestão.

Comunicação & Marketing

Em 2015, a Portugal Ventures continuará a sua política ativa de comunicação, promovendo visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo, e da opinião pública em geral, e reconhecendo a relevante contribuição financeira de Fundos Comunitários para o esforço de investimento promovido. Serão desenvolvidas e apoiadas novas iniciativas que contribuam para incrementar o *deal flow* de novos projetos para investimento, a visibilidade das empresas participadas e, em geral, o desenvolvimento do ecossistema Português de empreendedorismo. Adicionalmente, continuarão a ser promovidas atividades e iniciativas que suportem e valorizem o desenvolvimento orgânico da Sociedade na sua interação com os seus colaboradores e parceiros externos.

Destacam-se as seguintes iniciativas e atividades:

- Realização do Portugal Ventures Day – ação realizada em Portugal com três objetivos:
 - Contribuir para a abertura internacional do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, trazendo a Portugal algumas individualidades e investidores de referência mundial e dando-lhes a conhecer uma nova realidade do país;
 - Aumentar a visibilidade da atividade da Portugal Ventures, do seu Programa de Ignição e dos seus parceiros *Ignition Partners Network* e *Ignition Capital Network*, bem como das suas novas participadas objeto de investimento no decorrer das edições periódicas da *Call For Entrepreneurship*;
 - Aumentar igualmente a visibilidade da nova iniciativa da Portugal Ventures, o Programa +Inovação +Indústria, e dos seus Parceiros bem como das participadas alvo de investimento;
 - Reconhecer e aplaudir as empresas da vasta carteira de participadas, que atingiram níveis superiores de desenvolvimento, solidez financeira, expansão internacional e inovação de produtos e serviços, criando sólidos e duradouros fatores de impacto económico e social.
- Realização dos eventos “Portugal Ventures in the Bay” e “Portugal Ventures in Boston”, ambos nos EUA, e também um novo evento “Portugal Ventures in Berlim”, na Alemanha. Estes eventos promovem a apresentação das *startups* aos ecossistemas de empreendedorismo tecnológico em *Silicon Valley*, Boston e Berlim, e estimulam o desenvolvimento de uma rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribui para a criação de valor e para o posicionamento internacional da Portugal Ventures e das suas *startups* de base tecnológica;
- Dinamização de ações de divulgação das iniciativas *Call For Entrepreneurship* e Programa “+Inovação +Indústria”, em estreita coordenação com os respetivos parceiros;
- Prossecução de uma política ativa de comunicação das participadas junto dos órgãos de comunicação social, nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento do novo *website* da Portugal Ventures, criando uma dinâmica de informação mais próxima do ecossistema nacional de empreendedorismo;
- Dinamização das redes sociais e da *newsletter Inside*, com números regulares e edições *Breaking News*, sempre que a ocorrência de eventos o justificar;
- Finalmente, dar-se-á também início à organização de eventos “*speakeasy*” com uma regularidade trimestral. Trata-se de encontros informais, ao final do dia, para promover o *networking* entre participadas e os seus atores e também com a equipa da Portugal Ventures.

Handwritten initials in blue ink: "JJ", "H", and "RF".

A comunicação da Portugal Ventures continuará alinhada com o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e do setor de capital de risco nacional, com todos os seus *stakeholders* e, em particular, empresas participadas, investidores, empreendedores e parceiros. Será também dado particular destaque ao envolvimento e proximidade da diáspora Portuguesa junto da Portugal Ventures e à apresentação de Portugal como país gerador de talento e possuidor de uma economia aberta ao mundo.

Área Administrativa, Financeira & Recursos Humanos

Os objetivos definidos para o ano de 2015 da unidade Administrativa, Financeira & Recursos Humanos são promover a melhoria contínua da eficiência dos processos e da qualidade de informação prestada a todos os *stakeholders*, com principal enfoque no controlo de gestão.

Também na área Recursos Humanos, e devido à necessidade crescente de especialização e aprofundamento do conhecimento para prosseguir o ambicioso programa de investimentos em curso, prosseguir-se-á uma política de forte aposta na qualificação dos colaboradores da Portugal Ventures através de ações de formação específicas que irão permitir uma maior exposição às melhores práticas internacionais na indústria de capital de risco e nos diversos setores de investimento.

Com a saída da empresa de técnicos de investimento qualificados ao longo dos últimos 3 anos, e dado o conhecimento necessário para alguns domínios que requerem competências técnicas específicas, algumas áreas da empresa irão, ao longo de 2015, recorrer a recursos externos em regime de prestação de serviços. Esta solução irá ser mais marcada nas unidades de negócio de Travel & Leisure Tech e Life Sciences & MedTech.

No ano de 2015, prevê-se a consolidação de todos os processos desenvolvidos de melhoria de eficiência implementados em 2014 com a entrada em funcionamento do Sistema Navigator, bem como o desenvolvimento e implementação de um Modelo de Avaliação do Desempenho.

Neste contexto, os principais indicadores que a Portugal Ventures se propõe alcançar no ano de 2015 são como segue:

Figura 51: Principais indicadores do orçamento de 2015 [K EUR]

Principais Indicadores	Orçamento 2015	Real 2014
Vendas e Serviços Prestados	5 624	5 610
Gastos com Pessoal	-2 333	-2 121
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 307	-1 800
EBITDA	994	414
Resultado Líquido	564	234
Capitais Próprios	47 275	45 908
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	1%	1%

dd

HF

9. Outra Informação Relevante

Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2014

As pessoas singulares designadas para exercerem o cargo nos Órgãos Sociais da Portugal Ventures não detêm nenhuma participação no capital social da Portugal Ventures. A composição acionista da Sociedade está discriminada no ponto 1.3. deste Relatório.

Lista dos titulares de participações qualificadas

Os titulares que detêm participações qualificadas no capital social da Portugal Ventures são como segue.

Figura 52: Principais acionistas da Portugal Ventures

Acionista	Nº de Ações	% Capital Social	% Direitos de Votos
IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3 069 094	37,97	37,97
AICEP, E.P.E.	1 568 648	19,41	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	834 962	10,33	10,33
Total Imputável	5 472 704	67,71	67,71

da

VF

10. Agradecimentos

Um agradecimento às entidades e membros que integram o Conselho Geral e de Supervisão e a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, pela relevante e indispensável colaboração prestada, bem como ao membro do órgão social cessante. Ao Revisor Oficial de Contas e aos Auditores é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

A todos os Acionistas queremos deixar aqui bem expresso o nosso reconhecimento pela dedicação e confiança sempre demonstrada, o que constituiu um forte incentivo para desenvolvermos a nossa atividade de forma segura e de acordo com as expectativas dos Acionistas.

Finalmente cumpre-nos registar com elevado apreço a competência e dedicação demonstrada por todos os Colaboradores da Portugal Ventures, decisivo para assegurar a concretização dos objetivos da Sociedade.

Porto, 05 de março de 2015

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca - Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes Vice - Presidente

Eng.^a Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes - Vogal



PARTE III - Demonstrações Financeiras

Balanço	91
Demonstração dos Resultados por naturezas	92
Demonstração dos Fluxos de Caixa	93
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	94
Anexo às Demonstrações Financeiras	95

dd
H
R
P

Balço em 31 de dezembro de 2014

Rubricas	Notas	2014	2013
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 155 831	1 092 094
Ativos Intangíveis	6	242 077	160 854
Participações financeiras (outros métodos)	7	20 280 467	24 071 541
Outros ativos financeiros	7	0	1 030 450
Ativos por impostos diferidos	32	69 353	239 427
Subtotal		21 747 728	26 594 367
Ativo corrente			
Clientes	9	405 546	1 040 319
Estado e outros entes públicos	10	281 828	537
Outras contas a receber	11	2 064 144	2 093 760
Diferimentos	12	40 525	33 379
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	27 632 533	25 498 735
Subtotal		30 424 577	28 666 730
Total do ativo		52 172 305	55 261 097
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	14	40 412 650	40 412 650
Reservas legais	15	822 592	729 765
Outras reservas	15	1 468 167	1 468 167
Resultados transitados	15	2 848 186	1 080 930
Excedentes de revalorização	16	122 733	125 036
Subtotal		45 674 328	43 816 547
Resultado líquido do período		233 605	1 856 555
Total do capital próprio		45 907 933	45 673 102
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Passivo por impostos diferidos	32	335 038	365 402
Outras contas a pagar	18	501 954	512 702
Subtotal		836 993	878 104
Passivo corrente			
Fornecedores	17	118 883	129 602
Adiantamentos de clientes		44	44
Estado e outros entes públicos	10	120 010	182 014
Acionistas/Sócios		394	593
Outras contas a pagar	18	5 183 980	8 394 703
Diferimentos	12	4 068	2 935
Subtotal		5 427 379	8 709 892
Total do passivo		6 264 372	9 587 996
Total do capital próprio e do passivo		52 172 305	55 261 097

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2014

Rubrica	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	19	5 609 776	6 411 098
Subsídios à exploração	20	19 390	3 918
Ganhos/Perdas Imputados de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos	21	-93 812	207 064
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-1 799 840	-1 320 763
Gastos com Pessoal	23	-2 120 579	-2 315 579
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	24	-99 029	-442 469
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	26	23 364	164 819
Aumentos/Reduções de Justo Valor	27	-1 135 661	-625 749
Outros rendimentos e ganhos	28	104 792	266 559
Outros gastos e perdas	29	-95 001	-108 991
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		413 598	2 239 908
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-190 286	-183 664
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		223 312	2 056 245
Juros e rendimentos similares obtidos	31	832 908	938 151
Juros e gastos suportados		-2 350	-2 970
Resultado antes de impostos		1 063 870	2 991 426
Imposto sobre rendimento do período	32	-820 265	-1 134 871
Resultado Líquido do Período		233 605	1 856 555

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2014

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		6 028 651	6 708 581
Pagamentos a fornecedores		-1 825 086	-1 485 385
Pagamentos ao pessoal		-991 228	-1 056 583
Caixa geradas pelas operações		3 212 337	4 166 613
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 867 806	-1 905 657
Outros recebimentos/pagamentos		272 601	-100 600
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 617 133	2 160 357
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-117 386	-12 743
Ativos intangíveis		-180 427	0
Investimentos financeiros		-4 747 020	-2 058 950
Outros ativos		0	-3 353
Subsídios ao investimento		-10 748	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5	317 435
Investimentos financeiros		4 904 977	1 003 422
Juros e rendimentos similares		675 621	541 440
Dividendos		0	109 243
Fluxos das atividades de investimento (2)		525 022	-103 507
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 142 155	2 056 850
Efeitos das diferenças de câmbio		-8 357	-35
Caixa e seus equivalentes no início do período		25 498 735	23 441 920
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	27 632 533	25 498 735

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de Janeiro de 2013		40 412 650	729 765	1 468 167	3 122 310	127 244	-2 044 862	43 815 273
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	16				4 112	-4 112		0
Ajustamentos por impostos diferidos					-630	1 904		1 274
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15	0	0	0	-2 044 862		2 044 862	0
		0	0	0	-2 041 381	-2 208	2 044 862	1 274
Resultado líquido do período							1 856 555	1 856 555
Resultado Integral							3 901 417	1 857 829
Posição em 31 de dezembro de 2013		40 412 650	729 765	1 468 167	1 080 930	125 036	1 856 555	45 673 102

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de Janeiro de 2014		40 412 650	729 765	1 468 167	1 080 930	125 036	1 856 555	45 673 102
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	16				4 112	-4 112		0
Ajustamentos por impostos diferidos					-582	1 808		1 226
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15	0	92 828	0	1 763 727		-1 856 555	0
		0	92 828	0	1 767 256	-2 303	-1 856 555	1 226
Resultado líquido do período							233 605	233 605
Resultado Integral							-1 622 950	234 831
Posição em 31 de dezembro de 2014		40 412 650	822 592	1 468 167	2 848 186	122 733	233 605	45 907 933

O Técnico Oficial de Contas

Drª Silvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - Presidente

Engª Teresa Paula Marrenea Gameiro Fernandes
Vogal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014

1. INTRODUÇÃO

A PORTUGAL CAPITAL VENTURES - Sociedade de Capital de Risco, SA, (doravante designada por Portugal Ventures), ex-InovCapital, foi constituída em 7 de julho de 1989 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de fevereiro.

Em 27 de junho de 2012 foi registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, SA e Turismo Capital, SCR, SA na Portugal Ventures. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 e retroagiu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2012.

A fusão tomou por base de referência os balanços das três sociedades envolvidas reportados à data de 31 de dezembro de 2011 e já devidamente aprovados nas respetivas assembleias gerais, tendo o apuramento dos termos de troca incorporado já a redução do capital da AICEP Capital Global em 18 milhões de euros ocorrida por deliberação da respetiva assembleia geral de 7 de maio de 2012.

Todos os elementos patrimoniais ativos e passivos objeto de transmissão por fusão foram inscritos, para efeitos fiscais, na contabilidade da Portugal Ventures com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades incorporadas e considerando os efeitos nos capitais próprios das deliberações das assembleias gerais ocorridas em 2012.

Sociedades	Capitais Próprios a 31.12.2011	Efeito das deliberações A.G de 2012	Capitais próprios corrigidos a 31.12.2012
InovCapital	31.516.891,44		31.516.891,44
AICEP C.G. (a)	26.516.862,28	-18.000.000,00	8.516.862,28
Turismo Capital (b)	6.281.930,52	-455.548,87	5.826.381,65
Total	64.315.684,24	-18.455.548,87	45.860.135,37

(a) Redução do capital social da AICEP Capital Global deliberado em A.G. de 7.mai.2012.

(b) Dividendo distribuído da TC - Turismo de Capital relativo ao exercício de 2011.

Na sequência, foram emitidas 2.582.530 ações, de valor nominal de cinco euros, cada uma, correspondendo a um aumento do capital da Sociedade no valor de 12.912.650 euros, tendo sido fixado o capital social subscrito e realizado da Portugal Ventures em 40.412.650 euros, representado por 8.082.530 ações, de valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se a respetiva distribuição apresentada na Nota 14.

A Portugal Ventures assegurou os respetivos direitos e obrigações das anteriores sociedades, incluindo a gestão dos Fundos de Capital de Risco.

A Sociedade tem por objeto apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas, através da participação temporária no respetivo capital social, e o exercício de todas as demais atividades permitidas por lei às sociedades de capital de risco.

Handwritten signature and initials in blue ink.


À data de 31 de dezembro de 2014, para além de uma carteira própria de investimentos de capital de risco, a Sociedade geria dezasseis fundos a seguir discriminados:

- 1) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2;
- 2) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Finicia;
- 3) Fundo de Capital de Risco FAI Portugal Ventures Energias;
- 4) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores;
- 5) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Industrias Criativas;
- 6) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Early Stage;
- 7) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologia II;
- 8) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Biocant;
- 9) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Universitas;
- 10) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2;
- 11) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos;
- 12) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIEP;
- 13) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização;
- 14) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Turismo;
- 15) Fundo de Capital de Risco Dinamização Turística;
- 16) Turismo Inovação - Fundo de Capital de Risco.

abreviadamente designados, respetivamente, por:

- 1) "FCR Portugal Ventures Valor 2";
- 2) "FCR Portugal Ventures Finicia";
- 3) "FCR Portugal Ventures Energias";
- 4) "FCR Portugal Ventures FIAEA";
- 5) "FCR Portugal Ventures Industrias Criativas";
- 6) "FCR Portugal Ventures Early Stage";
- 7) "FCR Portugal Ventures ACTEC II";
- 8) "FCR Portugal Ventures Biocant";
- 9) "FCR Portugal Ventures UNIVERSITAS";
- 10) "FCR Portugal Ventures Global 2";
- 11) "FCR Portugal Ventures GPI";
- 12) "FCR Portugal Ventures FIEP";
- 13) "FCR Portugal Ventures Internacionalização";
- 14) "FCR Portugal Ventures Turismo";
- 15) "FCR Dinamização Turística";
- 16) "Turismo Inovação – FCR".

Durante o exercício de 2014 ocorreram 2 processos de fusão envolvendo 5 dos Fundos geridos pela sociedade, nomeadamente:



- Fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2. A fusão foi aprovada em Assembleia de Participantes de cada um dos Fundos realizada em 10 de dezembro de 2014, tornando-se eficaz a partir de 15 de dezembro de 2014 e retroagindo os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 01 de julho de 2014;
- Fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures ACTEC por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures ACTEC II. A fusão foi aprovada em Assembleia de Participantes de cada um dos Fundos realizada em 31 de dezembro de 2014, tornando-se eficaz a partir de 31 de dezembro de 2014 e retroagindo os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 01 de julho de 2014;

As operações de fusão assumiram a modalidade de fusão por incorporação, através da transferência global dos patrimónios dos Fundos incorporados para o Fundo incorporante, com a atribuição aos participantes dos Fundos incorporados de unidades de participação do Fundo incorporante, nos termos da relação de troca estabelecida nos respetivos projetos de fusão.

No exercício de 2014 ocorreu um processo de liquidação de um Fundo gerido pela sociedade, nomeadamente:

- Liquidação do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Inter-Regional. Na Assembleia de Participantes do Fundo que se realizou no dia 31 de dezembro de 2014, foi deliberada a dissolução do Fundo na modalidade de partilha imediata com data de 31 de dezembro de 2014, cumprindo-se assim o prazo que estava definido para a sua extinção.

A Portugal Ventures participa no capital social dos Fundos citados em 2), 4), 5), 6), 7), 8), 9), 10), 11) e 13) (Nota 7.4.).

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures foram aprovadas para emissão em Conselho de Administração da Sociedade realizado em 05 de março de 2015. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2014 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 12/2005 de 9 de Dezembro, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2006, no Regulamento nº 1/2006 – Capital de Risco - com aplicação obrigatória a partir de 21 de Janeiro de 2006, bem como o Regulamento da CMVM nº 1/2008 de 7 de março.

dd
 H
 R
 S

Devem entender-se como fazendo parte das normas do SNC o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 15652/2009), os Modelos de Demonstrações Financeiras Portaria nº 986/2009, o Código de Contas Portaria nº 1011/2009 e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) Aviso nº 15655/2009 e as Normas Interpretativas Aviso nº 15653/2009.

O Regulamento da CMVM nº 12/2005 supra mencionado, define para modelo de organização da contabilidade das sociedades de capital de risco (SCR) e dos fundos de capital de risco (FCR), o Plano Oficial de Contabilidade o qual foi revogado, a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, passando-se a utilizar o SNC. De acordo com o definido no referido Regulamento da CMVM e respetivo anexo, são detalhados movimentos e critérios de contabilização que atendem às naturais especificidades das SCR.

O Regulamento da CMVM nº 1/2008 - Capital de Risco -, que alterou o Regulamento nº 1/2006, define as metodologias e os critérios de avaliação das participações de capital de risco detidas pelas SCR e pelos FCR, nomeadamente a avaliação dos ativos de capital de risco pelos métodos do justo valor ou do valor conservador.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2014 quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das contas das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras no ano de 2014, são comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Conversão Cambial

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures e respetivas notas deste anexo são representadas em euros, salvo indicação em contrário.

3.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

dd
st
F
b

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição (ou custo de aquisição reavaliado, com base nos diplomas legais ou em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas).

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparação e conservação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que foram incorridos.

As depreciações e as amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes. As taxas de amortização utilizadas são as máximas fiscalmente aceites como gasto, as quais não diferem da vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Terrenos	não amortizados
Edifícios e outras construções	50
Grandes reparações e beneficiações de edifícios e outr. construções	10 a 15
Obras em edifícios alheios	5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Handwritten blue ink marks on the right margin, including a vertical line and some illegible scribbles.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por software. Estes ativos são amortizados por duodécimos, segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil esperada e às taxas máximas permitidas por lei. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Programas de computadores	3 a 6

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- Preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Portugal Ventures valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.4. Participações Financeiras

A carteira de ativos de capital de risco que integram o património da Portugal Ventures em 31 de Dezembro de 2014 encontra-se valorizada conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM nº1/2008, e compreendem:

- Participações de Capital
- Empréstimos concedidos – Suprimentos
- Outros investimentos financeiros – Unidades de participação de FCR

A rubrica "Participações financeiras – outros métodos" inclui a totalidade das participações financeiras, sejam associadas ou outras participações, inclui as prestações suplementares de capital de risco e por último inclui as unidades de participação (UP's) detidas nos Fundos de Capital de Risco geridos pela Portugal Ventures.

A rubrica "Outros ativos financeiros" inclui os suprimentos concedidos às participadas de capital de risco. A metodologia de avaliação aplicada teve em consideração, além do estabelecido no referido Regulamento da CMVM, as melhores práticas do mercado e baseia-se nas recomendações da European Private Equity and Venture Capital Association (EVCA), nomeadamente:

- A valorização de cada investimento de capital de risco é efetuada em cada data de reporte com periodicidade mínima semestral;
- A observação de consistência nas metodologias e critérios usados no processo de avaliação;
- A observação de coerência na avaliação de ativos com características semelhantes;
- A determinação do justo valor de cada ativo na data de reporte;
- A seleção da metodologia de avaliação apropriada e que incorpora o máximo de informação disponível acerca de todos os fatores que afetam materialmente o justo valor do investimento.

Para o efeito foi elaborado um regulamento interno de avaliação, remetido à CMVM, que explicita as metodologias e os critérios de avaliação aplicadas na avaliação do património da Portugal Ventures e dos quais resulta o reconhecimento não só das menos-valias potenciais como também das mais-valias potenciais. É efetuada ainda a avaliação autónoma e respetivo reconhecimento patrimonial dos acordos de aquisição ou de alienação a prazo existentes, associados a participações societárias.

I. Avaliação de ativos não cotados:

a. Nos primeiros 12 meses desde o momento de aquisição será utilizado o Método do Valor Conservador (método do custo), salvo se tiver ocorrido algum evento que provoque a alteração dos factos e circunstâncias que determinaram a realização do investimento, caso em que deverá ser adotado o Método do Justo Valor.

b. São objeto de avaliação todas as participações sociais (ou de ativos equiparáveis) detidas pela Portugal Ventures há mais de 12 meses, às quais é aplicado o método do justo valor resultante da aplicação de uma das seguintes metodologias:

- Fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados) – O valor do ativo consiste no somatório dos fluxos de caixa futuros gerados na sua vida útil, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto compatível com o nível de risco inerente (a uma taxa de custo médio ponderado do capital). O período de previsão utilizado tem por regra associada uma estimativa a cinco anos.
- Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor, dimensão e rendibilidade – Esta metodologia corresponde à aplicação de um múltiplo de Vendas, EBITDA ou Resultado Líquido sobre o respetivo indicador do negócio alvo de avaliação.
- Transações materialmente relevantes, efetuadas por entidades independentes nos últimos 6 meses face à data de avaliação.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a large '22' and several illegible scribbles.

- Patrimonial ajustado – permite a avaliação separada dos ativos fixos dos ativos financeiros e outros ativos, deduzido de todos os passivos existentes e contingentes. Este método é indicado para a avaliação de *holdings* financeiras puras e no caso específico das incubadoras, uma vez que a geração futura de rendimentos é bastante incerta.

c. Ao valor da participação obtido pelo método do justo valor pode ser aplicado um fator de desconto de 10 por cento, nas situações em que a metodologia utilizada (transações materialmente relevantes, múltiplos de sociedades comparáveis e fluxos de caixa descontados) não permita refletir as eventuais perdas de valor.

II. Avaliação de ativos admitidos em mercado:

No caso de existir informação disponível relativa ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação terá por base os seguintes critérios:

- Ativos com liquidez: Último preço de referência disponível à data da avaliação.
- Ativos sem liquidez: Média dos valores de cotação de fecho diária dos últimos 6 meses.

A regra anterior será derogada, e será afastada a cotação como indicador representativo do justo valor, se se verificarem duas situações: (a) o *free float* da empresa for inferior a 15% ou (b) a empresa apresentar capitais próprios negativos.

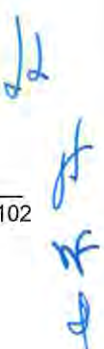
No caso de não existir informação disponível com referência ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado deve seguir as metodologias de justo valor definidas para ativos não cotados.

No caso dos instrumentos financeiros serem negociados em mais do que uma forma organizada de negociação deverá ser utilizado o preço ou oferta que respeite ao mercado que apresente maior liquidez em termos de quantidade, frequência e regularidade de transações.

III. Avaliação dos contratos associados

Nos casos em que exista disposição contratual para a determinação do preço de venda da participação, procede-se à sua determinação reportada ao momento da avaliação da carteira, identificando-se ainda se essa disposição corresponde a uma obrigação de compra e, em caso afirmativo, se existe risco de incumprimento dessa obrigação. Existindo mais do que um método para a sua determinação, adota-se o valor identificado como o mínimo aplicável, ou, não existindo esse mínimo, aquele que se revela o mais prudente.

O valor do acordo, assim determinado, corresponde ao valor máximo pelo qual o ativo em causa é reconhecido patrimonialmente e que corresponderá ao valor atual pelo qual a Sociedade pode ou deve alienar o respetivo ativo.



IV. Os créditos e outros instrumentos com natureza de dívida:

- a. São avaliados segundo a metodologia dos fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados), tendo em consideração (i) as condições de reembolso e remuneração dos contratos associados e (ii) o custo de oportunidade do capital investido que determina a atualização dos fluxos à taxa de custo efetivo do capital próprio.
- b. Em simultâneo são analisadas as situações especiais onde se prevê a aplicação de taxas de recuperação dos créditos assente na avaliação do risco do mutuário e de acordo com uma matriz construída com base no histórico de recuperação de créditos.

Quando determinada a valorização do ativo são registados os aumentos ou reduções de justo valor nas respetivas contas de rendimentos ou gastos e na rubrica de ajustamentos de participações financeiras no Balanço.

Os ativos financeiros detidos pela Portugal Ventures e que o sejam, igualmente, por outro Fundo de Capital de Risco gerido pela Portugal Ventures, são uniformemente avaliados quanto aos métodos, critérios e pressupostos.

À Portugal Ventures é aplicável o disposto no Regulamento da CMVM nº 12/2005.

A Portugal Ventures não detém participações financeiras em subsidiárias enquadráveis no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, nem nos parágrafos 4 a 7 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, razão pela qual não são preparadas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações financeiras compreendem:

22
H
R
P

Participações Financeiras	Sede	Atividade principal	Portugal Ventures, SA		FCR Portugal Ventures Valor 2		FCR Portugal Ventures Global 2		FCR Portugal Ventures Finicia		FCR Portugal Ventures GPI		FCR Portugal Ventures FLEP		Outros detentores de capital	
			% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14	% de capital detido	31/12/14
Associadas																
Entersite, Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	Ativ. Informáticas e Conexas	8,1%				29,9%								62,0%	62,0%
Hozar Portugal, SGPS, SA	Porto	Serviços Financeiros	6,8%												59,7%	59,7%
Investar Comercial, SGPS, SA	Aveiro	Indústria do calçado	7,5%		21,5%										51,5%	51,5%
Micoplant- Micologia Aplicada, Lda	Porto	Bioteologia	55,2%												29,3%	29,3%
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	Tecnologias de Informação	33,3%		15,7%				15,5%						51,0%	51,0%
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	Fundo de capital de risco	30,0%												70,0%	70,0%
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%												50,0%	50,0%
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	Fundo de capital de risco	34,9%												65,1%	65,1%
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	Fundo de capital de risco	37,5%												62,5%	62,5%
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	Fundo de capital de risco	41,7%												58,3%	70,0%
Outras entidades																
Altiude Software, BV	Holanda	Tecnologias de Informação	1,0%			1,0%		1,0%							98,0%	98,0%
Arco Atlantic Development	n.a		n.a												n.a	n.a
Critical Ventures I - FCR	Coimbra	Fundo de capital de risco	17,9%												82,1%	82,1%
FCR Portugal Ventures ACtec II	Porto	Fundo de capital de risco	12,4%												87,6%	89,5%
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	Fundo de capital de risco	1,5%												98,5%	98,5%
FCR Portugal Ventures GPI	Lisboa	Fundo de capital de risco	8,0%												92,0%	92,0%
FCR Portugal Ventures FIMEA	Porto	Fundo de capital de risco	9,1%												90,9%	90,9%
FCR Portugal Ventures Universitas	Porto	Fundo de capital de risco	13,8%												86,2%	87,5%

Handwritten initials and marks in blue ink, including 'dd', 'ff', and 'A'.

Dado que o normativo contabilístico aplicável ao regime de capital de risco, constante do regulamento da CMVM nº 1/2008, se sobrepõe às normas SNC sobre a valorimetria das participações financeiras, não foram aplicadas na íntegra as NCRF's 13, 14 e 15 que tratam, respetivamente, "Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas", "Concentrações de atividades empresarias" e "Investimentos em subsidiárias e consolidação".

3.5. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.6. Locações

As operações de locação são mensuradas como locação financeira ou locação operacional em função da sua substância, cumprindo os critérios definidos na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis. São mensuradas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são reconhecidas como locações operacionais. Os contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

3.7. Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos da atividade normal da sociedade. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em 'Ajustamento de contas a receber', sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

dd

RF
#

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.9. Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2014, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

3.10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar constituem obrigações a liquidar por fornecimentos à atividade normal da Portugal Ventures. Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

No exercício de 2014, a Sociedade manteve-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, beneficiando ainda do previsto no artigo 32º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que veio alterar o regime fiscal às mais e menos-valias realizadas pelas Sociedades de Capital de Risco.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Portugal Ventures tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Handwritten blue ink marks on the right margin, including a large '11' and several vertical lines.

3.13. Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

3.14. Prestação de serviços

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Portugal Ventures. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

3.15. Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases, relativamente aos juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; em relação aos dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Portugal Ventures (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

3.16. Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Portugal Ventures mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício ou obrigação económica no futuro.

3.17. Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a) Justo valor das participações financeiras: o justo valor das participações financeiras que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações realizadas internamente. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados.
- b) Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

ad
af
af
af

3.18. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. As ocorrências que sucedam após a data do balanço mas que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, quando sejam materialmente relevantes.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Portugal Ventures não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o exercício apresentado.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2014	31-12-2013
Depósitos à ordem	141.655	136.254
Outros depósitos bancários	27.483.850	25.358.460
Numerário	7.028	4.021
Total	27.632.533	25.498.735

A rubrica outros depósitos bancários respeita a aplicações de curto prazo de capital garantido.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2014						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	169 669	1 667 530	620 497	763 303	53 895	3 360	3 278 254
Adições	-	134 154	-	24 026	-	-	158 180
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	3 360	-	(61 849)	(3 474)	(3 360)	(65 323)
Saldo final	169 669	1 805 044	620 497	725 480	50 421	-	3 371 111
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 159
Depreciações do exercício	-	52 104	-	40 880	1 459	-	94 443
Outras variações	-	-	-	(61 849)	(3 474)	-	(65 323)
Saldo final	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 159
Saldo final	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Valor líquido	169 669	880 589	-	102 761	2 811	-	1 155 831

Ativos fixos tangíveis	31-12-2013						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	265 637	2 014 414	640 497	764 915	53 899	879	3 740 240
Adições	-	2 880	-	8 587	-	4 678	16 145
Alienações	(95 968)	(349 764)	(20 000)	(10 201)	-	-	(475 934)
Outras variações	-	-	-	2	(4)	(2 197)	(2 198)
Saldo final	169 669	1 667 530	620 497	763 303	53 895	3 360	3 278 254
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	891 858	632 998	611 014	47 155	-	2 183 024
Depreciações do exercício	-	48 519	7 500	41 951	1 459	-	99 429
Outras variações	-	(68 027)	(20 000)	(9 277)	1 010	-	(96 293)
Saldo final	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 160
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	891 858	632 998	611 014	47 155	-	2 183 024
Saldo final	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 160
Valor líquido	169 669	795 179	-	119 615	4 271	3 360	1 092 094

O excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis é de 195.817 euros, conforme se discrimina no quadro:

Ativos fixos tangíveis revalorizados	31-12-2014				31-12-2013		
	Data da revalorização	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	1993	127.193	42.476	169.669	127.193	42.476	169.669
Edifícios e outras construções	1998	482.391	153.341	635.731	500.508	159.284	659.792
		609.584	195.817	805.401	627.701	201.760	829.461

Os valores indicados são líquidos de depreciações e englobam as sucessivas reavaliações, as quais foram efetuadas com base em diplomas legais (Decretos-Lei nºs 264/92 e 31/98).

No exercício de 2014, as depreciações do ativo "Edifícios e outras construções", revalorizadas ao abrigo dos diplomas legais, totalizaram 24.060 euros sendo que deste montante 18.117 euros corresponde ao valor das depreciações incidentes sobre o seu custo histórico. O aumento anual das depreciações em resultado das revalorizações é, assim, de 5.943 euros dos quais 40% não são aceites como custo fiscal.

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 94.443 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

Handwritten signature and initials in blue ink.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das atividades da empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativos Intangíveis	31-12-2014		31-12-2013	
	Outros ativos fixos intangíveis	Total	Outros ativos fixos intangíveis	Total
	Com vida útil finita		Com vida útil finita	
	Programas de computador		Programas de computador	
Ativo Bruto				
Saldo inicial (final de n-1)	632 788	632 788	632 788	632 788
Adições	177 065	177 065	-	-
Saldo final	809 853	809 853	632 788	632 788
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial (final de n-1)	471 934	471 934	387 699	387 699
Depreciações do exercício	95 842	95 842	84 235	84 235
Saldo final	567 776	567 776	471 934	471 934
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	567 776	567 776	471 934	471 934
Valor líquido	242 077	242 077	160 854	160 854
Vida útil estimada (em anos)	3 a 6 anos		3 a 6 anos	

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 95.842 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Participações financeiras (outros métodos)

No quadro seguinte é apresentada a variação da rubrica participações financeiras (outros métodos):

Participações financeiras (outros métodos)	31/dez/14			31/dez/13		
	Outros métodos			Outros métodos		
	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (Up's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (Up's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)
Valor bruto:						
Saldo inicial (final de n-1)	3 146 838	20 236 757	1 943 267	4 833 319	19 852 136	1 873 867
Aquisições		1 542 852	75 660	15 931	400 000	19 400
Alienações	(4 493 670)		(2 018 927)	(828 334)		
Abates	(30 551)			(1 474 913)		
Transferências						50 000
Outros Desinvestimentos (*)		(413 956)				
Revalorizações	(50 475)	(1 085 187)		(610 370)	(15 378)	
Outras variações	1 427 858			1 211 207		
Saldo final	-	20 280 467	-	3 146 838	20 236 757	1 943 267
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial (final de n-1)			1 255 322			1 440 428
Perdas por imparidade do exercício						25 757
Reversões de perdas por imparidade			(22 449)			(210 863)
Outras variações			(1 232 873)			
Saldo final			-			1 255 322
Ativo líquido	-	20 280 467	-	3 146 838	20 236 757	687 945
Total ativo líquido		20 280 467			24 071 541	

(*) Extinção de UP's no âmbito da redução de capital de FCR's

Os valores inscritos nas rubricas de alienações, abates, transferências e outros desinvestimentos correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações, abates e outros desinvestimentos.

As revalorizações, variações de justo valor, estão decompostas na Nota 27.

Os investimentos e desinvestimentos em 2014 são como consta dos quadros seguintes:

Aquisições	Atividade	Direitos de voto adquiridos	Custo aquisição
UP's em FCR			
FCR Portugal Ventures ACTec	Fundo de capital de risco	11,0%	(*) 372.324
Critical Ventures I - FCR	Fundo de capital de risco	17,9%	(**) 1.170.528
			1.542.852
Prestações Acess/Suplementares			
ME 3I, SGPS, SA	Serviços Financeiros	-	75.660
			75.660
			1.618.512

(*) Inclui 285.300 euros no âmbito do Projeto Reenfoque

(**) Aquisição no âmbito do Projeto Reenfoque

Alienações / Abates	Atividade	Direitos de voto desinvestidos	Custo aquisição
Partes de Capital			
Abrigada - Comp. Nacional de Refractários, SA	Ind. de Minerais não Metálicos	6,1%	341
Alfama Inc.	Biotecnologia	0,5%	(*) 143.933
Dicodoc – Dicionários Interactivos, Lda	Outras Indústrias	49,0%	30.551
Edigma Com - Gestão de Projectos Digitais, SA	Tecnologias de Informação	9,7%	(*) 500.320
Fabricgate - SGPS, SA	Indústria Textil	19,2%	(*) -
Faianças Subtil, SA	Indústria Cerâmica	0,0%	(*) 561.133
Fibersensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Indústria Eletrónica	25,9%	694.479
Hotel Rauchstrass 22, S.à.r.l.	Hotelaria	26,5%	(*) 1.722.500
Hottrade – Representações, Gestão e Serviços, SA	Serviços	25,0%	(*) 25.000
ME 3I, SGPS, S.A.	Serviços Financeiros	19,4%	67.900
NET – Novas Empresas e Tecnologias, SA	Serviços	11,5%	131.069
Pestana Berlin S.à.r.l.	Hotelaria	26,5%	(*) 265.000
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	Hotelaria	19,6%	(*) 196.230
Somelos, SGPS, SA	Indústria Textil	0,6%	(*) 15.931
Somelos Tecidos, SA	Indústria Textil	0,5%	(*) 169.834
			4.524.221
Prestações Acess/Suplementares			
Fibersensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Indústria Eletrónica	-	1.120.097
ME 3I, SGPS, S.A.	Serviços Financeiros	-	95.060
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, SA	Hotelaria	-	(*) 803.770
			2.018.927
			6.543.148

(*) Alienações no âmbito do Projeto Reenfoque

O Projeto Reenfoque com início em 2014, teve como objetivo reestruturar e reposicionar a atividade de investimento da Portugal Ventures e dos Fundos por si geridos.

Os principais indicadores relativamente às participações financeiras em associadas são os seguintes:

Participações Financeiras	Sede	% detida a 31.12.2014	Ativo	Capital próprio	Resultado líquido	Exercício
Associadas						
Entersite, Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	8,1%	311 826	(184 907)	(247 407)	31/12/2000
Hozar Portugal, SGPS, SA	Porto	6,8%		Processo de insolvência em curso		
Investvar Comercial, SGPS, SA	Aveiro	7,5%		Processo de insolvência em curso		
Micoplant- Micologia Aplicada, Lda	Porto	55,2%		Processo de insolvência em curso		
Webtax – Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	33,3%	n.d.	(74 489)	(122 468)	31/12/2001
FCR Portugal Ventures Finícia	Porto	30,0%	2 067 795	1 985 127	271 942	31/12/2013
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	50,0%	4 188 968	4 147 708	(40 584)	31/12/2013
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	34,9%	2 175 846	2 158 948	25 668	31/12/2013
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	37,5%	1 349 295	1 326 457	(96 920)	31/12/2013
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	41,7%	6 764 292	6 717 955	(423 259)	31/12/2013

7.2. Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
	Custo (Suprimentos)	
Valor bruto:		
Saldo inicial (final de n-1)	3 402 034	4 356 378
Aquisições		14 550
Alienações/Reembolsos (*)	(3 082 097)	(183 790)
Abates		(735 105)
Transferências	-	(50 000)
Outras variações		
Saldo final	319 936	3 402 034
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial (final de n-1)	2 371 583	3 270 191
Perdas por imparidade do exercício		279 235
Reversões de perdas por imparidade	(915)	(258 948)
Outras variações	(2 050 732)	(918 895)
Saldo final	319 936	2 371 583
Ativo líquido	0	1 030 450

(*) Inclui 2.763.358 euros no âmbito do Projeto Reenfoque

Os valores inscritos nas rúbricas alienações/reembolsos e abates correspondem ao custo de aquisição.

A rúbrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações/reembolsos e abates.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Portugal Ventures efetuou avaliações internas para apuramento da avaliação do património.

A Comissão do Mercado de Valores de Mobiliários (CMVM), no intuito de uniformizar os critérios de avaliação das participações de capital de risco veio, através do seu Regulamento nº 1/2006 alterado pelo Regulamento nº 1/2008, limitar a definição das metodologias e dos critérios de avaliação dos ativos de capital de risco, bem como definir a periodicidade mínima semestral da avaliação e da prestação da informação documental à mesma entidade reguladora.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'JA', 'JK', and 'P'.

No âmbito do postulado no Regulamento da CMVM nº 12/2005 – *Contabilidade das sociedades e dos fundos de capital de risco* – a referida avaliação dos ativos será um reconhecimento patrimonial dos ativos com as inerentes repercussões ao nível contabilístico.

7.3. Informações exigidas pelo Regulamento da CMVM n.º 12/2005 - Composição Discriminada da Carteira de Capital de Risco

I – Discriminação das Participações sociais em capital de risco

Designação	Critério Valorimétrico	Valor de aquisição (€)	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo da carteira da SCR
Participações Sociais						
Allitude Software, BV	Justo Valor	1.500.000		1,0	13,89	5,31
Entersite, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	8.075		8,1	14,56	0,03
Investar Comercial, SGPS, SA	Justo Valor	2.000.012		7,5	6,99	7,07
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	16.666		33,3	13,87	0,06
Arc Atlantic Developpment *	Justo Valor	5.349		n.a.	n.a.	0,02
Participações Sociais com acordo de venda a prazo						
Hozar, SGPS, SA	Justo Valor	580.640		6,8	13,79	2,05
Micoplant - Micologia Aplicada,Lda	Justo Valor	160.000		55,2	8,25	0,57
Prestações Suplementares, Prestações Acessórias e Suprimentos						
Prestações Suplementares/Acessórias de Capital						
Suprimentos						
Entersite, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	165.237		-	14,56	0,58
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	154.699		-	13,87	0,55
Unidades de Participação em FCR						
Critical Ventures I - FCR	NAV / Justo Valor	1.170.528		17,9	0,51	4,14
FCR Portugal Ventures Global 2	NAV / Justo Valor	847.956		1,5	15,60	3,00
FCR Portugal Ventures GPI	NAV / Justo Valor	5.877.278		8,0	9,81	20,79
FCR Portugal Ventures Finicia	NAV / Justo Valor	1.200.000		30,0	7,67	4,24
FCR Portugal Ventures FIAEA	NAV / Justo Valor	100.000		9,1	3,97	0,35
FCR Portugal Ventures Internacionalização	NAV / Justo Valor	5.930.000		41,7	3,71	20,98
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	NAV / Justo Valor	3.000.000		50,0	3,34	10,61
FCR Portugal Ventures Early Stage	NAV / Justo Valor	2.500.000		34,9	3,26	8,84
FCR Portugal Ventures ACTec II	NAV / Justo Valor	1.041.843		12,4	5,36	3,69
FCR Portugal Ventures Universitas	NAV / Justo Valor	511.525		13,8	3,01	1,81
FCR Portugal Ventures Biocant	NAV / Justo Valor	1.500.000		37,5	3,01	5,31
Total no Exercício		28.269.810	20.280.467			
Total no Ano anterior		36.690.499	25.101.991			

* - Agrupamento europeu económico de interesse comunitário. O capital social é variável.

II – Operações a prazo sobre participações sociais em capital de risco

As participações sociais detidas pela Portugal Ventures na Hozar, SGPS, S.A. e Micoplant, Lda. têm por base acordos parassociais onde se encontra prevista a venda a prazo, contudo, à data de 31 de dezembro de 2014 estavam em processo de insolvência pelo que aguardamos o cancelamento da respetiva matrícula.

Garantias prestadas e recebidas pelas SCR

Entidade Beneficiária	Entidade garante	Montante nominal da garantia
Garantias Prestadas		
Administração Fiscal	Banco BIC	31 124
Administração Fiscal	Banco BIC	120 636
Administração Fiscal	Novo banco	444 228
Garantias recebidas		
Portugal Ventures, SA	Penhor de ações	2 678 697

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including the letters 'aa', 'ff', and 'p'.

As garantias prestadas a favor da Administração Fiscal no valor de 595.988 euros são referentes a processos fiscais que decorrem com antigos representantes da Portugal Ventures, nomeados para a representar no Conselho de Administração de empresas participadas por si e pelos Fundos por si geridos. No início de janeiro de 2015, a garantia no valor de 31.124 euros foi executada em 20.428 euros (Nota 29). De acordo com opinião dos nossos advogados não é expectável que as outras garantias venham a ser acionadas.

7.4. Informação complementar – Fundos geridos pela sociedade

A Portugal Ventures para além da sua qualidade de Sociedade gestora participa no capital social de dez Fundos, detendo em cada um as seguintes unidades de participação:

Fundos geridos pela sociedade	2014	2013
Critical Ventures I - FCR	250	-
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	22	22
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	120	120
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	10	10
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	30	30
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	5.000	5.000
FCR Portugal Capital Ventures ACTec II	964.956	-
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	102	125
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	30	30
FCR Portugal Capital Ventures GPI	236	236
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	5.930	6.000

8. LOCAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a Portugal Ventures detinha as seguintes locações operacionais:

Locações Operacionais	Prazo de locação		31-12-2014		31-12-2013	
	Início	Fim	Pagamento mínimo das locações	Total	Pagamento mínimo das locações	Total
Equipamento de transporte	03-08-2009	02-08-2013	-	0	5.780	5.780
Equipamento de transporte	17-09-2010	16-03-2015	6.465	6.465	6.465	6.465
			6.465	6.465	12.245	12.245

9. CLIENTES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Clientes	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente	345.506	22.721	322.785	989.330	6.234	983.096
Clientes de cobrança duvidosa	1.146.669	1.063.908	82.761	1.335.622	1.278.399	57.223
Total	1.492.175	1.086.629	405.546	2.324.952	1.284.633	1.040.319

O valor inscrito em clientes respeita a prestação de serviços de consultadoria no acompanhamento da atividade de participadas da Sociedade e/ou dos Fundos que gere, bem como às comissões de gestão e/ou de montagem faturadas aos Fundos geridos pela Sociedade.

Imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas no valor de 96.298 euros, conforme mapa que segue:

Variação das imparidades de Clientes		
	31-12-2014	31-12-2013
Saldo inicial	1.284.633	1.188.335
Dotações	78.512	283.600
Reversões/Utilizações	(276.516)	(187.302)
Imparidades acumuladas	1.086.629	1.284.633

As perdas por imparidade para clientes foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	281.828	537
Total	281.828	537
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	75.966
Retenção de imposto sobre o rendimento	41.944	47.111
Imposto sobre o valor acrescentado	32.099	10.797
Contribuições para a Segurança Social	44.421	47.183
Tributos das autarquias locais	1.546	957
Total	120.010	182.014

Os valores constantes do passivo respeitam essencialmente a movimentos registados no mês de dezembro de 2014, sendo exceção o valor inscrito na rubrica do imposto sobre o valor acrescentado que, de acordo com os prazos estabelecidos no respetivo código, inclui também o valor do IVA a entregar ao Estado relativo ao imposto apurado no mês de Novembro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas tem a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2014	31-12-2013
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
- Imposto sobre o rendimento	(679.328)	(1.061.972)
- Pagamentos por conta	737.058	765.207
- Retenções na fonte	224.098	220.798
	281.828	(75.966)

22
 J
 W
 J

À data de 31 de dezembro de 2014 não existiam dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Outras contas a receber - correntes	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	159	-	159	145	-	145
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 719 325	41	1 719 284	1 714 859	34 977	1 679 882
Participadas	30 734	30 131	603	544 994	492 197	52 796
Devedores Diversos	1 535 247	1 191 354	343 894	1 417 351	1 056 414	360 937
Fornecedores Gerais	205	-	205	-	-	-
Total	3 285 671	1 221 526	2 064 144	3 677 348	1 583 588	2 093 760

O valor inscrito na rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos respeita essencialmente a comissões de gestão, 1.511.326 euros e juros a receber, 203.617 euros. Deste montante, a parcela de 201.627 euros é referente a juros de depósitos a prazo.

Os valores a receber de participadas respeitam, grosso modo, a juros de empréstimos (suprimentos e mútuos) concedidos às participadas.

A rubrica de devedores diversos respeita essencialmente a alienações com pagamento diferido de participações de capital de risco e cedência de créditos.

As perdas por imparidade para dívidas a receber foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 a sociedade tem registado na rubrica diferimentos os seguintes saldos:

Diferimentos	31-12-2014	31-12-2013
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	40.525	33.379
Total	40.525	33.379
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	4.068	2.935
Total	4.068	2.935

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos, nomeadamente a renda das instalações de Lisboa e a licença informática.

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A discriminação desta rubrica, a 31 de dezembro de 2014, encontra-se devidamente explicitada na 'Nota 4' do presente anexo.

14. CAPITAL SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2014, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 8.082.530 ações de valor nominal unitário de 5 euros.

O capital social da Portugal Ventures apresenta a seguinte repartição acionista:

Accionista	Capital Subscrito	
	Valor nominal	%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	15.345.470 €	37,97
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, SA	2.503.205 €	6,19
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	1.847.525 €	4,57
Novo Banco, SA	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12.625 €	0,03
Citibank International Limited, Sucursal em Portugal	12.625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, SA	5.050 €	0,01
Total	40.412.650 €	100,00

Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Portugal Ventures não possuem nem nunca possuíram qualquer ação representativa do capital social da Sociedade.

15. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

da
 ff
 ff
 ff

Reservas / Resultados Transitados	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados
Quantia em 01-01-2013	729.765	1.468.167	3.122.310
<i>Resultados Transitados</i>			(2.044.862)
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3.482
Quantia em 31-12-2013	729.765	1.468.167	1.080.930
<i>Resultados Transitados</i>			1.763.727
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	92.828		
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3.529
Quantia em 31-12-2014	822.592	1.468.167	2.848.186

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da PORTUGAL VENTURES, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes movimentos:

Excedentes de revalorização	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis		Excedente de revalorização total
	Terrenos	Edifícios	
Quantia em 01-01-2013	28.996	98.248	127.244
Amortizações e imparidades		(4.112)	(4.112)
Outros movimentos		1.904	1.904
Quantia em 01-01-2014	28.996	96.040	125.036
Amortizações e imparidades		(4.112)	(4.112)
Outros movimentos		1.808	1.808
Quantia em 31-12-2014	28.996	93.737	122.733

O valor inscrito na rubrica amortizações e imparidades respeita à realização da reserva no exercício pela via das depreciações dos bens revalorizados ao abrigo do Decreto-Lei 31/98, correspondendo o valor inscrito na rubrica outros movimentos à quantia do imposto diferido passivo gasto no exercício relativamente à percentagem (40%) do aumento das depreciações não aceite como gasto fiscal.

Existem restrições na distribuição aos acionistas dos excedentes de revalorização, dado que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais os mesmos não podem ter as aplicações permitidas por lei enquanto não realizados.

Handwritten blue ink marks, possibly initials or a signature, located in the bottom right corner of the page.

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	118 187	126 837
Empresas associadas	696	2 765
Total	118 883	129 602

O valor inscrito na rubrica de fornecedores gerais respeita essencialmente a FSE, os quais são regularizados nos prazos de vencimento contratados.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de outras contas a pagar, é conforme segue:

Outras Contas a Pagar	31-12-2014	31-12-2013
<u>Passivo não corrente</u>		
Credores Diversos	501.954	512.702
Total	501.954	512.702
<u>Passivo corrente</u>		
Pessoal	1.878	2.489
Fornecedores de investimentos	26.021	-
Credores por acréscimos de gastos	376.807	355.293
Credores por subscrição não liberadas	4.420.036	8.002.525
Credores diversos	359.238	34.396
Total	5.183.980	8.394.703

A rubrica de credores por acréscimos de gastos inclui o gasto do exercício inerente a gastos com o pessoal – férias, subsídios de férias e respetivos encargos para a Segurança Social, que se vencem em 01 de janeiro de 2015 - e cujo montante totaliza 275.753 euros.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas corresponde a capital subscrito e não realizado em 5 Fundos que a Sociedade participa (Notas 1 e 7).

A rubrica passivos não correntes reflete essencialmente um crédito no montante de 481 mil euros decorrente de um compromisso de aumento de capital que a AICEP (empresa que integrou a fusão em 2012) entendeu não realizar, alegando que a outra parte não cumpriu as obrigações do acordo. Esta rubrica inclui ainda os contratos de financiamento e refinanciamento abaixo identificados, sendo que no valor do balanço se encontra refletida a imputação da soma algébrica de mais e menos-valias potenciais atinentes às operações co-financiadas/refinanciadas, como se explicita:

dd
of
R
D

SINFEPEDIP (IAPMEI) - A Sociedade firmou em 22 de Abril de 1996 com o IAPMEI, um contrato destinado a ser aplicado na proporção de 50% do investimento realizado na aquisição de participações em empresas com projetos apoiados no âmbito do PEDIP II, ou de outras iniciativas que concorram para os objetivos da política industrial. O montante deste financiamento só se veio a concretizar em 50%, 3,741 milhões de euros, valor que foi totalmente aplicado em investimentos em participações de capital de risco.

Os reembolsos são efetuados à medida que a Sociedade procede ao desinvestimento de participações adquiridas com o referido financiamento, sendo as mais ou menos valias concretizadas imputadas na proporção prevista na respetiva regulamentação.

Nos casos em que o valor de alienação dos desinvestimentos ocorre com pagamento diferido, a quota-parte que cabe ao IAPMEI é reembolsada na medida dos respetivos recebimentos.

FSCR PME – IAPMEI – A sociedade firmou dois contratos de refinanciamento reembolsáveis no montante global de 97.647 euros, celebrados em 12 de Março de 2008 ao abrigo do “PROGRAMA FINICIA” com o Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI (“FSCR PME-IAPMEI”), cuja entidade gestora é a Sociedade “PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA”, sendo que em 2009 se concretizou o desinvestimento de uma operação relativa a um destes contratos.

Em tais contratos a Portugal Ventures agiu por si e em representação de dois dos Fundos de Capital de Risco que gere, dado que as operações objeto do refinanciamento são operações comuns à Sociedade e aos Fundos.

O FSCR PME-IAPMEI intervém no Programa FINICIA partilhando o risco das operações realizadas ao abrigo deste programa com as Entidades Especializadas de Capital de Risco (“CR”) que adiram ao mesmo programa.

A referida intervenção consiste, nomeadamente:

- No refinanciamento das CR, pela via de financiamento às mesmas; e
- Na partilha com as CR do capital por elas investido e da respetiva remuneração, através da repartição proporcional das mais-valias/menos-valias resultantes das operações efetuadas no âmbito do Programa FINICIA.

O reembolso de cada refinanciamento será efetuado aquando da concretização do desinvestimento da operação.

Assim, o valor em 31 de dezembro de 2014 dos citados contratos é como segue:

Outros passivos não correntes	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Valor de balanço	
	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013
Saldo inicial	1.008.033	1.207.552	25.800	25.800	1.033.833	1.233.352
Reembolso		0	(10.748)	0	10.748	0
Desinvestimento – quota-parte menos valias	(43.937)	(199.519)	0	0	(43.937)	(199.519)
Imputação de mais e menos-valias potenciais	964.095	1.008.033	15.052	25.800	979.148	1.033.833
Passivo líquido	0	0	15.052	25.800	15.052	25.800

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'Jd', 'H', 'F', and 'A'.

A variação no exercício da imputação das mais e menos-valias potenciais é como segue:

Variação da partilha de risco potencial	SINFEPEPIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Total geral	
	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013
Saldo inicial	(1.008.033)	(1.207.552)	0	0	(1.008.033)	(1.207.552)
Utilização	43.937	199.519	-	-	43.937	199.519
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza negativa e/ou reversão dos de natureza positiva	-	-	-	-	-	0
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza positiva e/ou reversão dos de natureza negativa	-	-	-	-	-	0
Saldo final	(964.095)	(1.008.033)	0	0	(964.095)	(1.008.033)

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Dadas as características da sua atividade a Sociedade não efetua vendas. As prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados		31-12-2014	31-12-2013
OPERACÕES EM CONTINUAÇÃO			
Prestações de Serviços			
Mercado Interno			
Comissões Gestão dos FCR's	i)	5.406.195	5.965.318
Prestação de serviços - outros	ii)	193.581	427.629
Mercado Externo			
Prestação de serviços - outros		10.000	18.151
Total		5.609.776	6.411.098

Os serviços prestados têm o seguinte detalhe:

i) As comissões de gestão sobre os Fundos sob gestão constituem a forma de remuneração da entidade gestora pelo exercício das respetivas funções. Conforme o disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures deve ser paga à entidade gestora uma comissão de gestão com referência ao último dia útil, a suportar pelo respetivo Fundo.

Estas comissões são calculadas em base trimestral sendo exceção as relativas aos FCR Portugal Ventures Inter-Regional e o FCR Portugal Ventures GPI que são calculadas em base semestral e a do FCR Portugal Ventures FIAEA, calculada em base anual;

ii) Esta rubrica refere-se a serviços prestados a sociedades participadas diretamente pela Portugal Ventures ou pelos Fundos sob gestão.

Adicionalmente, os Regulamentos preveem, em alguns casos, a possibilidade de ser atribuída, no final do exercício, uma percentagem sobre o saldo positivo acumulado das mais-valias líquidas realizadas por cada um dos Fundos na alienação dos seus investimentos financeiros.

O detalhe das comissões de gestão por Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Handwritten blue ink marks and initials on the right margin of the page.

Comissões de gestão por Fundo	2014	2013
FCR Portugal Capital Ventures	139.734	106.000
FCR Portugal Capital Ventures Valor	267.724	375.380
FCR Portugal Capital Ventures Global	-	332.446
FCR Portugal Capital Ventures Inter-Regional	27.013	27.101
FCR Portugal Capital Ventures Finícia	115.748	115.202
FCR Portugal Capital Ventures Energias	114.588	117.205
FCR Portugal Capital Ventures ACTec	-	41.000
FCR Portugal Capital Ventures 2	-	322.473
FCR Portugal Capital Ventures Valor 2	1.368.548	1.233.129
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	509.112	519.680
FCR Portugal Capital Ventures TIEC	-	49.568
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	33.093	30.000
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	129.357	68.946
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	71.691	29.841
FCR Portugal Capital Ventures ACTEC II	60.236	41.204
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	61.429	23.661
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	45.115	25.181
FCR Portugal Capital Ventures GPI	1.187.125	1.163.497
FCR Portugal Capital Ventures FIEP	250.000	250.000
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	135.392	98.943
FCR Portugal Capital Ventures Turismo	746.199	738.384
FCR Dinamização Turística	121.561	242.896
Turismo Inovação – FCR	22.531	13.583
	5.406.195	5.965.318

20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração, obtidos durante o exercício de 2014, foram como segue:

Subsídios à exploração	31-12-2014	31-12-2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	19.390	3.918
Total	19.390	3.918

Subsídios respeitantes a contratos com 5 estagiários (2 contratos com início em 2013 e 3 contratos de 2014), ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 1 ano.

21. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A rubrica de ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos que não os relacionados com o justo valor são assim decompostos:

dd
H
PF
D

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31-12-2014	31-12-2013
Alienações, cedências, abates	(93.612)	72.443
Dividendos	-	134.622
Total	(93.612)	207.064

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos apresentam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2014	31-12-2013
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	i)	918.490	611.427
Publicidade e propaganda		165.125	80.794
Vigilância e segurança		4.087	4.141
Honorários	ii)	78.290	102.559
Conservação e reparação		39.875	41.352
Material			
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		378	899
Livros e documentação técnica		1.059	3.106
Material de escritório		7.609	10.652
Artigos para oferta		1.651	251
Energia e fluidos			
Eletricidade		19.181	21.807
Combustíveis		39.118	45.466
Água		998	1.257
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas	iii)	148.935	105.449
Outros		36	852
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	iv)	133.717	133.174
Comunicação		40.459	44.682
Seguros		11.633	13.848
Contencioso e notariado		3.087	7.867
Despesas de representação		127.170	37.315
Limpeza, higiene e conforto		38.530	38.031
Outros serviços		20.410	15.833
Total		1.799.840	1.320.763

i) Trabalhos especializados: inclui o gasto suportado com o trabalho realizado pelos Auditores, Revisor Oficial de Contas, consultadoria jurídica, fiscal e informática e outros serviços de consultadoria solicitados ao longo do ano.

ii) Honorários: os principais valores referem-se aos honorários dos representantes em Conselhos de Administração de sociedades participadas.

iii) Deslocações, estadas e transportes: inclui os gastos com as deslocações dos colaboradores ao serviço da empresa, em Portugal e no estrangeiro. Em 2014, intensificaram-se as ações desenvolvidas no estrangeiro, com principal enfoque nos EUA.

iv) Rendas e Alugueres: refere-se essencialmente às rendas dos escritórios de Lisboa e respetivos estacionamento.

23. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2014, foram como segue:

Gastos com o pessoal	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações dos órgãos sociais	230.726	236.906
Remunerações do pessoal	1.431.603	1.507.595
Indemnizações	-	60.477
Encargos sobre remunerações	371.424	389.702
Seguros - Acidentes de trabalho	8.118	8.015
Gastos de ação social	1.457	2.117
Outros	77.251	110.767
Total	2.120.579	2.315.579

Os gastos com o pessoal refletem a redução remuneratória das remunerações, dos membros dos órgãos sociais e restantes colaboradores, em conformidade com o disposto no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 e no artigo 2º da Lei 75/2014, bem como a manutenção da redução de 5% das remunerações base dos Administradores pela aplicação do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

O número de colaboradores à data de 31 de dezembro de 2014 da Portugal Ventures era 38, sendo 3 administradores e 35 colaboradores.

No exercício de 2014, celebraram-se contratos com 3 novos estagiários ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 1 ano e terminaram 2 contratos que tinham dado início em 2013.

24. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica registou os seguintes movimentos:

Imparidade de dívidas a receber (gastos/reversões)	31-12-2014		31-12-2013	
	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber
Clientes	(78.512)	113.182	(283.600)	27.353
Outras contas a receber				
De Outros Devedores - Participadas	(40)	51	(25.033)	648
De Outros Devedores	(164.179)	30.470	(167.564)	5.727
Total	(242.731)	143.702	(476.197)	33.728

25. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como em 2013 esta rubrica não teve movimento.

26. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

As perdas por imparidade e reversões de investimentos não depreciables / amortizáveis registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram:

Imparidade de Investimentos não depreciables/amortizáveis	31-12-2014	31-12-2013
Investimentos financeiros (registados ao custo)		
Perdas		
Prestações suplementares	-	(25.757)
Suprimentos	-	(279.235)
Reversões		
Prestações suplementares	22.449	210.863
Suprimentos	915	258.948
Total	23.364	164.819

27. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Os aumentos e reduções de justo valor são assim decompostos:

Aumentos / reduções de justo valor	31-12-2014	31-12-2013
Ajustamentos Positivos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	13.128	664.384
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	461.405	469.194
	474.533	1.133.578
Ajustamentos Negativos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	63.603	1.274.754
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	1.546.591	484.573
	1.610.194	1.759.327
Total	(1.135.661)	(625.749)

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é decomposta do seguinte modo:

da
of
R
de

Outros rendimentos e ganhos operacionais		31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos suplementares			
Desempenho cargos sociais noutras empresas		11.450	30.563
Outros rendimentos suplementares	i)	1.118	6.151
Recuperação de dívidas a receber		-	18.666
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis		11.787	0
Alienações	ii)	12.129	9
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações		4	4.244
Outros			
Excesso da estimativa para impostos		14.114	203.586
Outros	iii)	54.190	3.339
Total		104.792	266.559

- i) Outros Rendimentos suplementares: evidencia os valores faturados relativos a recuperação de gastos.
- ii) Alienações: refere-se à alienação de cinco participadas.
- iii) Outros: refere-se essencialmente ao ganho com a partilha do encerramento da liquidação de uma participada no valor de 36.360 euros e seguros de saúde referentes ao ano de 2012 no montante de 16.778 euros.

29. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Outros gastos e perdas operacionais		31-12-2014	31-12-2013
Impostos		12.480	11.615
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		-	73.789
Correcções relativas a períodos anteriores		830	-
Quotizações		11.190	10.583
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		20.144	-
Outros			
Perdas na cedência de "O. créditos"		-	1.505
IVA - Regularizações		16.785	-
Multas e Penalidades	i)	20.703	-
Outros		12.871	11.499
Total		95.001	108.991

- i) Multas e penalidades: Este valor inclui a especialização de 20.428 euros relativos à execução de uma garantia bancária emitida a favor da Administração Fiscal referente a um processo fiscal que decorre com um antigo representante da Portugal Ventures, nomeado para a representar no Conselho de Administração de uma empresa participada (Nota 7.3).

Handwritten blue ink notes and signatures on the right margin of the page.

30. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O detalhe desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, é como se segue:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2014	31-12-2013
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	52.104	48.519
Equipamento de transporte	-	7.500
Equipamento administrativo	40.880	41.951
Outros ativos fixos tangíveis	1.459	1.459
	94.443	99.429
Ativos intangíveis		
Com vida útil finita	95.842	84.235
	95.842	84.235
Total	190.286	183.664

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares obtidos do exercício findo a 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2014	31-12-2013
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	705.749	890.928
Financiamentos concedidos a associadas	11.135	16.804
Outros financiamentos concedidos	116.024	19.384
Dividendos obtidos		
Outras empresas	-	11.035
Total	832.908	938.151

32. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERIODO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Impostos sobre o rendimento (DR)	31-12-2014	31-12-2013
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	679 328	1 061 972
Impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias	140 936	72 899
Gasto com impostos sobre o rendimento	820 265	1 134 871

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), à revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais.

da
st
W
P

Assim, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2011 a 2014, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a inspeções das Autoridades Fiscais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2014, são reportáveis durante um período de 12 anos (6 anos para os incorridos até 2009 e 4 anos para os de 2010 e 2011 e 5 anos para os incorridos em 2012 e 2013) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, mas a sua utilização encontra-se limitada a 70% (75% para os anos de 2012 e 2013) do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2014	31-12-2013
Resultado antes de imposto	1.053.870	2.991.426
	1.053.870	2.991.426
Valores a acrescentar à matéria coletável	2.145.376	2.783.206
Valores a deduzir à matéria coletável	(744.948)	(2.001.411)
Matéria colectável	2.454.298	3.773.221
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
Coleta	564.489	943.305
Dedução à coleta	-	34.706
Derrama	36.814	56.598
Derrama Estadual	28.017	68.197
Tributação autonoma	50.009	28.577
Imposto corrente	679.328	1.061.972
Imposto s/ rendimento diferido	140.936	72.899
Imposto s/ rendimento	820.265	1.134.871
Taxa efectiva de imposto	77,8%	37,9%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como o segue:

Activos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2013	-	194 077	4 797	198 874
Imposto s/rendimento		40 553		40 553
Saldo em 01-01-2014	-	234 630	4 797	239 427
Imposto s/rendimento		(165 277)	(4 797)	(170 074)
Saldo em 31-12-2014	-	69 353	0	69 353
Passivos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2013	17 505	-	235 718	253 223
Imposto s/rendimento	(1 904)		114 082	112 179
Saldo em 01-01-2014	15 602	-	349 800	365 402
Imposto s/rendimento	(1 808)		(28 555)	(30 364)
Saldo em 31-12-2014	13 793	-	321 245	335 038
Impostos diferidos líquidos a 2014	(13 793)	69 353	(321 245)	(265 685)

33. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

33.1. Remunerações do Conselho de Administração

As remunerações do pessoal chave da gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes:

Remuneração	31-12-2014	31-12-2013
Remuneração total	230.726	236.906
	<u>230.726</u>	<u>236.906</u>

Estas remunerações correspondem ao valor dos respetivos gastos reconhecidos no exercício dos membros do Conselho de Administração.

33.2 Transações realizadas e saldos resultantes de transações

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas durante o ano de 2014 e de 2013:

Partes relacionadas - transações	31-12-2014		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	-	-	(1.770)
Serviços prestados	-	5.406.195	3.552
Juros obtidos	-	-	37.597
Operação Reenfoque - Aquisições	-	(949.203)	-
Operação Reenfoque - Alienações	-	3.535.038	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	985	3.198	-
	<u>985</u>	<u>7.995.228</u>	<u>39.378</u>

Partes relacionadas - transações	31-12-2013		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	-	-	(1.682)
Serviços prestados	-	5.965.318	36.820
Juros obtidos	-	-	8.065
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	1.705	9.247	-
	<u>1.705</u>	<u>5.974.566</u>	<u>43.203</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'dd', 'ff', and 'D'.

Os serviços prestados aos Fundos geridos pela Sociedade correspondem aos valores das comissões de gestão dos 19 Fundos (Nota 19).

Os valores evidenciados nas rubricas do Projeto Reenfoque correspondem aos valores de realização das transações.

No final do exercício de 2014, os saldos com partes relacionadas decompõem-se da seguinte forma:

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2014		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	280 877	63 789
Ajustam. dívidas	-	-	63 789
Contas a receber líquidas	-	280 877	-
Contas a pagar correntes	(394)	(4 140 563)	(696)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(394)	(4 140 563)	(696)

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2013		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	763 636	694 185
Ajustam. dívidas	-	-	590 801
Contas a receber líquidas	-	763 636	103 384
Contas a pagar correntes	(593)	(7 964 277)	(42 791)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(593)	(7 964 277)	(42 791)

O valor inscrito na rubrica de contas a receber correntes relativo aos Fundos respeita essencialmente aos valores em dívida das comissões de gestão (Nota 9).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

No exercício de 2014, não foram registados gastos com ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com saldos pendentes relativos a entidade relacionadas.

A Sociedade não prestou garantias a terceiros por responsabilidades assumidas por partes relacionadas.

Não existem garantias prestadas por partes relacionadas a terceiros por responsabilidades assumidas pela Sociedade.

34. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Portugal Ventures confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, mais informa, não ser devedor de qualquer dívida vencida perante o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas é de 12.513 euros (bruta de 13.650 e redução (Lei OE) de 1.137). Estes valores são sujeitos a IVA à taxa normal.

35. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram emitidas em 05 de março de 2015.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2014.

Porto, 05 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa M. S. da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca

Vice - Presidente

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes

Vogal

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes



PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Relatório dos Auditores Externos

Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

Handwritten initials in blue ink, possibly "JH" and "FH".

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO


1. Examinámos as demonstrações financeiras da "**Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.**", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 52.172.305 euros e um total de capital próprio de 45.907.933, incluindo um resultado líquido de 233.605 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



1

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


OPINIÃO

7. Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "**Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.**" em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 10 de Março de 2015



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
DA
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.**

Senhores Accionistas,

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2 - RELATÓRIO

- 2.1 Ao longo do exercício, com a regularidade e a profundidade que se nos afiguraram adequadas, procedemos às verificações e controlos que por lei nos são cometidos, designadamente, examinando registos contabilísticos e testando, por escolha aleatória, a conformidade dos lançamentos com os documentos que lhes serviram de suporte.
- 2.2 Participámos em reuniões com os responsáveis pelos serviços, durante as quais nos foi dado conhecimento da actividade da empresa, o que nos permitiu o acompanhamento da sua gestão e nos prestaram todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.
- 2.3 Periodicamente fomos dando conhecimento das verificações realizadas. Nesta data, emitimos o Relatório Anual sobre os trabalhos realizados, onde são descritos os trabalhos executados e as recomendações sugeridas.
- 2.4 O Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para além de satisfazer os requisitos legais, faz uma exposição clara e elucidativa quanto à situação da Sociedade, alude aos factos mais relevantes ocorridos, sintetiza a evolução previsível e apresenta uma proposta de aplicação dos resultados.
- 2.5 O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o seu Anexo, estão apresentados em conformidade com os correspondentes preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos e apresentam a situação financeira da Sociedade.



1

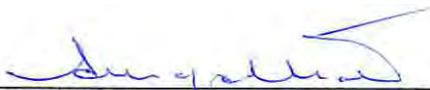
- 2.6 Tomámos conhecimento do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário e confirmámos que a informação corresponde ao disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.
- 2.7 Foi submetido à nossa apreciação o relatório de auditoria, datado de 9 de Março de 2015, apresentado pelos Auditores Externos, de cujo conteúdo tomamos conhecimento e que mereceu a nossa concordância.
- 2.8 Salientamos que se encontra por fixar a remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização cuja competência é, nos termos do artigo 22º dos Estatutos, da Assembleia Geral.
- 2.9 Agradecemos ao Conselho de Administração a disponibilidade e o apoio que nos concedeu, o que contribuiu para o regular desempenho das nossas funções. Manifestamos, também, o nosso reconhecimento pelas palavras com que nos distinguiu no seu relatório.
- 2.10 Expressamos, igualmente, os nossos agradecimentos aos colaboradores da Empresa, com quem tivemos de contactar, salientando a valiosa ajuda que nos prestaram, o que facilitou o desempenho do nosso cargo.

3 – PARECER

Em conclusão e como corolário dos exames efectuados, somos de PARECER:

- 3.1 que podem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e os seus Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- 3.2 que pode ser aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração;
- 3.3 que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 10 de Março de 2015


António Magalhães & Carlos Santos- SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA (adiante também designada por Portugal Ventures), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 52 172 305 euros e um total de capital próprio de 45 907 933 euros, incluindo um resultado líquido de 233 605 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Ventures: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito do exame

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas

adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de março de 2015



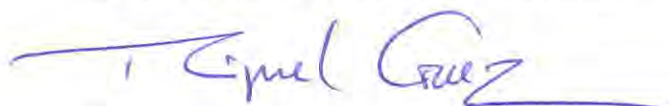
Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)

PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre a informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base individual o respetivo relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração Executivo da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A., relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2014.
2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu periodicamente com o Conselho de Administração Executivo, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações deste órgão.
3. O Conselho de Administração Executivo prestou ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
4. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão recebeu a recomendação de adoção de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2014 preparado pelo Fiscal Único, tendo igualmente apreciado o Relatório dos Auditores, elaborado pela BDO & Associados, SROC, Lda. sobre as demonstrações financeiras, em base individual e com cujo teor concorda.
5. O Conselho Geral e de Supervisão apreciou e adotou o respetivo parecer e emite opinião favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparado pelo Conselho de Administração Executivo, recomendando a respetiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Acionistas.


Lisboa, 13 março de 2015

O CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO



IAPMEI, representado por Prof. Miguel Cruz

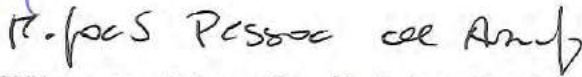




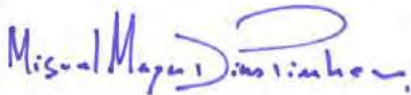
AICEP, EPE, representada por Dr. Artur Moreira Pereira



Turismo de Portugal, IP, representado por Dr. João Fernando Cotrim de Figueiredo



DGTF, representada por Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo



Millenniumbcp, representado por Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro



Novo Banco, S.A., representado por Dr. Marco Paulo Salvado Neves



BPI, S.A., representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda



PME Investimentos, S.A., representada por Eng.º Carlos António Monteiro de Castro

ANEXO I

Grelha do Relatório de Governo Societário 2014

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NAO	SIM	NAO		
I Missão, Objetivos e Políticas							
1	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		Capítulo I., nº 1 do Relatório de Governo Societário (RGS)	
2	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		Capítulo I., nº 2 do RGS	
3	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X			X	Capítulo I., nº 3 do RGS	
4	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X			X	Capítulo I., nº 4 do RGS	
II Estrutura de Capital							
1	Estrutura de capital	X		X		Capítulo II., nº 1 do RGS	
2	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X				Capítulo II., nº 2 do RGS	Não aplicável
3	Acordos parassociais.	X				Capítulo II., nº 3 do RGS	Não aplicável
III Participações Sociais e Obrigações detidas							
1	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			X	Capítulo III., nº 1 do RGS	Remetido aos órgãos competentes nos termos da Lei.
2	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		Capítulo III., nº 2 do RGS	
3	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		Capítulo III., nº 3 do RGS	Divulgado no R&C da Sociedade
4	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X				Capítulo III., nº 4 do RGS	Não aplicável
5	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X				Capítulo III., nº 5 do RGS	Não aplicável
6	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X			X	Capítulo III., nº 6 do RGS	Anexo III contém Regulamentos Internos e Código de Conduta
IV Órgãos Sociais e Comissões							
A. Mesa da Assembleia Geral							
1	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		Capítulo IV.- A. nº 1. do RGS	
2	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		Capítulo IV.- A. nº 2 do RGS	
B. Administração e Supervisão							
1	Modelo de governo adotado	X		X		Capítulo IV.- B. nº 1 do RGS	
2	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 2 do RGS	
3	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 3 do RGS	
4	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 3 do RGS	
5	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 4 do RGS	
6	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X			
7	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 6 do RGS	
8	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		Capítulo IV.- B. nº 7 do RGS	
9	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X				Capítulo IV.- B. nº 6 do RGS	Não aplicável

Ja
H
MF

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
C. Fiscalização							
1	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC
2	Identificação dos membros da Fiscalização	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
3	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
4	Funcionamento da fiscalização.	X				Capítulo IV. - C. do RGS	Não aplicável
D. Revisor Oficial de Contas							
1	Identificação do ROC, SROC.	X		X		Capítulo IV. - D. nº 1 do RGS	
2	Indicação das limitações, legais.	X				Capítulo IV. - D. nº 2 do RGS	
3	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X				Capítulo IV. - D. nº 3 do RGS	
4	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X				Capítulo IV. - D. nº 4 do RGS	Não aplicável
E. Auditor Externo							
1	Identificação.	X		X		Capítulo IV. - E. nº 1 do RGS	
2	Política e periodicidade da rotação.	X		X		Capítulo IV. - E. nº 2 do RGS	
3	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X			X	Capítulo IV. - E. nº 3 do RGS	
4	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X			X	Capítulo IV. - E. nº 4 do RGS	
V. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	Capítulo V. - A. nº 1 do RGS	
2	Comunicação de irregularidades.	X			X	Capítulo V. - A. nº 2 do RGS	
3	Indicação das políticas antifraude.	X				Capítulo V. - A. nº 3 do RGS	Anexo III Contém Regulamento Interno e Código de Conduta
B. Controlo Interno e gestão de riscos							
1	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X				Capítulo V. - B. do RGS	
2	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.					Capítulo V. - B. do RGS	
3	Principais medidas adotadas na política de risco.					Capítulo V. - B. do RGS	
4	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.					Capítulo V. - B. do RGS	
5	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
6	Identificação principais tipos de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
7	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.					Capítulo V. - B. do RGS	
8	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.					Capítulo V. - B. do RGS	
C. Regulamentos e Códigos							
1	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X				Capítulo V. - C. nº 1 do RGS	
2	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X				Capítulo V. - C. nº 2 do RGS	
D. Sítio de Internet							
1	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		Capítulo V. - D do RGS	www.portugalventures.pt www.dgtf.pt
VI Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
1	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		Capítulo VI. - A do RGS	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
1	Composição.	X				Capítulo VI. - B do RGS	Não aplicável

dd
H
H

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NAO	SIM	NAO		
C. Estrutura das Remunerações							
1	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X				Capítulo VI. – C do RGS	
2	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.					Capítulo VI. – C do RGS	Não aplicável
3	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X				Capítulo VI. – C do RGS	Não aplicável
4	Diferimento do pagamento da componente variável.	X				Capítulo VI. – C do RGS	Não aplicável
5	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X				Capítulo VI. – C do RGS	Não aplicável
6	Regimes complementares de pensões.	X				Capítulo VI. – C do RGS	Não aplicável
D. Divulgação das Remunerações							
1	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		Capítulo VI. – D do RGS	Divulgado no R&C da Sociedade
2	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		Capítulo VI. – D do RGS	
3	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X				Capítulo VI. – D do RGS	Não aplicável
4	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X				Capítulo VI. – D do RGS	Não aplicável
5	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade - // ROC.	X		X		Capítulo VI. – D do RGS	
6	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X				Capítulo VI. – D do RGS	Não aplicável
VII. Transações com partes Relacionadas e Outras							
1	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.					Capítulo VII. do RGS	
2	Informação sobre outras transações.	X				Capítulo VII. do RGS	
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental							
1	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X				Capítulo VIII. do RGS	
2	Políticas prosseguidas.	X				Capítulo VIII. do RGS	
3	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X				Capítulo VIII. do RGS	
IX. Avaliação do Governo Societário							
1	Cumprimento das Recomendações					Capítulo IX. do RGS	Não aplicável
2	Outras informações					Capítulo IX. do RGS	Não aplicável

da
AF H

12
13
14